



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura

Um Olhar estrangeiro sobre a invenção do patrimônio histórico americano:
Notas sobre a história Intelectual da preservação na Costa Leste dos Estados Unidos
Séc. XIX e XX

Daniella Martins Costa

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de Pesquisa história, teoria e crítica da arquitetura.

Orientador: Prof. Dr^o Gustavo Rocha-Peixoto

Rio de Janeiro

Março/2012

**Um Olhar estrangeiro sobre a invenção do patrimônio histórico americano:
Notas sobre a história Intelectual da preservação na Costa Leste dos Estados Unidos
Séc. XIX e XX**

Daniella Martins Costa

**Orientador:
Gustavo Rocha-Peixoto**

**Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro -
UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em
Ciências em Arquitetura, linha de pesquisa História Teoria e Crítica.**

Aprovada por:

Prof. Dr.º Gustavo Rocha-Peixoto

Prof. Drº José Barki

Prof. Drº Rosina Trevisan Martins Ribeiro

**Rio de Janeiro
Março/2012**

COSTA, Daniella Martins.

Um olhar estrangeiro sobre a invenção do patrimônio histórico americano: Notas sobre a história Intelectual da preservação na Costa Leste dos Estados Unidos / Gustavo Rocha-Peixoto. - Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2012.

xv, 149f.: il.; 29,7cm.

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2012.

Referências Bibliográficas: f. 125-132.

1. Preservação do Patrimônio Histórico. 2. Estados Unidos da América. 3. Preservação e Restauro 4. Arquitetura.
I. Rocha-Peixoto, Gustavo II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura. III. Título.

DEDICATÓRIA

A Deus, dono de uma misericórdia infinita que me permitiu viver e chegar até aqui;
À minha família, sempre muito paciente, especialmente quando a paciência me faltava;
Aos amigos, sempre presentes e donos de uma confiança maior do que a minha própria;
Ao meu orientador Gustavo, mais do que um professor, um amigo e muitas vezes, um pai;

Se existem coisas futuras e passadas, quero saber onde elas estão. [...], pois, se também aí são futuras, ainda lá não estão; e, se nesse lugar são pretéritas, já lá não estão. **Por conseguinte, em qualquer parte onde estiverem, quaisquer que elas sejam não podem existir senão no presente. Ainda que narrem os acontecimentos verídicos já passados**, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos.

RESUMO

**Um Olhar estrangeiro sobre a invenção do patrimônio histórico americano:
Notas sobre a história Intelectual da preservação na Costa Leste dos Estados Unidos
Séc. XIX e XX**

Daniella Martins Costa

Orientador: Gustavo Rocha-Peixoto

O Presente trabalho foi escrito com o objetivo de iluminar a história da preservação do patrimônio histórico construído no Brasil, através do aprofundamento na história do movimento de preservação do patrimônio histórico construído de um país pelo qual não demonstramos muito interesse quando o assunto é preservação histórica.

O tema da dissertação é preservação do patrimônio histórico construído, especificamente a história do movimento de preservação do patrimônio histórico nos Estados Unidos da América. Esta história começa a ser contada a partir da formação da ideia de nação americana e como esta nação se fez representar através sua produção arquitetônica, sua arte e literatura. Além disso, investigando quem foram as pessoas que tomaram parte na construção desta nação, entenderemos melhor a construção do patrimônio desse país tão peculiar e diversificado.

Depois de estabelecer o conceito de nação, nos aprofundaremos na história da formação do movimento de preservação histórica nos Estados Unidos. Para nós, a história se inicia com a Revolução para Independência contra a Inglaterra e se encerrará com a aprovação da lei para preservação do patrimônio ainda vigente no país, o *National Historic Act* em 1966.

Palavras-chave: 1. Preservação do Patrimônio Histórico. 2. Estados Unidos da América. 3. Historiografia 4. Arquitetura

Rio de Janeiro

Março/2012

ABSTRACT

**A foreigner's look at the Invention of American Heritage:
Notes on the intellectual history of preservation at United States' East Coast
XIX – XX Centuries.**

Daniella Martins Costa

Orientador: Prof. Drº Gustavo Rocha-Peixoto

The current work was written in order to illuminate the history of the built historic preservation Brazil through the insight into the history of the movement to preserve the built heritage of a country for which we have not shown much interest when it comes to historic preservation.

The dissertation subject is the preservation of built heritage, specifically the history of the movement to preserve the historical heritage in the United States of America. This history began to be told from the creation of an American Nation and how this nation was represented by its architecture, art and literature. In addition to that, investigating who were the people who took part in building this nation we'll understand better the construction of the country's heritage so unique and diverse.

After establishing the concept of nation, we will deepen in the formation of the historic preservation movement in the United States. The beginning of the story we are telling is the Revolution for Independence against England and will culminate with the approval of the National Historic Act in 1966, the current law for historic preservation.

Key-words: 1. Historic Preservation 2. United States of America 3. Historiography
4. Architecture

Rio de Janeiro

March/2012

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura	Legenda	Página
Figura 01:	Estante de livros reservada ao assunto restauração de residências Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2012.	7
Figura 02	Declaração da independência. Data: 1819. Autor: John Trumball Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Declaration_independence.jpg – acessado em 13.09.2011	14
Figura 03	Boston Old State House, 2005 - Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Old_State_House_Boston_Massachusetts2.jpg – acessado em 10.06.2011	17
Figura 04	The Independence Hall – Filadélfia, PA - Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2012	17
Figura 05	Capitólio em Washington – 1997 Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:United_States_Capitol-west_front.jpg – acessado em 10.05.2011	17
Figura 06	Capitólio do Estado da Califórnia localizado na cidade de Sacramento, CA. Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2012.	17
Figura 07	Mapa de Washington Fonte: http://mappery.com/map-of/Washington-DC-Map – acessado em 11.05.2011	19
Figura 08	Vista do monumento a George Washington a partir do Lincoln Memorial. Fonte: Acervo pessoal da autora ,2008	19
Figura 09	Vista do acesso ao monumento a Abraham Lincoln - Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007	19
Figura 10	Monumento a Abraham Lincoln-Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007	19
Figura 11	Monumento a Abraham Lincoln - Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007	19
Figura 12	Fachada Sul – Lincoln Cottage. Foto feita durante visita à obra em 07.06.2007 Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2007	21
Figura 13	Detalhe da fachada norte – Lincoln Cottage. Foto feita durante visita à obra em 07.06.2007 Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2007	22
Figura 14	Detalhe da fachada norte– Lincoln Cottage. Foto feita durante visita a obra em 07.06.2007 Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2007	22
Figura 15	Sala de Lazer durante a restauração – Lincoln Cottage. Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2007	22
Figura 16	Vista aérea do Washington Memorial com a Casa Branca ao Fundo –set 2003 Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:WashMonument_WhiteHouse.jpg – acessado em 14.06.2011	26
Figura 17	Projeto original para o Washington Memorial – Arquiteto Robert Mills 1836 Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Washingtonmonumentsketch.jpg – acessado em 27.09.2011	26
Figura 18	Vista do Memorial a Abraham Lincoln – 2008 Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2008	27

Figura 19	Parthenon de Atenas – Grécia Fonte: http://ianpindar.blogspot.com/2010/10/secret-lives-of-buildings-from.html - acessado em 24.09.2011	27
Figura 20	Representação do interior do santuário no Parthenon Fonte: JORDAN, R. Fourneaux. Western Architecture: A concise History. Singapore: Thames and Hudson, 1997. p.38	27
Figura 21	Interior do Memorial a Abraham Lincoln - 2008 Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2008	27
Figura 22	Vista do memorial a Thomas Jefferson - 2007 Fonte: Acervo Pessoal da Autora, 2007	28
Figura 23	Estátua de Bronze de Thomas Jefferson – Jefferson Memorial – 2005 Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Jefferson_Memorial_with_Declaration_preamble.jpg – acessado em 14.06.2011	28
Figura 24	The Manor House – Conjunto de residência e moinho construído por Frederick Philipse, um colono Holandês. Fonte: http://millpictures.com/mills.php?millid=609 - acessado em 26.09.2011	34
Figura 25	Voorler´s House – Edifício escolar conhecido como o mais antigo da costa leste. Fonte: http://www.flickr.com/photos/novia913/3780147017/ - acessado em 25.09.2011	34
Figura 26	Fazenda Sleepy Hollow – Vermont Fonte: http://www.walldesk.net/wallpaper/wallpapers-others-18.asp?f=9516 – acessado em 08.06.2011	34
Figura 27	Old State House em 1801, Boston – autor James Brown Marston Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:1801_StateSt_Boston_byJamesBrownMarston.png – 10.06.2011	35
Figura 28	Boston Old State House – 2005 Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Old_State_House_Boston_Massachusetts2.jpg – acessado em 10.06.2011	35
Figura 29	Mapa do crescimento territorial a partir de 1775 Fonte: http://civics-online.org/library/formatted/images/13_colonies.html - acessado em 14.06.2011	40
Figura 30	Mapa dos Estados Unidos e suas regiões atualmente Fonte: DK EYEWITNESS Ed., Travel Guide To The USA. New York: Dorkley Kindersley Publishing, Inc. 2008 p.1	40
Figura 31	Half Timber House – Normandia, França. Fonte: http://www.travel-wonders.com/2010/12/most-beautiful-villages-france-3.html - acessado em 15.06.2011	42
Figura 32	Paul Rivere House - Boston Fonte: http://ezboston.blogspot.com/ - acessado em 17.06.11	42
Figura 33	Baloon Frame House – Modelo construído representando a estrutura das casas no final do século XIX Fonte: http://mantiquesmodern.com/itemdetails.php?id=332769 – acessado em 02.02.2012	42
Figura 34	Moinho de Vento_East Hampton- NY Fonte: http://www.keyposters.com/poster/6056916.html – acessado em 16.06.2011	42

Figura 35	The Bronck House (1663) Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Bronck-house.jpg -acessado em 17.06.2011 http://www.mywindpowersystem.com/2009/05/the-most-amazing-wind-turbines-designs/	42
Figura 36	Vista Leste da Cidade da Filadélfia Fonte: MOSS, Roger W. Historic Landmarks of Philadelphia. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008. p.2	43
Figura 37	Elfreth Alley - Fonte: Acervo Pessoal da autora,2007	43
Figura 38	Glen Farn Houses – Fairmount Park, 2008 - Fonte: Acervo Pessoal da autora	43
Figura 39	Log cabin – réplica das cabanas construídas pelos colonos suecos na região do Delaware . Fonte: http://www.strangesandwich.com/kimnovak/pictures/zilkbot/pics.php?start=11 – acessado em 18.06.2011	44
Figura 40	Detalhe da cabana – Log cabin Fonte: http://www.strangesandwich.com/kimnovak/pictures/zilkbot/pics.php?start=11 – acessado em 18.06.11	44
Figura 41	Mansão Calhoun – Charleston Fonte: http://www.thecarefreetraveller.com/CharlestonPiccoloSpoleto.html - acessado em 18.06.11	45
Figura 42	Distrito Histórico de Charleston Fonte: http://carlislehouse.blogspot.com/2011/01/destination-charleston-low-country-and.html - acessado em 18.06	45
Figura 43	Atores caracterizados como Homens do Tempo colonial – Filadélfia, 2007 Fonte: Acervo pessoal da autora	48
Figura 44	Atores caracterizados como Homens do Tempo colonial – Filadélfia, 2007 Fonte: Acervo pessoal da autora	48
Figura 45	Atores caracterizados como Homens do Tempo colonial – Filadélfia, 2007 Fonte: Acervo pessoal da autora	48
Figura 46	Segundo Banco dos Estados Unidos, Filadélfia Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007	55
Figura 47	Merchants Exchange Building, Filadélfia Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007	55
Figura 48	Imagem datada de 1857 com a torre original do Independence Hall Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Independence_Hall_Detail_1752_.jpg	56
Figura 49	Litografia do Independence Hall sem seu campanário em 1799 Fonte: MOSS, Roger W. Historic Landmarks of Philadelphia. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008. p.25	56
Figura 50	Vista do Independence Hall, Filadélfia Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007 e 2012	56
Figura 51	Vista do Independence Hall, Filadélfia Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007 e 2012	56
Figura 52	Vista aérea do espaço dedica à feira do centenário americano Fonte: http://libwww.freelibrary.org/CenCol/tours-statebldgs.htm	60

Figura 53	Pavilhões de Connecticut e seu interior com mobiliário colonial Fonte: http://libwww.freelibrary.org/CenCol/tours-statebldgs.htm	60
Figura 54	Pavilhões de Connecticut e seu interior com mobiliário colonial Fonte: http://libwww.freelibrary.org/CenCol/tours-statebldgs.htm	60
Figura 55	Pertences de George Washington expostos no pavilhão principal de exposições Fonte: http://libwww.freelibrary.org/CenCol/tours-statebldgs.htm	60
Figura 56	School House – cartão postal com o pavilhão representativo da Suécia em 1876 Fonte: http://libwww.freelibrary.org/CenCol/tours-statebldgs.htm	61
Figura 57	Pavilhão de marionetes – Central Park, Nova Iorque. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2007	61
Figura 58	Jamestown Day – charge apresentada no Richmond Times-Dispatch (1927). Autor: Fred O. Seibel – sátira a criação do herói John Smith. Fonte: PAGE, M. MASON, R. Giving Preservation a History: Histories of Historic Preservation in the United. Nova Iorque: Ed. Paperback, 2003. p.114	62
Figura 59	Placa informativa localizada à frente da prefeitura da cidade da Filadélfia contando brevemente a história da fundação da cidade – Filadélfia, Pensilvânia. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012.	62
Figura 60	Casa de Paul Revere – circa de 1898. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Paul_Revere_House2.jpg	65
Figura 61	Casa de Paul Revere , 2009 - Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Paul_Revere_House	65
Figura 62	Casa para Imigrantes Escoceses - 1686- Fonte: http://www.bc.edu/bc_org/avp/cas/fnart/fa267/17house_p2.html	67
Figura 63	Quarto Samuel Hart – Ala Americana do Museu metropolitano de Arte – Nova Iorque Fonte: http://minihausliving.blogspot.com/ - acessado em 17.02.2012	68
Figura 64	The Dutch Room - Ala Americana do Museu metropolitano de Arte – Nova Iorque http://www.metmuseum.org/about-the-museum/museum-departments/curatorial-departments/the-american-wing - acessado em 17.02.2012	68
Figura 65	Vista da Mansão da família Du Pont – Delaware, NJ Fonte. http://www.winterthur.org/?p=518 - acessado em 17.02.2012	69
Figura 66	Vista de uma das salas de visitas – Residência Winterthur Fonte. http://www.winterthur.org/?p=518 - acessado em 17.02.2012	69
Figura 67	Coleção de Cadeiras em exposição em uma das galerias do Museu Fonte. http://www.winterthur.org/?p=518 – acessado em 17.02.2012	69
Figura 68	Visitantes nas escavações arqueológicas em Jamestown – parque colonial Fonte: HOSMER, 1981. p.5	75
Figura 69	Cartaz de Alistamento para CCC Illinois Fonte: http://katyejk.edu.glogster.com/civilian-conservation-corps/ - acessado em 17.02.2012	75
Figura 70	Jovens do CCC trabalhando na produção de peças de madeira para recuperação de telhados (shingle's roof), 1934. Fonte: HOSMER, Charles B. Preservation comes of age: From Williamsburg to the national Trust, 1926-1949. Charlottesville: Universtiy Press of Virginia,1981. p.537	75

Figura 71	Cartão postal Radnor Meeting House - 1909. Fonte: http://www.delawarecountyhistory.com/radnortownship/index.html - acessado em 17.02.2012	77
Figura 72	Radnor Friends meetinghouse - 2009 Fonte: http://www.ronsaari.com/stockImages/pennsylvania/RadnorFriendsMeetinghouse.php - acessado em 17.02.2012	77
Figura 73	Prancha de detalhamento padrão produzido pelo HABS – Levantamento da Radnor Friends Meeting House Fonte: BURNS, 2004 p.153 - acessado em 17.02.2012	77
Figura 74	Vista da Buckingham meetinghouse, 2009 autor: Michel Kendrick Fonte: http://www.flickr.com/photos/lancastermike/3838041320/ - acessado em 17.02.2012	78
Figura 75	Buckingham meeting house Fonte: http://thelastpew.com/Reviews/Buckingham%20Friends%20Meeting%20House.htm	78
Figura 76	Prancha de detalhamento padrão produzido pelo HABS – Levantamento da Buckingham Meetinghouse Fonte: BURNS, 2004 p.150	78
Figura 77	Vista da Rua principal Duke of Gloucester – sec. XIX Fonte: http://xroads.virginia.edu/~UG99/coe/wpa_guide/reactions.html - acessado em 15.11.2011	79
Figura 78	Vista da Market Street Fonte: HOSMER, Charles B. Preservation comes of age: From Williamsburg to the national Trust, 1926-1949. Charlottesville: Universtiy Press of Virginia, 1981. p.23	80
Figura 79	Mapa dos edifícios âncoras para primeira etapa de restauração da cidade Fonte: HOSMER, Charles B. Preservation comes of age: From Williamsburg to the national Trust, 1926-1949. Charlottesville: Universtiy Press of Virginia, 1981. p.18	82
Figura 80	Palácio do Governo em 1871 devastado por um incêndio Fonte: http://hogsheadwine.wordpress.com/tag/colonial-williamsburg/ - acessado em 15.11.2011	83
Figura 81	Escola secundária construída no local onde originalmente se encontrava o palácio do Governo. Fonte: HOSMER, Charles B. Preservation comes of age: From Williamsburg to the national Trust, 1926-1949. Charlottesville: Universtiy Press of Virginia, 1981. p.	83
Figura 82	Palácio do Governador durante a demolição da antiga escola e recosntrução do Palácio do governador - 1933.Fonte: http://recollections.nma.gov.au/issues/vol_3_no_2/papers/witnessing_social_history/ - acessado em 20.02.2012	83
Figura 83	Palácio do Governador atualmente – 2006 Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Colonial_Williamsburg_Governors_Palace_Front_Dscn7232.jpg - acessado em 20.02.2012	83
Figura 84	Antigo cartão postal representando a Joalheria trazida de Londres para compor o museu Dearborn http://www.cardcow.com/190920/gog-magog-sir-john-bennetts-jewelry-shop-greenfield-village-dearborn-michigan/ -acessado em 20.02.2012	88

Figura 85	Réplica do Independence Hall – Hall de exposições- s/d Fonte: http://www.heritagepreservation.org/news/2004aic.htm	88
Figura 86	Atrizes caracterizadas andando pelo parque em Greenfield – s/d Fonte: http://photos.igougo.com/pictures-photos-p166043-Greenfield_Village.html	88
Figura 87	Vista área do distrito histórico de Charleston – s/d Fonte: http://cair-stroks.blogspot.com/2010_05_16_archive.html - acessado em 23.02.2012	92
Figura 88	Grandes Fazendas do Sul utilizadas como Cenário – The White Rose, 1923 – filmado na Louisiana . Fonte: http://films-muets.blogspot.com/2010/10/white-rose-d-w-griffith-1923.html - acessado em 23.02.2012	92
Figura 89	Cenário de film Uncle´s Tom cabin – 1919 – filmado no Arkansas Fonte: http://www.arkansas.com/places-to-go/film-tv/detail.aspx?id=1 – acessado em 22.02.2012	92
Figura 90	Indicação da área pertencente ao Parque Histórico Nacional da Independência. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012	95
Figura 91	Fachada do Instituto de Estudos para Independência. National Park Service Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012	95
Figura 92	Fachada do Carpenter´s Hall - Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012	95
Figura 93	Cena da construção de rodovia em Hartford, Connecticut s/d Fonte: MURTAGH, William J. Keeping Time: The history and Theory of preservation in America. Hoboken, Nova Jersey: John Wiley & Sons. Inc, 2006. p. 48	98
Figura 94	Imagem do livro God´s own Junk Yard de Peter Blake publicado em 1964 http://pierre-papier-ciseaux.blogspot.com/2012/01/for-time-being-we-cant-build-home-for.html - acessado em 22.02.2012	98
Figura 95	Capa do Guia de preservação publicado por Arthur Ziegler. Fonte: ZIEGLER, JR. Arthur. Historic Preservation in Inner City areas: A manual of Practice. Pittsburgh: The Allegheny Press, 1971.	108
Figura 96	Guia de preservação publicado por Arthur Ziegler. Fonte: ZIEGLER, JR. Arthur. Historic Preservation in Inner City areas: A manual of Practice. Pittsburgh: The Allegheny Press, 1971 p.20 e 21	108
Figura 97	Manual da Prefeitura da Filadélfia para renovação de casas Geminadas Urbanas. Fonte: Schade, Rachel S. Philadelphia Rowhouse Manual. Filadélfia: The city of Philadelphia, 2008.	108
Figura 98	Manual da Prefeitura da Filadélfia para renovação de casas Geminadas Urbanas. Fonte: Schade, Rachel S. Philadelphia Rowhouse Manual. Filadélfia: The city of Philadelphia, 2008.p.29.	108
Figura 99	Pagina principal do Guia online da Secretaria de Interiores para o tratamento de propriedades históricas Fonte: http://www.nps.gov/hps/tps/standguide/ - acessado em 05.03.2012	115
Figura 100	Mapa do centro histórico da Filadélfia. Onde se pode percorrer uma vitrine da evolução do movimento de preservação Norte Americano. Fonte: National Park Service	118
Figura 101	Vista lateral do Independece Hall – Filadélfia. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012	119

Figura 102	Vista das casas geminadas que formam o Franklin Court – Filadélfia. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012	119
Figura 103	Vista Interna da interpretação do sitio onde se localizava a casa de Benjamin Franklin. Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012	119
Figura 104	Vista da Interpretação do Sitio onde se localizava a Casa utilizada pelos dois presidentes da Republica .Fonte: Acervo pessoal da autora, 2012	119

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Funcionamento do Programa de Preservação Histórica Nacional. Baseado no quadro apresentado por GARVEY, R.; MORTON, T. In. Monumentum v. 02, 1968 p. 36	111
----------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACHP - Advisory Council on Historic Preservation
 APT – Association for Preservation Technology
 APVA - Sociedade para a Preservação de Antiguidades da Virginia
 CCC – Civilian Conservation Corps
 EUA – Estados Unidos da América
 HABS – Historic American Building Survey
 NPS – National Park Service
 SPNEA – Society for Preservation of New England Antiquities
 SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
 IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
 USA – United States of America
 PROARQ – Programa de Pós Graduação em Arquitetura
 UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Um Olhar estrangeiro sobre a invenção do patrimônio histórico americano:
Notas sobre a história Intelectual da preservação na Costa Leste dos Estados Unidos
Séc. XIX e XX**

SUMÁRIO

Introdução	01
1. O patrimônio como estratégia de invenção de uma Nação Americana	11
1.1 O mito e seus símbolos	20
1.2 A pátria Ideal.....	31
1.3 A América, o americano e a construção do patrimônio	36
2. O patrimônio como materialização da Nação	47
2.1 Criando heróis nacionais através do patrimônio	51
2.2 Técnica e beleza como instrumentos cívicos.....	62
2.3 Primeiros passos do poder público nos caminhos da preservação	71
2.4 Patrimônio Arquitetônico ou Parque Temático	79
3. Uma nação moderna interpreta seu passado	90
3.1 O amadurecimento do Movimento de Preservação nos Estados Unidos	97
3.2 Preservação e o <i>National Historic Act</i> de 1966	104
3.3 Os critérios da Secretaria de Interiores e a linguagem da preservação	112
3.4 Reflexos da Nova Legislação.....	120
Considerações Finais	122
Bibliografia	126
Anexos	134
Anexo I – Antiquities Act – 1906	135
Anexo II – Historic Buildings and Sites Act – 1935	136
Anexo III – National Historic Act – 1966	140

I

INTRODUÇÃO

Preservation as an intellectual pursuit is predicated on the belief that knowledge, experience, and memory construct cultural heritage
Prof. Frank Matero - Univ. da Pensilvânia

O tema deste trabalho é patrimônio histórico construído e sua capacidade de contar histórias. Esta dissertação pretende ler a história de um país pouco estudado no meio acadêmico brasileiro - os Estados Unidos da América - através de seu patrimônio. Nossos vizinhos do Norte já foram exaustivamente estudados do ponto de vista histórico, social, tecnológico e econômico. Uma prova disso é uma busca rápida pelo banco de dados do sistema de documentação da UFRJ – o sistema MINERVA. Em uma rápida busca em seu banco de dados, encontraremos cerca de 1480 entradas com informações sobre os Estados Unidos. Porém, quando o assunto é patrimônio histórico americano não existem entradas para pesquisa.

As políticas preservacionistas do país e a preocupação com o registro da sua memória são informações que a maior parte dos profissionais trabalhando com patrimônio no Brasil desconhece. Talvez isto se dê pelo fato do nosso olhar estar sempre voltado em direção à Europa como referência. O que se justifica por inúmeros argumentos: um deles são os longos anos de tradição europeia em preservação, além de suas técnicas apoiadas em séculos de experiência, que regem nossos meios de pensamento e trabalho.

O que este trabalho propõe é abrir a janela para deixar entrar novos ares nas práticas de preservação brasileiras. Para isso, podemos observar um pouco o caminho percorrido por nossos vizinhos do norte para criação e preservação de uma história “tipicamente americana”.

Por que **isto** interessaria a um programa de pós-graduação no Brasil? O historiador e sociólogo americano James Loewen, quando escreve sobre monumentos históricos e a história que eles contam, afirma:

Quando examinados atenciosamente [...] sítios históricos sempre revelam algo – acurado ou não – sobre o período que eles descrevem e o período em que ele foi interpretado ou preservado... e **talvez sobre nosso próprio tempo também**. (LOEWEN, 1999. p.37 – grifo nosso)

Talvez, se conseguirmos entender porque um país com um patrimônio tão jovem quanto o nosso, também ex-colônia europeia, trilhou caminhos tão diferentes dos nossos com relação

à proteção e manutenção do patrimônio histórico, poderemos ser capazes de olhar a nossa própria história de forma diferente.

O assunto é tão extenso e diversificado quanto o país em questão; por isso, um recorte geográfico e temporal se faz necessário. Geograficamente, nosso recorte será a costa leste dos Estados Unidos, local de início da colonização inglesa e onde registramos as primeiras ações de proteção ao patrimônio histórico relatadas em nossas fontes. O recorte temporal será o período de surgimento da ideia de patrimônio histórico nacional e sua afirmação; ou seja: o século XIX, período em que as primeiras ações relativas ao patrimônio são registradas no país; estendendo-se até o século XX, quando o governo aprova a legislação para proteção do patrimônio histórico ainda em vigência - o *National Historic Act* em 1966 - que estabelece diretrizes para as ações públicas de proteção ao patrimônio histórico.

A aprovação da lei, em 1966, coincide com o início dos diálogos entre os Estados Unidos e a comunidade internacional sobre patrimônio construído. Mas, como veremos através da pesquisa, o país já fervilhava de atividades para valorização e criação de um passado tipicamente americano muito antes disso. Gustavo Araoz, Presidente do Conselho Internacional para monumentos e sítios - ICOMOS, quando descreve brevemente a história da preservação americana conta um pouco destas atividades:

[...] O início da preservação nos Estados Unidos estava intimamente ligado ao estabelecimento de uma identidade nacional colocando em foco os sítios ligados à colonização e o movimento de independência.

[...] A ênfase sobre os valores patrióticos associativos ligados ao início do movimento de independência e ao período colonial adquiriu um novo sentido de urgência com as grandes migrações do final do século XIX e início do XX. (ARAOZ, s/d , s/p)

O discurso é bem parecido com o que alguns autores brasileiros afirmam sobre a seleção, ou seja, invenção do nosso patrimônio e conseqüentemente das raízes brasileiras. Sobre o assunto, falaram Ítalo Campofiorito (1985), Márcia Chuva (2009) e Afonso Carlos Marques dos Santos (1997) entre outros. Esse último, ao relatar sobre os primeiros esforços para a criação do órgão federal para a proteção do patrimônio, o SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na década de 1930, afirma:

Somos tentados a afirmar que os **nossos construtores do patrimônio** tiveram a ambição de **inventar, num tempo de afirmação do nacional, os contornos de um passado que se queria autêntico e específico**. [...] “salvar o patrimônio” para contribuir na construção da identidade nacional (SANTOS, 2007, p. 130)

Tal como em nosso país, os americanos começam a sentir a necessidade de mergulhar em sua história para representar a nação norte americana. A preservação surge com o mesmo objetivo para os dois países: a necessidade de afirmação do passado, da memória para a legitimação de um país jovem diante do velho mundo. Porém, o modo como isso se desenrola é completamente diferente nos dois hemisférios.

Assim, esse estranhamento causado pela falta de conhecimento das tradições americanas é o trunfo utilizado nesta análise. O olhar estrangeiro, ou seja, distanciado, sobre o nascimento da nação Americana e a definição de seus valores históricos materializados através do patrimônio histórico construído são o tema principal deste trabalho.

O desejo de começar esta pesquisa mais aprofundada sobre a história da preservação americana veio da experiência prática trabalhando nos Estados Unidos, mais especificamente na filial da Filadélfia do escritório de Arquitetura RMJM, entre 2007 e 2008. A oportunidade veio a convite do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS/US para participação em seu programa de verão anual de intercâmbio multidisciplinar para jovens profissionais ligados à preservação do patrimônio histórico. A experiência prática trabalhando como uma arquiteta preservacionista nos Estados Unidos, treinada em métodos e teorias brasileiras, causou um grande estranhamento pelo modo flexível como o patrimônio histórico era tratado. A observação pessoal me fez notar uma proximidade maior entre o bem histórico e as pessoas com ele envolvidas, algo diferente do rigor que envolve o patrimônio histórico no Brasil; onde, o privilégio de entender e lidar com o patrimônio é reservado a uma pequena parte das pessoas.

Um episódio que não sai da cabeça e que ilustra bem esta proximidade foi um *e-mail* enviado por um colega de trabalho, em um dia de novembro de 2008, convidando todos a juntarem-se a ele em um protesto pacífico contra a demolição de um pequeno edifício neoclássico do final do século XIX, que havia ficado no caminho do novo projeto para o centro de convenções no centro da cidade da Filadélfia. Depois de muitos debates e protestos da sociedade histórica o edifício seria demolido. James Dosset, então presidente da *Association for Preservation Technology*, e meu colega de trabalho, iria com alguns colegas levar flores ao edifício moribundo. Essa diferença percebida na relação dos americanos com seu patrimônio deu origem ao desejo de um olhar mais aprofundado sobre como surge a noção de patrimônio para este país tão jovem quanto o nosso.

Esta é uma relação de liberdade, em que o direito sobre o destino de sua propriedade se sobrepõe a qualquer dever. Isto delega grande poder a quem o detém. É o poder de salvar

ou apagar parte da memória coletiva, e isto só é possível em um país onde o direito de dispor da propriedade privada é algo que está acima de qualquer dever. No entanto, o mais interessante é notar que, apesar da falta de imposição de deveres aos proprietários de bens históricos, percebe-se que grande parte da sociedade tem consciência do seu papel como agente de conservação. Isto pode ser observado desde os primórdios na história da preservação americana.

É necessário se levar em conta que o início da liderança no movimento de preservação foi caracterizado por sua confiança nos cidadãos, não no governo, e especialmente não no governo federal. (MURTHAG, 2006. p. 22)

Por isso, este trabalho desempenha um papel importante como contribuição teórica para o cenário da preservação no Brasil. Porque mergulhando com maior profundidade na história da preservação de um país pouco explorado poderemos, além de aprender mais sobre novos caminhos da preservação, desvendar questões culturais que nos ajudarão a repensar problemas antigos da preservação no Brasil.

Analisando superficialmente a história da preservação americana, pode-se constatar um desejo precoce dos então recentes “cidadãos americanos” por um passado, uma história que pudesse legitimar o recém-criado país diante do velho mundo. Em “A Invenção das tradições”, Eric Hobsbawm¹ relata sobre este paradoxo do uso da história para afirmação do presente:

Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota antiguidade (Apud SANTOS, 2007. p.120)

No início do movimento de preservação do patrimônio nos Estados Unidos, a materialização da nação através de seu patrimônio tem uma função pedagógica, isto é, os bens selecionados para preservação devem, antes de tudo, ajudar a contar a história da nação, rememorar os fatos do passado para as gerações futuras. Os processos para a salvaguarda deste patrimônio são os mais diversos e muitas vezes nada ortodoxos se comparados com os procedimentos aos quais estamos acostumados, porém, a premissa pedagógica que um edifício, ou símbolo, histórico possui, consente o que para nós, preservacionistas brasileiros, pode ser considerado pecado mortal e quando executados devem estar muito bem

¹ Historiador de nacionalidade Britânica, Fonte: <http://encyclopedia.stateuniversity.com/pages/6966/Eric-John-Ernest-Hobsbawm.html> e <http://www.ifcs.ufrj.br/humanas/0017.htm> - acessado em 08.06.2011

amarrados às cartas patrimoniais, exaustivamente justificados e até dissimulados em alguns casos.

Então, o que gostaríamos de discutir através desta pesquisa é:

- A construção do conceito de Patrimônio Histórico nos Estados Unidos construído pelos historiadores do movimento de preservação;
- Como o jovem patrimônio histórico americano foi usado para consolidar a ideia de Nação em um país em formação;
- A constituição de uma história intelectual do patrimônio histórico nos Estados Unidos lançando uma nova perspectiva sobre a história contada.

Para alcançar estes objetivos, se fez necessária uma revisão bibliográfica dos livros mais utilizados como referência para contar a história da preservação americana. O desejo do homem americano para preservação da sua memória e história construída surge no final do século XVIII e início do XIX, mas esta história só começa a ser escrita no século XX.

A publicação em 1965 pelo professor Charles B. Hosmer, Jr., de *Presença do Passado: A história do movimento de preservação nos Estados Unidos antes de Williamsburg*, pela primeira vez reuniu de forma conveniente uma conta legível e bem documentada do início do esforço. Originalmente preparada como tese de doutorado pela universidade de Columbia, o livro representa uma expansão produzida a pedido do National Trust for Historic Preservation. (WHITEHILL, In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.138)

A bibliografia selecionada foi estabelecida como fonte primária para consulta, nossos principais documentos. Estes documentos, analisados com o distanciamento próprio de um estrangeiro que observa costumes locais, nos ajudaram a entender um pouco como estes historiadores contam esta história da preservação, qual o fio condutor utilizado em suas narrativas, quais os fatos importantes que compõem esta história para cada autor. Assim, percorrendo o caminho de gênese e estabelecimento da preservação norte-americana, poderemos entender como este patrimônio materializa a nação americana e seus símbolos principais. E isto só é possível através da narrativa contada pelas pessoas que organizaram essa história.

Estes livros formadores da tradição do patrimônio americano serão para nós a lista de referência fundamental para o entendimento do pensamento de preservação nos Estados Unidos. Este exercício de seleção não foi arbitrário. Eles foram escolhidos por sua natureza representativa, e serão os cânones que guiarão o trabalho. O termo Cânon aqui será usado

no sentido empregado por Harold Bloom em seu livro “O Cânone Ocidental”, onde faz a seleção de 26 livros que melhor representam a literatura ocidental, ou segundo ele, os títulos de leitura “obrigatórios em nossa cultura” (BLOOM, 1994 p.11).

Tentei encarar diretamente a grandeza: perguntar o que torna canônico o autor e as obras. A resposta, na maioria das vezes, provou ser a estranheza, um tipo de originalidade que ou não pode ser assimilada ou nos assimila de tal modo que deixamos de vê-la como estranha. (BLOOM, 1994 p.12)

Esta lista “canônica” da história da preservação americana foi obtida através da consulta a pessoas envolvidas atualmente com a preservação do patrimônio histórico nos Estados Unidos, não só no campo acadêmico, mas no campo profissional.

Um passo anterior a este foi o levantamento dos títulos disponíveis no mercado sobre o assunto. Numa busca em sites especializados em venda de livros na internet sobre história da preservação americana se tem acesso a uma lista com centenas de títulos sugeridos, com a presença maciça de manuais para a prática de preservação, publicações muito populares no país, com as quais também contribuem os governos federais, estaduais e municipais (fig. 01). Porém, nossa busca tentou se manter restrita a livros que fizessem referência à história da preservação americana, e foi reduzida para dez títulos potenciais.



Fig. 01: Estante de livros reservada exclusivamente ao assunto restauração de residências

Com esta primeira listagem, o passo seguinte foi uma consulta a profissionais com os quais havia trabalhado pessoalmente na Filadélfia; ou seja, arquitetos com prática em projetos de preservação e restauro. O primeiro deles foi o arquiteto Ken Jacobs, atualmente professor visitante da Universidade da Filadélfia (University of Philadelphia). Ken é especializado em projetos de preservação e restauro e vem trabalhando na área desde a década de 1980. Seus últimos trabalhos significativos foram a recuperação do Capitólio da Virgínia e a adaptação do antigo templo batista na cidade da Filadélfia e sua transformação em uma sala de música para apresentações e aulas. Pós-graduado pela Universidade da Pensilvânia, onde conseguiu os títulos de mestre e doutor, ele sugeriu dois títulos fundamentais do autor já citado, Charles B. Hosmer.

A segunda pessoa consultada foi a arquiteta Leyla Hamroun, hoje, à frente do escritório *Heritage Design Collaborative*, da qual é sócia fundadora junto com os arquitetos Rick Ortega e Carl Dress, todos antigos colegas de escritório. Ela se graduou pela *École Nationale Polytechnique*, com título de pós-graduação pelo *Centre d'Etudes Supérieures Historiques de Conservation des Monuments Ancients* e pela Universidade de Delaware. Ela também sugeriu os livros de Hosmer e um antigo livro, que apesar de estar fora de edição há muito tempo, pode ser achado em uma versão *online* no site do órgão do governo federal responsável por preservação do patrimônio. O livro se chama *Protecting the Past* e não figurava em nenhuma das listas.

Professores da Universidade da Pensilvânia - *University of Pennsylvania* - localizada na Filadélfia, universidade cuja escola de arquitetura completou cem anos em 2005, conta com um programa exclusivo para a formação em Preservação Histórica desde a década de 1980. Os professores Randall Mason, atualmente o diretor do departamento de preservação Histórica e o professor Frank Matero, professor de técnicas de restauro e Teoria da Preservação sugeriram a bibliografia base do curso de graduação em preservação do patrimônio como referência, a maior parte dos livros eram os mesmos já citados. Porém, em uma recente visita à Universidade e aos Professores, um novo livro foi sugerido e foi de grande ajuda passando a figurar imediatamente entre os cânons deste trabalho. O livro do autor Michel Wallace ajudou com uma visão mais abrangente e atual do movimento de preservação.

Outra universidade consultada foi a Universidade de Columbia em Nova Iorque (Columbia University), na figura do professor Jorge Otero-Pailos, responsável pela disciplina de Teoria e Prática de Preservação Histórica e também História da Arquitetura Americana. O professor, formado pela universidade de Cornell, com doutorado pelo Instituto de Tecnologia

de Massachussets – MIT, indicou uma lista com cinco títulos fundamentais, também coincidentes.

Além disso, uma lista de recomendações básicas para leituras em História da Preservação do Departamento Federal responsável pela preservação histórica em propriedade federal, o NPS - *National Park Service* foi comparada com as anteriores e aqui também foram observados títulos recorrentes.

Cruzando as informações de todas as listas, obtivemos uma reincidência de seis títulos, que abrangiam mais de quarenta anos de história literária específica sobre a preservação americana e história social. São eles:

HOSMER, Charles, Jr. **Presence of the past: a history of the preservation movement in the United States before Williamsburg.** Putnam, 1965

-----**Preservation Comes of Age: From Williamsburg to the National Trust, 1926-1949.** University Press of Virginia, 1981

MASON, Randall;PAGE, Max. (org) **Rethinking the Roots of the Historic Preservation Movement. Giving Preservation a History.** New York and London: Routledge, 2004

MURTAGH, William. **Keeping Time.** New York: John Wiley, 2006.

NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, ed. **With Heritage So Rich:** Special Committee on Historic Preservation, United States Conference of Mayors. Washington, DC: Preservation Press, 1996.

WALLACE, Michael. **Reflections on the History of Historic Preservation.** In: BENSON, S.P., BRIER, S., ROSENZWEIG, R. (Ed.) **Presenting the Past: Essays on History and the Public.** Philadelphia: Temple University Press, 1989.

Esses são os livros que estruturaram o trabalho aqui desenvolvido. O objetivo não é reproduzir a narrativa dos fatos que formaram a história da preservação americana, mas entender conceitos como Memória, História, Patrimônio e Nação e como o patrimônio histórico é a materialização destes conceitos lidos nestas narrativas.

Claro que essa pequena lista, não resume toda a informação necessária para escrever uma dissertação de mestrado. Esses são apenas os guias principais da dissertação, ou seja, nossa lista de referência, um parâmetro. Outros autores são fundamentais para o entendimento dos conceitos citados acima (Memória, História, Patrimônio e Nação) e não podiam ser deixados de fora. São eles:

CAMPOFIORITO, Ítalo
CHOAY, Françoise
CHUVA, Márcia Regina Romeiro
COSTA, Lúcio
FONSECA, Maria Cecília L
FOUCAULT, Michael
JOKILETHO, Juka
NORA, Pierre
RIEGL, Alois
SANTOS, Afonso Carlos Marques dos

O trabalho foi dividido em três capítulos. O **primeiro capítulo** pretende tratar da investigação pessoal da origem da nação americana, ou melhor, da formação da consciência de nação construída a partir das artes, dos símbolos americanos e claro, do homem que forma esta nação.

O **segundo capítulo** é o coração do trabalho. É aqui que a história da preservação propriamente dita será apresentada. O que se procura tentar entender é a relação dos americanos com seu patrimônio construído. As características principais do movimento de preservação, ou seja, quando surge, quem são seus primeiros militantes, o que estas pessoas buscavam e como ele se desenvolveu através do tempo. O recorte temporal do capítulo é o final do século XVIII, passando pelo século XIX, quando surgem as primeiras ações de defesa do patrimônio, até o início do século XX.

No **terceiro capítulo**, mostraremos o amadurecimento do movimento de preservação e como as dificuldades enfrentadas pelo país e posteriormente seu desenvolvimento em grande escala forçam uma rápida reação dos preservacionistas. Esse amadurecimento do movimento de preservação tem reflexos tanto na prática como na teoria e culmina com a publicação da legislação vigente para preservação do patrimônio histórico no país, o *National Historic Act* em 1966.

Vale ressaltar ainda que, como visto anteriormente, grande parte da bibliografia utilizada neste trabalho é de língua inglesa. A tradução destes textos foi toda feita pela autora.



O patrimônio como estratégia de invenção da Nação Americana

Mitos são histórias, geralmente de origem popular (AULETE, 2008), que se iniciam com fatos verídicos, idealizados através de suas narrativas, que agregam valor a estes episódios. Estes fatos enriquecidos são assim transmitidos às gerações futuras, e passam a ser cultuados e celebrados como marca na história, dando a um grupo de pessoas uma mesma identidade, uma memória comum. Esta identidade comum é a base para o nascimento de uma identidade nacional.

Este trabalho pretende ler a história ou o mito do nascimento da nação Norte Americana contado através das páginas do patrimônio histórico do país. A palavra mito aqui será utilizada no sentido da poética aristotélica e de forma nenhuma está ligada a fantasia ou falsidade.

Em seu escrito *Arte Poética*, Aristóteles ensina como a poesia deve ser construída. Ele define Mito, utilizado como sinônimo de fábula, intriga ou enredo, como “Combinação dos atos”, ou seja, o agenciamento dos fatos existentes, que precisam de alguém que os organize e os possa transmitir através de um fio condutor, ou seja, uma história. Assim se originam os grandes mitos e conseqüentemente a identidade social comum a uma região ou país. O historiador alimenta o mito cada vez que a história por ele escrita é contada.

O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de um escrever em prosa e o outro em verso [...]. Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu o outro o que poderia ter acontecido. (ARISTÓTELES, *Arte Poética*)

A ideia de que a grandiosidade das nações é algo inventado pode parecer, a princípio, uma tentativa maquiavélica de manipulação. Michel Foucault, em seu livro “*A Verdade e as Formas Jurídicas*”, consola e tranquiliza os historiadores dizendo que não se deve temer “as mesquinhas, pois foi de mesquinha em mesquinha, de pequenas em pequenas coisas, que finalmente grandes coisas se formaram” (FOUCAULT, 1999 p.15). Referindo-se a Nietzsche, ele afirma:

Quando se diz invenção é para não dizer origem [...] A invenção – *Erfindung* - para Nietzsche é por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho inconfessável. Este é o ponto crucial da *Erfindung*. [...] À solenidade de origem, é necessário opor, em bom método histórico, a pequenez meticulosa e inconfessável dessas fabricações, dessas invenções. (IDEM)

Em seu livro *Keeping Time*, William J. Murtagh, primeiro responsável pelo Registro Nacional de Lugares Históricos nos Estados Unidos, abre o primeiro capítulo com uma incômoda pergunta: “Como uma nação sem passado tem algo para preservar?” (MURTAGH, 2006 *Capítulo I - O patrimônio como estratégia de invenção da Nação Americana*)

p.11) Sabemos que os Estados Unidos da América, tem séculos de história consolidada, porém, lendo por entre linhas podemos encontrar nesta pergunta o sentimento escondido na alma de alguns intelectuais presentes no jovem país à época da revolução para independência. A falta da mitificação da história da nação era o grande problema encontrado pela primeira geração de escritores americanos: uma dificuldade enorme de romancear sobre um país “onde não existe sombra, antiguidade, mistério” (HAWTHORNE Apud MURTAGH,2006 p. 11).

A questão não é falta de passado ou de acontecimentos importantes, o que faltava era uma narrativa que imprimisse à nação o peso da tradição, da história. Uma nova perspectiva, algo capaz de dar sentido aos fatos reais pela via do discurso. Um bom exemplo pode ser a própria história da revolução americana. Esta pode ser vista sob diferentes prismas. Uma versão dos fatos poderia ser: revolta contra toda a pesada carga tributária imposta pela Inglaterra através das taxações excessivas sem direito à representação política da parte dos colonos. Ou outra versão mais nobre; e, conseqüentemente idealizada, poderia ser: a luta até a morte pela liberdade do povo americano oprimido por seu colonizador.

Esta é a contribuição dos primeiros intelectuais presentes na colônia, dar o tom necessário para transformar uma colônia em nação. O mito que eles ajudaram a escrever cria um discurso que explica os fatos reais. É o que afirma o historiador Afonso Carlos Marques dos Santos em seu artigo “Memória cidadã: história e patrimônio cultural”, quando escreve sobre uma “invenção” do passado e a importância da criação deste mito para a validação simbólica da nação e formação do cidadão. Segundo ele, esta construção da imagem nacional deve ocorrer em diversos campos artísticos. O patrimônio histórico construído também faz parte desta imagem nacional.

Ao lado da organização política dos Estados nacionais, no século XIX, verifica-se um verdadeiro processo de **invenção do próprio passado nacional, tanto na literatura quanto nos livros de história, contribuindo de maneira fundamental para a legitimação simbólica desses estados**. Este processo, porém, extrapolou o campo historiográfico e esteve presente em todas as construções imaginárias da nacionalidade, constituindo-se no substrato fundamental para a identidade do cidadão. (SANTOS, 2007. p.120 – grifo nosso)

O ponto de partida do mito contado nesta dissertação é a América revolucionária. Vamos começar a nossa história, com a luta para a independência americana contra a Inglaterra. Este ponto de partida foi escolhido porque é nesta época que se iniciam as construções idealizadas de nação que se reflete de forma mais concreta no foco principal desta pesquisa, o patrimônio histórico americano.

Um caso interessante como representação da construção deste mito é a execução de uma tela comemorativa encomendada ao pintor John Trumbull. A tela é a primeira de uma série de quatro pinturas encomendadas pelo congresso que representam fatos históricos importantes da América revolucionária (http://www.aoc.gov/cc/art/rotunda/declaration_independence.cfm). O quadro em questão captura o momento da apresentação do texto da declaração da independência americana ao segundo congresso continental. O pintor faz algumas visitas ao *Independence Hall* na cidade da Filadélfia, lugar onde o fato ocorreu, para que o espaço físico fosse fielmente representado. Porém, a cena representada nunca aconteceu¹. Os delegados do congresso nunca estiveram reunidos ao mesmo tempo para a apresentação da declaração da Independência, nem para sua assinatura, mas esta é a alegoria gravada na memória da população.



Fig.02. Apresentação da declaração de independência dos Estados Unidos.

A celebração destes acontecimentos, declarados como verdades, e por isso celebrados, deram origem aos dias dedicados à memória da nação, como o dia quatro de julho. Neste dia, se celebra a independência americana, ou o aniversário da América. Mas, ao contrário do que muitos acreditam, este não foi o dia em que a declaração foi assinada por todos os representantes das colônias no Congresso Continental reunido na Filadélfia

¹ Trumbull planeja esta pintura em 1786, ele decide não fazer uma reprodução acurada da cena; ao contrario, ele o objetivo era a preservação da imagem dos fundadores da nação. Ele excluiu aqueles para os quais nenhuma imagem oficial pôde ser encontrada ou criada, e incluiu delegados que não estavam presentes no momento do evento. http://www.aoc.gov/cc/art/rotunda/declaration_independence.cfm

(http://www.archives.gov/exhibits/charters/declaration_history.html). Este é o dia em que a declaração é adotada pelo congresso. As assinaturas aconteceram mais tarde, depois que uma cópia do documento havia circulado pelas treze colônias e aprovada por sua população. A pintura de Trumbull (fig. 02), apresentada anteriormente, é uma das fontes míticas que confere concretude imagética ao fato histórico como recurso para constituição do Estado na consciência coletiva.

Mitos e dias de memória não são exclusividade dos americanos; mas, eles os vivem com uma intensidade vista em poucos lugares. Essa intensidade é traduzida concretamente no modo como este ardor patriótico se faz representar por objetos e principalmente através do patrimônio histórico.

Experimentar isto *in loco* foi o que gerou o desejo de escrever este trabalho. Um estrangeiro e seu estranhamento natural da cultura que observa tem em mãos uma ferramenta útil de análise distanciada, muito porque os mitos que formaram a nação observada não são os mesmos vividos pelo observador. Um arquiteto soma a esta sensibilidade cultural, outras ferramentas importantes que ajudam a ler a história de uma nação através de sua produção arquitetônica e cultural.

Isto é o que este trabalho pretende fazer. Não se deseja construir verdades absolutas sobre a criação da nação americana, mas tentar entender como estas verdades estão construídas no imaginário dos americanos e especialmente como isto se traduz na preservação do patrimônio histórico nacional.

Este trabalho se inicia em 2007, precisamente na cidade de Washington, durante o feriado americano dedicado à memória dos que perderam a vida nas guerras do país. O nome do feriado já diz muito por si só, *Memorial Day* ou Dia da Memória. Vivenciar este dia na capital americana, cidade que traduz concretamente o fervor patriótico do país, é ler a história da origem desta nação em seu patrimônio construído. Isto se comprova ao ler as palavras de outro estrangeiro que também começava sua observação da cultura americana do mesmo ponto de partida, o escritor Monteiro Lobato. Entre 1927-1930, ele serve ao governo Brasileiro como adido comercial e publica suas impressões do país no livro "América". A experiência pessoal confirmou que muitas das impressões que se carrega da cidade hoje são ainda similares às descritas por ele em 1932 quando o livro é publicado pela primeira vez.

Washington é um símbolo de pedra. **A história americana está toda ali. Basta uma visita à cidade para que os fatos capitais da formação**

política da America se desenhem para sempre em nosso espírito. Daí a forte reamericanização que sofrem os americanos de visita à capital. **Saem de Washington mais americanos, mais exaltados na tremenda fé em si próprios que acima de tudo os caracteriza.** Povo eleito para os mais altos destinos, Washington é o crisol místico onde se sublima essa fé cega. *From Washington we go home better americans.* (LOBATO, 2009 p. 48 – Grifo nosso)

No caso desta dissertação, o observador é alguém que vivenciou por longos anos as duas capitais brasileiras, a atual Brasília e a anterior, o Rio de Janeiro. A comparação é inevitável, ainda que este não seja o foco da pesquisa. Em Washington, as grandes distâncias, os monumentos e toda a segurança nas ruas para proteção dos carros oficiais remetem constantemente à Brasília. Porém, a grande diferença é a forma como a potência nacional se faz representar através da arquitetura. Os grandes edifícios enraizados na tradição clássica de Washington são este “crisol mítico” a que se refere Lobato e grava em nossa memória “os fatos de formação” da nação americana. A cidade está “inteirinha feita sob medida, dosadamente, calculadamente, **maquiavelicamente armada como arapuca para americanizar quem chega**” (LOBATO, 2009 p.49-grifo nosso)

O repertório arquitetônico escolhido como “arapuca” citada por Monteiro Lobato para a nova capital, o neoclássico, não apenas reflete a tendência europeia de retorno aos modelos clássicos da segunda metade do século XVIII, que vai muito além da estética; mas também, representa a ruptura com a tradição constitucional inglesa. A França, aliada na guerra para independência contra Inglaterra, contribuiu não apenas com forças armadas para o combate; mas, com o modelo de pensamento iluminista baseado na razão e seus valores como a razão; e, acima de tudo, a República e a separação dos poderes públicos. O próprio autor do projeto para a nova capital é Francês, o major Pierre Charles L’Enfant, que havia lutado ao lado de George Washington na guerra pela Independência e estudado na academia Real de Pintura e escultura em Paris (MICHELIN, 1994). O projeto para a nova capital é feito, “sob o feitiço de Versailles” (JORDAN, 1997 p.276) e o resultado deste feitiço é o traçado racional da Cidade de Washington.

Assim, o novo país abandona a imagem de colônia e se estabelece na modernidade através de um estilo considerado racional e puro, mas que ao mesmo tempo está profundamente ligado à tradição e à história legitimando assim, sua própria história. Isto os coloca lado a lado com as grandes nações europeias. Podemos, ler através da arquitetura, o momento exato desta escolha do país pela modernidade. O abandono do estilo Georgiano (fig. 03 e 04) puramente inglês e a opção pelo o neoclássico, que acaba tomando o país nos anos pós revolução (fig. 05 e 06), é o resultado desta escolha. O historiador Eric Hobsbawn, em seu

livro “A invenção das Tradições”, escreve sobre este desejo das grandes nações de provarem-se modernas quando afirma que:

Não nos devemos deixar enganar por um paradoxo curioso, embora compreensível: as nações modernas, com toda sua parafernália, geralmente afirmam ser o oposto do novo, ou seja, estar enraizadas na mais remota Antiguidade[...] . (HOBSBAWN, apud SANTOS, 2007 p.120)



Fig.03. The Old State House, casa de representação do Governo Inglês no estado de Massachussets. Construída no estilo Georgiano - Boston, MA



Fig.04. The Independence Hall – Antiga Casa de representação do Governo Inglês no Estado da Pensilvânia. Construída no estilo Georgiano.



Fig. 05. Capitólio dos Estados Unidos, Washington-DC – Casa do Senado Americano



Fig. 06: Capitólio do Estado da Califórnia- Sacramento, CA. Utilizando o repertório arquitetônico do Capitólio de Washington como tantos edifícios públicos pelo país – foto da autora

Washington é o capítulo introdutório para esta história. A cidade, construída para ser a nova capital da nação, é projetada para contar a interpretação americana da origem de sua nação, com todos os personagens principais presentes nas inúmeras páginas desta história. Caminhar pelo centro da cidade, especificamente na grande esplanada fronteira ao capitólio, conhecida como *The National Mall* (fig. 07 – grifado em vermelho) permite uma leitura deste

mito através da arquitetura. Uma história repleta de memoriais que celebram os presidentes americanos, os mortos nas guerras até chegar ao Capitólio (fig. 07- nº 05) ponto de clímax deste texto que fala da liberdade de governo e de tomadas de decisões independentes para a nação.

O coração da cidade, construído para reforçar esta imagem de poder, cultura e avanço tecnológico, é composto por dois eixos. O eixo leste-oeste (fig. 07 - grifado em vermelho) conta a história da formação cultural do país. Aqui se localizam os museus do *Smithsonian Institution* (fig. 07 - nº 04), onde se encontram os pintores americanos, se conhece a história dos povos que formaram o país, as grandes invenções tecnológicas, ou seja, se visita uma vitrine com todos os maiores feitos americanos. Tudo isso simbolicamente observado pelos personagens da história e seus edifícios memoriais em um trajeto que vai culminar no grande símbolo de democracia americana: o capitólio, copiado e interpretado no capitólio de inúmeros estados do país, como por exemplo, o capitólio do estado da Califórnia (fig. 06) ².

Um eixo menor, norte-sul (Fig. 07 – grifado em verde), não menos monumental, cruza o maior. Em uma das pontas, o prédio mais fotografado da cidade: a Casa Branca (fig. 07 - nº 01). Em oposição à residência e gabinete do Presidente da República, está o memorial ao terceiro presidente americano, e autor da declaração de independência americana Thomas Jefferson (fig. 07 - nº 06). Tudo cuidadosamente pensado para materializar, através da arquitetura, a monumentalidade de uma nação enraizada na tradição. Pelo menos esta é uma das interpretações possíveis quando lemos seus monumentos. Quem duvida do tamanho do poder da nação ante ao colossal monumento a Abraham Lincoln, sentado em seu trono na cabeceira do grande eixo que liga história, guerras, cultura e poder ? (fig. 07 - nº 02- fig. 09, 10 e 11).

Tudo é propositalmente imponente e grandioso, e pedagogicamente “conduz pela mão” contando o mito da formação da grande nação americana. Os *Founding Fathers*, ou os pais fundadores da nação, estão por toda parte, esculpidos em grandes monumentos como no já

² Um país que nasceu da fusão de treze colônias independentes, colonizadas por diferentes nacionalidades tem interpretações fragmentadas da sua imagem de nação. Um bom exemplo disto é o centro do governo do Estado de Nova Iorque localizado na histórica cidade de Albany, fundada no século XVII pelos holandeses. Sua construção durou aproximadamente 30 anos e foi finalizada quase na virada do século, em 1898. O edifício, cem anos mais jovem que o capitólio de Washington, possui um estilo eclético que em nada lembra a representação de poder vista em Washington. Talvez este estilo de narrativa arquitetônica seja a tradução da imagem do “Empire State” apelido pelo qual é conhecido o Estado de Nova Iorque. “O edifício de pedra maciça é um curioso amálgama do renascimento italiano e francês e do [estilo] românico, repleto de escadas ornamentadas, arcos elevados, e uma câmara do Senado ornamentada”. (DK EYEWITNESS Ed., 2008 p.93)

citado Lincoln Memorial ou no templo erigido em honra a Thomas Jefferson, que, de pé junto ao lago na ponta de um dos eixos da monumental Washington, observa tudo.

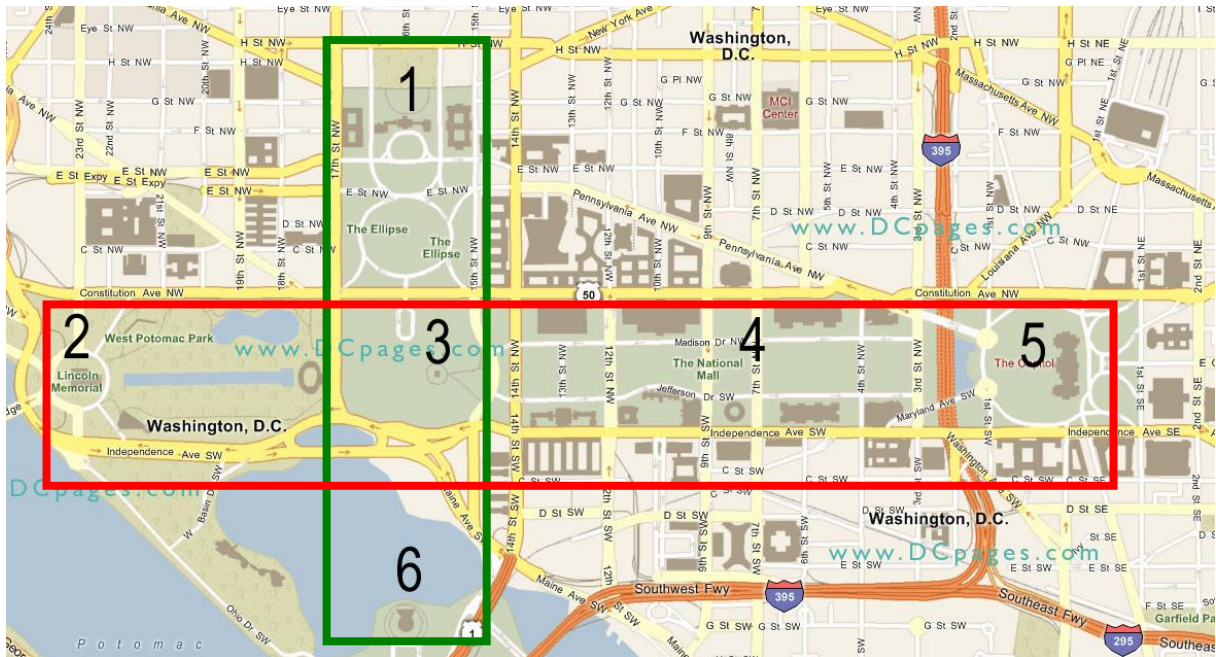


Fig. 07: Mapa Turístico da cidade de Washington e seus eixos principais. Legenda: 1- Casa Branca; 2 – Lincoln Memorial; 3- Washington Memorial; 4 – Smithsonian Museums; 5- Capitólio; 6 – Jefferson’s memorial



Fig.08 Vista do Monumento a George Washington a partir do Lincoln Memorial - foto da autora



Fig.09, 10,11 Lincoln Memorial aproximação e acesso ao monumento – fotos da autora

Washington e Brasília têm uma coisa em comum, e definitivamente não é a arquitetura. Estas cidades ajudam a contar a história da origem das Nações, ou Estados, que representam. É através delas que se organiza, ou se escolhem os fatos que serão contados e celebrados como história de formação daquela nação. Estes cenários foram romantizados tal qual fizeram os primeiros intelectuais americanos e formam um grande espetáculo, pensado para despertar as emoções de todos.

É muito natural fazer estas associações em dias como o *Memorial Day* em Washington ou o sete de setembro em Brasília. Todos os atores, ou seja, os cidadãos sabem qual é o papel que nos cabe nestas ocasiões, já encenamos outras vezes esta peça. Na escola nos ensinam a importância do que se celebra nestas datas. Revivemos nossa história idealizada nos cenários construídos para isto. E quando se está em um lugar diferente, com uma outra companhia de atores, o cenário indica o caminho. A escala dos edifícios obriga a venerar, mesmo que involuntariamente, o grande mito que costura todas as peças daquele quebra-cabeça formador da história.

1.1 O mito e seus símbolos

Ainda na companhia das impressões de Monteiro Lobato nesta jornada, encontramos eco em seu espanto frente à obsessão americana em relação a algumas figuras de sua história. Ele relata como alguns presidentes, por exemplo, são verdadeiros “signos simbólicos, de uso e consumo diários” (LOBATO, 2009 p.4). Os preferidos da América são George Washington e Abraham Lincoln. “Consome-se Lincoln como se consome *hot-dog*. Consome-se George Washington como se consome sorvete”. A socióloga Carmen Lucia Tavares Felgueiras, professora da UFF, afirma que:

Transformado em puro símbolo (herói ou semideus), Lincoln torna-se também fonte inesgotável de nacionalidade. [...] a frase “consome-se Lincoln como se consome ‘hot-dog’” traduz a satisfação de Lobato em ver **os símbolos americanos acessíveis ao conjunto da nação**. Apenas aparentemente triviais, na verdade estes símbolos são, de certa forma, canibalizados pelo povo, num ritual de fortalecimento de seus sentimentos patrióticos. (FELGUEIRAS, 2001 - grifo nosso)

Monteiro Lobato consegue perceber a essência da relação da nação com os símbolos que constroem seu mito. No final do século XIX, início do século XX a idealização dos personagens principais desta história era materializada através da arquitetura que possibilitava a entronização destes símbolos em templos para adoração, ou na definição prática do que preservar como patrimônio histórico nacional. Segundo o jornalista Lorenzo

Aldé, “não existem santos, mas heróis na América. Pessoas importantes não são canonizadas, mas celebradas” (REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL, 2011). O quesito principal para figurar entre o *hall* das pessoas celebradas na América é geralmente o mesmo: figuras importantes da Revolução para Independência Americana. Hoje, ainda se continua consumindo símbolos, alguns novos, outros muito antigos; porém, em outra dosagem. A conclusão veio da observação mais aproximada do tratamento dado a um discreto memorial recuperado em honra ao Presidente Abraham Lincoln.

A restauração do *Lincoln cottage*, como ficou conhecido o chalé, era um projeto pequeno se pensarmos apenas nas dimensões físicas do edifício, mas sem dúvida seu significado simbólico era enorme. Lincoln foi o décimo sexto presidente e governou o país durante a guerra civil americana (1861-1865). Foi assassinado antes de terminar seu mandato, o que o transformou em uma espécie de mártir da nação.

A simplicidade do local era um contraste com o número de pessoas presentes à mesa de reunião para discussão dos rumos do projeto. A casa onde o Presidente Abraham Lincoln passou seus últimos três verões (fig. 12) não impressiona muito pelo repertório arquitetônico. O simpático chalé foi projetado em 1842 e finalizado em 1843 pelo construtor William Degges no estilo Neogótico (HILLIER GROUP, 2003), muito em voga na segunda metade do século XIX.³ O local escolhido para construir a casa era reservado para a elite da cidade de Washington, e isto indicava o *status* social de seu primeiro proprietário o Sr. George Washington Riggs Jr., um banqueiro de sucesso.



Fig. 12. Vista da Fachada sul do Lincoln Cottage durante restauração. Visita a obra feita em 07.06.2007 – foto da autora

³ “Projetado no recente estilo em voga, o neogótico, The Riggs House estava localizada em uma área rural ao norte da cidade de Washington, onde proeminentes famílias locais viviam. Tanto o estilo da casa e sua localização indicavam a posição social de Riggs (HILLIER GROUP, 2003. p.7)
Capítulo I - O patrimônio como estratégia de invenção da Nação Americana



Fig. 13,14, e 15 Detalhes da fachada norte e interior da sala de lazer compatíveis com descrição do estilo feito acima – fotos da autora

Seu estilo não era o que diferenciava o pequeno chalé dos outros tantos construídos nos arredores da cidade:

O estilo começaria a ser amplamente popularizado por Andrew Jackson e AJ Davis nas duas décadas seguintes. De acordo com a estética do estilo Neogótico, a região bucólica adquirida por Riggs se localizava em região alta, oferecendo uma ampla vista da cidade de Washington e oferecendo um ambiente pitoresco. A casa possuía muitas características do estilo neogótico como recomendado por Andrew Jackson Downing, incluindo ‘belo lambrequim [Fig. 13] e arremates,... chaminés simples [fig.14] ou fantasiosas,... janelas treliçadas de vidro [fig.15]’, e uma grande varanda com vistas panorâmicas [fig. 12]. (HILLIER GROUP, 2003. p.7 e 8)

O que o tornaria especial seria sua ligação com os Presidentes da República, que passaram a utilizar o chalé como refúgio de verão, com a vantagem de estar bem próximo da capital federal. O primeiro deles foi o presidente Buchanan que a convite do General Scott em 1857⁴ fez a primeira visita presidencial ao campo onde se localizava o chalé. Abraham Lincoln visitou o chalé em 1861, pouco tempo depois de assumir a presidência. Ele retornou no ano seguinte com a família após a morte de seu filho Willie em fevereiro 1862. A localização da propriedade era muito conveniente e Lincoln podia ir e voltar a Washington quando necessário e o uso do chalé se tornou então uma tradição a partir daí. A família retornou em 1863 e 1864 para longas temporadas que duravam de julho a novembro⁵.

⁴ Segundo relatório desenvolvido pelo escritório de arquitetura Hillier Group Não há registros de que o presidente haveria ocupado o mesmo chalé que viria a se transformar no Lincoln Cottage.

⁵ “General Scott, em 1857, convidou o presidente Buchanan e Secretário da Guerra Floyd para ocupar residência de verão no asilo, que era então uma propriedade rural fora do pantanoso centro da cidade Washington. Buchanan residiu lá durante os verões de 1857-1860. Presidente Lincoln e sua família ocupou a Casa Riggs a partir de meados do verão a novembro de 1862-64. Presidente Hayes ficou na casa durante os verões de 1877-1880 e o Presidente Arthur entre 1882-1884 .” Trecho retirado do formulário de levantamento para inscrição do monumento da lista de registro de monumentos nacionais.

A casa foi incluída na lista de Registro Nacional de Lugares Históricos em 1973. E mais recentemente, em 2005, o presidente Clinton declarou o restante da propriedade onde se localiza o chalé, conhecida como *The US Soldiers' and Airmen's Home* - uma histórica casa para veteranos de guerra, como Monumento Nacional ⁶.

Pode-se perceber pelo cuidado nos detalhes, ou pela intensidade no repertório arquitetônico utilizado, uma aura mitológica em torno dos presidentes do país. O fato se origina com o primeiro deles, George Washington, General da guerra da revolução que liderou as tropas rebeldes contra a Inglaterra na campanha pela independência do país. Ele é a encarnação deste laço que une pessoas distintas em um único interesse, a pátria.

Antes de ser presidente, George Washington era um agricultor⁷ envolvido em questões militares e políticas. O que o qualificava para governar uma nação que começava a se organizar e com grandes problemas para unificação do território era seu título de General e sua imagem de comando vitorioso em guerra. Sua imagem como libertador da nação fazia dele a pessoa mais qualificada, pois era exatamente isto o que se precisava para convencer as pessoas envolvidas que podiam se lançar nesta aventura sem precedentes. Sobre ele se criaram as mais diversas histórias "lembre-se que Washington não mentia." Explicava o imaginário Mr. Slang de Monteiro Lobato, "A velha história da cerejeira⁸ que ele cortou com o seu machadinho em menino, é dogma na América" (LOBATO, 2009 p.55). Alguém

Fonte: http://www.nps.gov/nr/twhp/wwwlps/lessons/138lincoln_cottage/138about.htm - acessado em 12.06.2011.

⁶ "Em 1973, *The US Soldiers' and Airmen's Home*, um distrito histórico que consiste em um núcleo de seis hectares, incluindo o *Lincoln Cottage*, foi nomeado um marco histórico Nacional. Esta ação levou à sua inclusão automática no Registro Nacional de Locais Históricos. Mais recentemente, em 7 de julho de 2000, o presidente William J. Clinton declarou o Cottage e 2,3 hectares de terreno circundante ao *Presidente Lincoln Cottage* e *The US Soldiers' and Airmen's Home* Monumento Nacional" (HILLIER GROUP, 2003. p. 1)

⁷ De 1759 a eclosão da Revolução Americana, Washington gerenciou suas terras em torno de Mount Vernon e serviu na Câmara de Burgueses da Virgínia. Casado com uma viúva, Martha Dandridge Custis, ele se dedicou a uma vida movimentada e feliz. Mas, como seu companheiros agricultores, Washington sentiu-se explorado por comerciantes ingleses e prejudicado pela regulamentação britânica. Como a disputa com a pátria-mãe cresceu gravemente, ele, moderadamente expressou sua resistência às restrições, porém, de modo firme. Fonte: <http://www.whitehouse.gov/about/presidents/georgewashington> - acessado em 14.06.2011.

⁸ Quando George tinha cerca de seis anos de idade, foi feito o rico dono de um machado! Com o qual, como a maioria dos meninos, ficou imensamente apegado, e estava constantemente indo e vindo cortando tudo o que aparecia em seu caminho. Um dia, no jardim, onde muitas vezes se divertia cortando o pé de ervilhas de sua mãe, ele infelizmente experimentou a lamina de sua machadinha no corpo de uma bela jovem cerejeira Inglesa. [...] na manhã seguinte, o velho cavalheiro [o pai de George Washington], descobriu o que havia acontecido a sua árvore, [...], entrou em casa, e indagou pelo autor travessura [...]. Neste instante George e seu machado aparecem. "George", disse seu pai, "você sabe quem matou a bela cerejeira do jardim? "Esta foi uma pergunta difícil, George cambaleou por um momento, mas rapidamente recuperou-se, e olhando para seu pai, [...], corajosamente gritou: "eu não posso dizer uma mentira, Pai; você sabe que eu não posso dizer uma mentira. Eu a cortei com o meu machado. WEEMS, L. A History of the Life and Death, Virtues and Exploits of General George Washington. 1918. s/p. - fonte: <http://xroads.virginia.edu/~cap/gw/chap2.html> - Acessado em 31.01.2012.

duvidaria de um Herói de guerra? Sua escolha como governante da nação confere ao cargo uma aura de Herói que se mantém até hoje.

O fato pode ser comprovado pela frequência com a qual a ficção os faz representar o papel para o qual a função demonstra grande vocação, o papel de herói. Inúmeros filmes, atuais ou de época, além da literatura, apresentam o presidente dos Estados Unidos, ficcional ou não, salvando a nação e algumas vezes o mundo inteiro. Bons exemplos são *Air Force One*, onde o presidente dos Estados Unidos, interpretado por Harrison Ford, arrisca sua vida e sua família para salvar a nação de terroristas russos. Ou filmes onde o presidente americano comanda a reconstrução do mundo e lidera ataques para a salvação do planeta. O filme *Independence Day*, lançado em 1999, apresenta um discurso que traduz bem o sentimento comum de heroísmo e luta pela pátria presente no inconsciente Americano. No filme, a noite que antecede a salvação da humanidade é, coincidentemente, a véspera do dia 4 de julho, e o presidente Americano se dirige àqueles que estão a ponto de partir e lutar contra tudo o que ameaça o mundo dizendo:

Talvez seja destino que hoje seja 4 de julho... e vocês estarão mais uma vez lutando por nossa liberdade ... não contra a tirania, opressão e perseguição da nossa nação. Estamos lutando por nosso direito de viver ... de existir. E se vencermos hoje, **o 4 de julho não será mais conhecido como um feriado americano, será o dia que o mundo declarou a uma só voz 'não vamos mais entrar silenciosamente na noite, não vamos desaparecer sem lutar**, nós vamos viver ... Vamos sobreviver'. Hoje celebraremos nossa independência! (Trecho transcrito do monólogo no filme *Independence Day*, 20th Century Fox, 1996 – grifo nosso)

A ficção é claramente influenciada pela realidade. Existe uma adoração pelos grandes discursos dos presidentes americanos que são evocados sempre quando necessários e estão estampados por toda Washington. Estes discursos têm um valor quase religioso, tal qual “as tábuas de salvação de Moisés para o povo Hebreu no deserto.” (LOBATO, 2009. p.51). Analisando os discursos reais e os confrontando com o da ficção percebemos que a raiz destes discursos *hollywoodianos* está plantada na história. Tomemos as famosas palavras do Presidente Lincoln durante a inauguração de um memorial no cemitério de Gettysburg, lugar de grandes batalhas durante a Revolução para Independência Americana. Em 1869, quando Lincoln proferiu o discurso, o país se encontrava em meio à guerra civil e americanos lutavam internamente. Seu discurso, evocando as batalhas do passado exortava o povo a seguir o exemplo dos pais da nação a lutar pela unidade do país.

Oitenta e sete anos atrás, nossos pais produziram, neste continente, uma nova nação, concebida em liberdade, e dedicada à proposição de que todos os homens são criados iguais.

Agora estamos empenhados em uma grande guerra civil, testando se aquela nação, ou qualquer nação assim concebida, e assim dedicada, pode durar. Estamos reunidos aqui em um grande campo de batalha daquela guerra. Viemos dedicar uma parte dele como um lugar de descanso final para aqueles que aqui deram suas vidas para que aquela nação pudesse viver. [...]

[...] que a partir desses mortos honrados tomamos devoção crescente a essa causa para a qual estes deram a última medida plena da devoção - que nós aqui extremamente resolvemos que esses mortos não terão morrido em vão, que **esta nação deve ter um novo nascimento da liberdade; e que este governo do povo, pelo povo, para o povo, não pereça da terra.** (<http://americancivilwar.com/north/lincoln.html> - grifo nosso)

O espírito representado no cinema e literatura são ecos do sentimento real. A ficção é a chave que nos revela a imagem comum do país no inconsciente da população, ou a imagem que se quer construir. A imagem da América que se percebe através destes filmes nos ajuda a entender melhor a grandiosidade dos monumentos dedicados aos símbolos americanos, ou a devoção dedicada às relíquias ligadas a esta história. Esta é a imagem da América pessoal dos americanos: Um país enraizado em tradições e grandes mitos. Os monumentos são a materialização do sentimento patriótico e a celebração dos heróis nacionais eternos.

O cinema é um grande instrumento de análise, se usado como ferramenta de busca desta imagem da América histórica para o Americano. Muitos filmes retratam com grandiosidade o heroísmo destes primeiros símbolos da América. Contar a história do nascimento da nação é inspiração de muitos diretores de cinema. Em filmes como o *Patriota (Columbia Pictures, 2000)* e mais recentemente a série *John Adams (HBO Series, 2008)* esta verdade, construída pelo americano sobre sua origem, começa a tomar forma na consciência das pessoas. Assim, como o Pintor Trumbull, citado anteriormente, as equipes de produção mergulham em pesquisas históricas para construir uma imagem palpável dos fatos que serão contados. E, com a mesma licença poética do pintor, os filmes associam ao fato histórico uma imagem, trazida de volta a vida através de um cenário, cópia idealizada, ou não, do real. Este grande paradoxo vai alimentando mitos antigos e criando novos.

George Washington é um destes mitos preferidos. Sua memória antes de ser imortalizada em livros e filmes, foi celebrada nomeando a nova capital que começou a ser construída em 1791, ou seja, antes de sua morte. Washington nunca morou na casa branca, outro grande símbolo americano, mas ganhou um grande memorial no coração da cidade. Para o eterno presidente, um grande obelisco inspirado no egípcio, mas com dimensões bem maiores (fig.16) foi construído. O monumento não foi construído em sua totalidade. O projeto era

mais grandioso do que o executado (fig.17). O grande obelisco de pedra tem precisos “555 pés, 5 polegadas e 1/8 de altura” (LOBATO,2009 p.55) ou 169.294 metros de altura. Foi finalizado em 1884 e pode ser visto de quase todos os pontos da cidade. Foi inscrito na lista de Registro Nacional em 1966.



Fig. 16 Vista do Monumento a George Washington em primeiro plano com a casa branca ao fundo - 2003

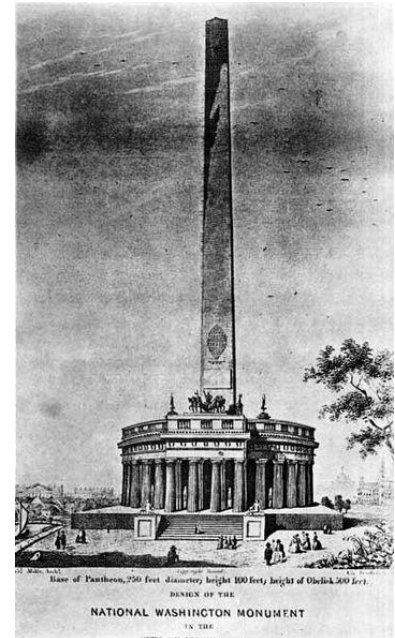


Fig.17. Projeto para o Monumento Nacional George Washington. Projeto do arquiteto Robert Mills, 1836.

Outros símbolos sempre na memória dos americanos são Abraham Lincoln, já bastante citado e Thomas Jefferson. Os dois ganharam “templos” onde podem ser adorados como santidades, tal como se fazia na Grécia antiga (fig. 19 e 20). No memorial dedicado a Abraham Lincoln se pode ler uma epígrafe (Fig.21), cuja tradução é:

NESTE TEMPLO
COMO NOS CORAÇÕES DAS PESSOAS
PARA QUEM ELE SALVOU A UNIÃO
A MEMÓRIA DE ABRAHAM LINCOLN
ESTA CONSAGRADA ETERNAMENTE

A memória do presidente mártir é consagrada em um grande templo neoclássico impecavelmente branco, (Fig. 18), onde cada coluna representa um Estado da União. “As linhas são rigorosamente gregas. Henry Bacon, o arquiteto, achou [...] que só a majestade das linhas helênicas [fig.18] poderia afinar com a majestade das linhas morais daquele homem” (LOBATO, 2009. p.51). Dentro do templo está o “ídolo”, que sentado em um grande trono (fig. 21) observa o monumento aos mortos na segunda guerra e o grande obelisco em memória a George Washington com feições de grande serenidade. O edifício foi finalizado em 1922 e inscrito na lista de registro nacional em 1966.



Fig. 18 Vista do Lincoln Memorial – 2008 – foto da autora



Fig. 19 Templo de Atenas , Parthenon – Atenas, Grécia



Fig.20. Representação do que teria sido o interior do Parthenon com a colossal estátua de Atenas



Fig. 21. Representação do Presidente Lincoln no Interior do Memorial – 2008 – foto da autora

Thomas Jefferson está representado por uma grande estátua de bronze (fig. 23) também entronizado em um templo circular neoclássico (fig. 22), construído em 1943. O edifício foi declarado monumento nacional no mesmo ano e inscrito na lista de Registro Nacional de Lugares Históricos em 1966. Aqui, o monumento funciona mesmo como um livro de história. Jefferson foi o terceiro presidente americano e foi dele a primeira redação da declaração da independência⁹ das colônias americanas, razão pela qual foi entronizado no panteão dos heróis americanos. Nas paredes do memorial, o texto da declaração pode ser lido. Na base da rotunda, encontramos o trecho de uma carta escrita por Tomas Jefferson que se tornou célebre:

EU JUREI DIANTE DO ALTAR DE DEUS
HOSTILIDADE ETERNA CONTRA TODA FORMA DE TIRANIA
SOBRE A MENTE DO HOMEM.¹⁰

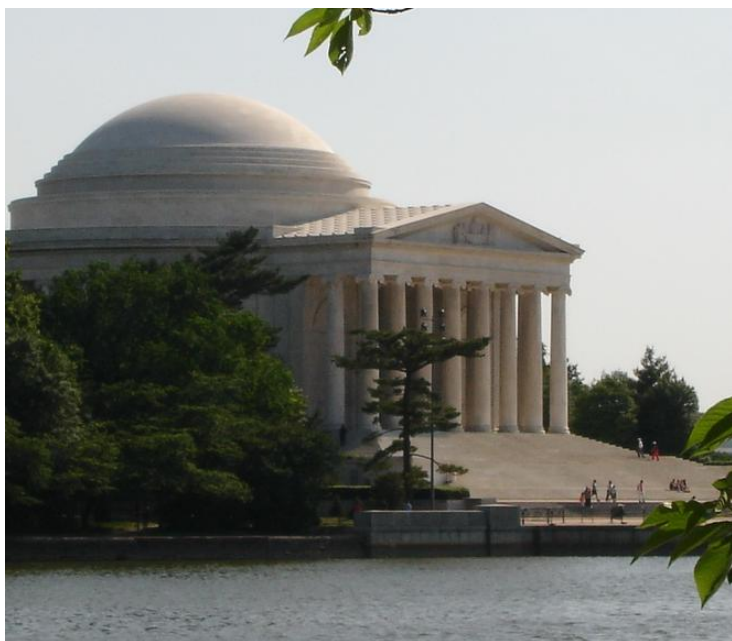


Fig. 22 Vista do Memorial a Thomas Jefferson – 2007 - foto da autora



Fig. 23 Estátua de Bronze representando Thomas Jefferson

Para alguém que não nasceu no país e não foi iniciado nos mitos americanos é difícil entender a ligação visceral de um americano com seus símbolos. É necessário que esta imagem esteja construída no subconsciente para que tudo faça algum sentido. O presidente é um grande ícone simbólico do país, seguido pela bandeira e as cores

⁹A declaração da independência das colônias americanas foi produzida por uma comissão designada por John Hancock, presidente do Segundo Congresso Continental. Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, John Adams, Roger Sherman e Robert Livingston eram os nomes que formavam esta comissão. Thomas Jefferson escreveu o primeiro texto que posteriormente foi modificado pelos membros da comissão.

¹⁰Texto extraído de carta privada enviada por Thomas Jefferson. Fonte: <http://www.whitehouse.gov/about/presidents/thomasjefferson> - acessado em 14.06.2011.

nacionais, que estão nas varandas o ano todo, e se multiplicam durante o mês em que se celebra a independência americana.

Todo este estímulo visual, com “templos” para heróis, cores nacionais, grandes monumentos comemorativos, são como um projeto para aproximação da imagem do Estado ao cidadão. Os símbolos e lugares de memória são um lembrete da sua obrigação moral de venerar os fatos históricos que os elevaram de colônia à nação. A pátria, este conceito abstrato tão venerado pelo homem americano foi traduzido em artefatos concretos que podem ser facilmente acessados e vivenciados nos lugares de memória feitos para isto.

Lugares de memória eram vistos como instrumentos didáticos: “Não importa quão bem uma história seja contada através de palavras, ainda permanece algo implícito, que somente forma e cor podem retratar” Disse o escultor Nova Iorque e líder da ASHPS [*American Scenic and Historical Preservation Society*] Henry Kirk Bush-Brown. [...]

O poder de sítios de memória espacializada sempre procedeu mais como uma questão de fé do que de ciência mensurável, e a fé dos primeiros preservacionistas na utilidade social da memória espacializada teve um molde quase religioso. (MASON In: PAGE, 2003.p.140)

Interessante é notar que este projeto de aproximação entre o Estado e o cidadão não parte apenas do Governo; mas, muitas vezes, da iniciativa privada, como veremos mais adiante.

Outro grande símbolo mítico é a memória social das Guerras das quais o país participou (e participa). A guerra revolucionária para independência é um divisor de águas na história americana, e o ponto de partida deste trabalho para contar o mito de origem da nação. Esse mito é construído sobre fatos cuidadosamente alinhavados para enaltecer um grande passado. Isto não é uma operação inocente, mas sim uma interpretação da memória para invenção da história oficial. O historiador francês Pierre Nora, relata sobre esta possibilidade de diferentes interpretações dos fatos para formação da história:

Nos estados Unidos, por exemplo, país de memória plural e de contribuições múltiplas, a disciplina [a troca de uma história-memória por uma história crítica] foi sempre praticada. **As diferentes interpretações da Independência ou da guerra civil**, apesar de suas implicações, por mais pesadas que sejam as tramas, **não questionam a tradição americana, seja porque, num certo sentido, ela não existia, ou não passe principalmente pela história.** (NORA,1993 p. 10- grifo nosso)

A história da preservação americana é a resposta dessa necessidade de contar a história da nação através de objetos concretos, da necessidade de se produzir lugares que materializassem a memória comum a todos os americanos e onde estes pudessem se

Capítulo I - O patrimônio como estratégia de invenção da Nação Americana

encontrar com um passado palpável. Daí vem essa necessidade de acumular vestígios, objetos, espaços ou sinais visíveis “como se este dossiê [...] fosse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história” (NORA, 1981 p.13).

Assim nascem os lugares de memória da nação. Como já vimos anteriormente, cidades inteiras são pensadas com este intuito e o que tem potencial pedagógico para contar esta história é separado e tratado como relíquia. Um artefato que testemunhou a história ganha *status* de divindade. Sobre isto nos diz ainda Pierre Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, **restos**. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos. (NORA, 1993 p.13 – grifo nosso)

Assim, as primeiras mobilizações para preservação tinham exatamente esta intenção: sacralizar bens ligados a figuras que contribuíram para a independência americana. Mesmo que os objetos em questão não possuíssem nenhum tipo de excepcionalidade artística, ou fossem espécimes únicos ou que existisse o perigo de extinção de uma técnica construtiva tradicional. A preservação americana se iniciou pela necessidade de se salvar uma parte da memória desta nação e garantir que a história continuasse a ser contada para as próximas gerações.

A ênfase sobre os valores patrióticos associativos ligados ao início do movimento de independência e do período colonial adquiriu um novo sentido de urgência com a grande imigração do final do século XIX e início do século XX, quando a ética anglo-saxã e protestante dos primeiros assentamentos e período colonial que vigorava foi ameaçada pela entrada maciça de europeus do leste e da Europa central, além de católicos, judeus, ortodoxos e outros.

Sítios Históricos foram recrutados por seu potencial didático em inculcar os recém-chegados com os valores de uma cultura dominante, cujos portadores foram diminuindo perigosamente em sua proporção na população geral. Esta utilização do patrimônio significou uma forte aposta na reconstrução e museografia que poderia facilmente interpretar e transmitir ao público em geral, os valores sociais que levaram à sua construção original (ARAOZ, s/d. grifo nosso)

1.2 A pátria ideal

Na tentativa de entender um pouco melhor a formação desta imagem da pátria no inconsciente do homem americano, e acreditando tal como Érico Veríssimo “que a melhor maneira de compreender uma nação é ler a obra de seus escritores” (VERÍSSIMO Apud MACHADO, 2004) continuaremos usando a ficção como chave de acesso a esta imagem.

São de especial interesse os autores que contaram suas histórias nos anos após a declaração da independência, ponto de origem do mito da nação americana que estamos lendo através do patrimônio histórico.

Estes autores foram selecionados a partir de outras leituras, em especial o livro que lançou a incômoda pergunta: “Como uma nação sem passado tem algo para preservar?” (MURTAGH, 2006). Murthagh começa a contar a história da preservação americana inspirado nesta aura mítica relatada pelos primeiros intelectuais que descrevem o país em seus primeiros anos.

A dificuldade exprimida pelo autor Nathaniel Hawthorne em romancear sobre um país “onde não existe sombra, antiguidade, mistério” (HAWTHORNE Apud MURTAGH, 2006 p. 11) dá origem a romances recheados de uma imagem idealizada do que seria a América, ou seja, a imagem que estas pessoas tinham da sua curta história, ou aquela que gostariam que fosse verdade. Washington Irving e Nathaniel Hawthorne são exemplos destes autores; que, inspirados pela rotina do país, contam suas histórias e transformam a realidade através de suas narrativas. Assim, o mito de origem da nação americana, começa a tomar corpo, a se traduzir em personagens, cidades idealizadas e paisagens exaltadas.

Através de seus romances, percebe-se o senso comum sobre a organização das cidades na colônia, suas características construtivas, os negócios, a lei e a moral daquele tempo. Claro, que quando usamos a expressão senso comum não esperamos destes autores métodos científicos rigorosos para recolhimento de dados e pesquisas. Sabemos que suas narrativas nascem de uma visão romantizada do passado, ou do país. Mas, não é assim que a história é feita? Afinal “o historiador é quem constrói a verdade histórica através dos fatos. Os fatos por si só não falam. Eles precisam de alguém que lhes de voz”.¹¹

¹¹ ROCHA- PEIXOTO. Gustavo. Notas das aulas de Historiografia da Arquitetura. Set, 2010
Capítulo I - O patrimônio como estratégia de invenção da Nação Americana

Tomemos os autores citados acima e seus títulos mais conhecidos. *A lenda do cavaleiro sem cabeça*, (*The legend of Sleepy Hollow*), publicado pela primeira vez em 1820 e Rip Van Winkle, publicado em 1819, ambos de Washington Irving e *A letra Escarlata* (*The Scarlet Letter*) de Nathaniel Hawthorne, publicado em 1850. Nestes livros, como em tantos outros da época, os personagens construídos, bem como as paisagens descritas alimentam o mito e se fundem não só à realidade, mas também à memória afetiva.

As narrativas se apoiam em um importante ingrediente: a paisagem e os costumes locais. A descrição arquitetônica é parte importantíssima para a caracterização dos personagens e para montagem da atmosfera necessária. É uma representação dos aspectos mais marcantes do estilo de vida de uma época, e de um povo que se adaptava ao novo mundo. Com as frequentes referências à paisagem e à arquitetura. Hoje, também podemos experimentar a atmosfera dos séc. XVIII e XIX; assim, esta América ideal se planta na memória afetiva das pessoas, não só dos leitores norte americanos, mas no inconsciente internacional. Lendo suas descrições sobre pequenas cidades do interior ou sobre a magia das grandes metrópoles, pessoas de outras nacionalidades constroem uma imagem e podem experimentar aquele cotidiano mesmo que nunca tenham colocado os pés na América. Para nós pesquisadores, esta é a função da literatura e do cinema: entender não as verdades absolutas, mas as imagens que se formam a partir de uma versão dada aos fatos históricos.

Experimentar estes textos causa o mesmo impacto no leitor que uma visita ao memorial Lincoln em Washington. O texto é como um templo neoclássico construído para exaltar as conquistas daqueles primeiros colonos, da mesma forma como a arquitetura conta histórias, também idealizadas, do nascimento da nação americana e seus feitos grandiosos. É o que nos conta nosso companheiro de impressões da América, Monteiro Lobato. Ele também sente a necessidade de buscar a versão real das descrições e paisagens as quais já conhecia através da literatura. Ali, no local descrito pelos autores e manipulado pela população local, ele pode enfim fazer parte da história que lia com “a sensação de cenário de teatro, de invenção humana, de mentira linda” (LOBATO, 2009 p.100):

Eu fora visitar aquele adorável recanto **movido de uma sugestão literária**. Andava a ler Washington Irving, o incomparável, e justamente em Tarrytown localizara ele a sua famosa *Legend of Sleepy Hollow*. Cidade toda ela romance, ergue-se à margem do Hudson.[...] ainda a existência até hoje do Sleepy Hollow Manor – a velha casa construída pelos colonizadores holandeses em terras compradas aos índios – foram os ingredientes que os **habitantes de Tarrytown manipularam para seduzir os visitantes**. (LOBATO, 2009 p.100- grifo nosso)

Washington Irving foi um dos primeiros autores americanos com reconhecimento internacional. Nascido em 1783, foi criado na cidade de Nova Iorque. O autor usa com frequência descrições das paisagens do Vale do Rio Hudson, área de colonização Holandesa no século XVII, como pano de fundo para suas histórias.

[...] Quem já fez uma viagem até o rio Hudson deve se lembrar das montanhas Kaatskill. [...] Toda mudança de estação, a cada mudança de clima, na verdade cada hora do dia, produz alguma mudança nos matizes e formas mágicas dessas montanhas. [...] no sopé destas montanhas encantadas, o viajante pode notar a leve neblina que se curva sobre uma aldeia, cujos telhados brilham por entre as árvores, apenas quando o azulado da montanha desaparece no verde fresco da paisagem mais próxima. **É uma pequena aldeia, de grande antiguidade, fundada por alguns dos colonos holandeses. As casas, construídas com pequenos tijolos trazidos da Holanda, tendo janelas treliçadas e frontões encimados com cata-ventos** [...] (IRVING, 2001.p. 9 e 10 -grifo nosso)

A simples inserção da palavra antiguidade na frase muda todo o sentido da descrição. Assim vamos entrando no mundo idealizado dos Americanos. Através da literatura, torna-se possível figurar a rotina destas aldeias típicas, os costumes da época e como funcionava a vida pública. Em *A lenda do cavaleiro sem cabeça*, Irving descreve, por exemplo, a escola da pequena aldeia de *Sleepy Hollow* (fig.25) :

[...] A escola era um edifício solitário de uma grande sala, rudemente construída de toras; As janelas eram parte envidraçada e parte coberta com folhas de cadernos antigos. [...] A escola ficava em uma situação solitária porém, agradável ao pé e duma colina arborizada, com um riacho correndo perto, e um formidável vidoeiro crescendo ao fundo.[...] (A lenda do cavaleiro sem cabeça- IRVING, 2008 p. 4 & 5)

A descrição das paisagens feitas no século XIX, que impressionaram Monteiro Lobato nos anos 20, ainda se conserva (fig. 24,25 e 26), e estas são consideradas “bem características do interior americano” (Lobato, 2009 p.98) graças à consolidação destas imagens feitas nos romances dos primeiros anos do país, ainda que sua origem esteja ligada, diretamente, a um país europeu, neste caso, a Holanda, como dito logo nos primeiros parágrafos do livro.

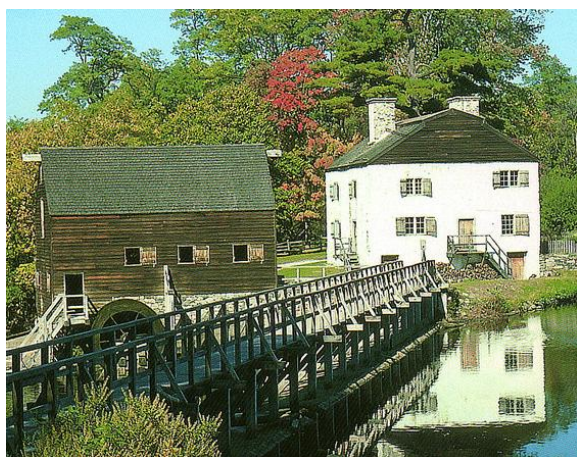


Fig. 24. Manor House – conjunto de residência e moinho construído por Frederick Philipse, um colono Holandês, em 1800. Sleepy Hollow, NY



Fig. 25. Voorlezer School - Considerado o edifício escolar mais antigo conhecido na costa leste americana. Data provável de construção 1680.



Fig. 26. Paisagem típica do interior nos Estados Unidos – Fazenda Sleepy Hollow, Vermont.

Monteiro Lobato nem imaginava a que ponto chegaria a mistura entre ficção e realidade. Em 1996, a pequena vila de *North Tarrytown*, na qual Washington Irving se inspirou para criar a cidade fictícia onde se desenvolvia a história do cavaleiro sem cabeça, decide, através de votação pública¹² mudar o nome original da cidade que passou a ser chamada oficialmente pelo nome inventado pelo autor, *Sleepy Hollow*.

Nathaniel Hawthorne, nascido em 1804, foi um autor altamente influenciado por Washington Irving. Também está elencado no *hall* dos grandes escritores americanos acomodados no domo central da biblioteca do congresso, “[...] são eles Emerson e **Irving**, o primeiro pensador americano e o escritor de maior perfeição de forma e ideia de que a América se orgulha [...] Goethe, Franklin, Macaulay e **Hawthorne**, Scott e Demóstenes, Shakespeare e Dante.” (LOBATO, 2009 p.62-grifo nosso)

¹² <http://www.nytimes.com/1996/12/11/nyregion/north-tarrytown-votes-to-pursue-its-future-as-sleepy-hollow.html> - acessado em 08.06.2011

Nascido na histórica Salem – Massachusetts, Nathaniel Hawthorne ficou conhecido por seus romances e contos que retratavam a Nova Inglaterra e os costumes puritanos do séc. XVIII. Em a Letra Escarlate, um de seus livros mais populares, descreve os hábitos de fundação de um assentamento colono, bem como os prédios institucionais mais importantes de uma aldeia na região da Nova Inglaterra como, a cadeia, o palácio do Governador (fig. 26 e 27), o mercado, além dos costumes e da moral da região no século XVIII.

Os fundadores de uma nova colônia, qualquer que seja a utopia da virtude humana e de felicidade que eles tenham projetado originalmente, tinham reconhecido invariavelmente entre suas primeiras necessidades práticas usar uma porção do solo virgem como um cemitério, e outra parte como o local de uma prisão. De acordo com esta regra, pode seguramente ser assumido que os antepassados de Boston haviam construído a primeira prisão em algum lugar nos arredores de Cornhill, quase sazonalmente como demarcaram o primeiro cemitério. (HAWTHORNE,2006. P.93)

Sobre o palácio do governador Hawthorne escreve,

Era uma grande casa de madeira, construída em um estilo do qual ainda encontramos espécimes existentes nas ruas de nossas antigas cidades [...] o frescor do passar dos anos estava em seu exterior, e a alegria, brilhando diante de suas janelas ensolaradas [...] As paredes cobertas com uma espécie de estuque, onde fragmentos de vidro foram misturados com abundância, de modo que, quando o sol batia diretamente na frente do edifício, este brilhava e cintilava, como se diamantes tivessem sido arremessados contra ele [...].(HAWTHORNE, 2006. P.205)



Fig.27 Old State House, Palácio do Estado – Boston, 1801 .



Fig. 28 Old State House , 2005.

Toda esta cultura literária dos primeiros anos na colônia e sua materialização no imaginário das pessoas nos dá o mote necessário para recontar a história, juntando os fatos sob um fio condutor que nos ajude a entender a relação dos americanos com seu patrimônio. A dificuldade destes autores em perceber que a nação real estava ali e se erguia através da rotina, dos costumes e tradições os levava a romancear sobre estes fatos. Hawthorne, que externa sua dificuldade em enxergar sombra de passado ou mistério, cria uma aura

Capítulo I - O patrimônio como estratégia de invenção da Nação Americana

misteriosa e intensa para a região da Nova Inglaterra e isto marcou profundamente a realidade. Enquanto estes homens produziam uma América ideal, seus contemporâneos procuravam ainda que em pequenas doses, cultivar suas próprias histórias desde muito cedo, através de documentos de família, suas casas, relíquias dos heróis e símbolos da realidade. Assim, nasce o desejo de contar a história do país e, conseqüentemente, o patrimônio nacional, usado como prova de legitimidade, é o livro de história construído de pequenos tijolos, janelas treliçadas e toras de madeira que contribuía para a leitura do mito de origem da nação americana.

[...] Tanto em um nível individual ou social, eles procuravam laços íntimos onde vínculos pessoais foram valorizados e incentivados. Pensando que esses sentimentos estavam ligados a coisas materiais e naturais, [...] concentravam seus interesses sobre as casas, mobiliário, costumes, e paisagens associadas aos reverenciados Founding Fathers, os líderes de sua comunidade, ou patriarcas e matriarcas de sua família. **Um artefato poderia representar valores como caráter individual, o amor da família, ou dever público.** (LINDGREN In: PAGE, 2003 p.108 – grifo nosso)

1.3 A América, o americano e o início da construção do patrimônio americano

Depois de identificar onde o mito coletivo estabelece o ponto de origem da nação americana, e partindo da compreensão pessoal dos valores simbólicos importantes para a nação, outra investigação que se impõe é sobre a ideia de homem que formará a nova nação, ou seja, sobre o conceito de homem Americano. Quem eram estas pessoas e principalmente como esta diversidade de culturas e povos forma esta nação composta por tantas outras. Estas pessoas que, reunidas pela memória comum introjetada, formam a América e o que elas começaram a construir a partir de sua chegada, semeiam a diversidade de técnicas, culturas, hábitos e línguas pela terra que unirá tudo sobre o genérico nome de Estados Unidos da América¹³ e reunirá todos sob o nome de Americanos.

Em 1754, um destes novos Americanos, Hector St. John de Crevecoeur, francês de nascimento, educado na Inglaterra, embarcou para o novo mundo onde se estabeleceu e escreveu sobre o cotidiano do colono europeu na América. Seu livro, “*Letters from an American Farmer*” publicado 1782, tornou a rotina da colônia conhecida na Europa. Em um dos seus capítulos iniciais, lança outra pergunta importante para este trabalho, “O que é então o Americano, **este novo homem?**” (CREVECOUER, 1905 p.56 – Grifo nosso). Este

¹³ Interessante a observação do jornalista Lorenzo Aldé quando fala sobre o modo de vida americano no século XX e como eles tomam “o nome do continente inteiro para se autodenominar” In. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, Ano 6, n.44, 2011. p.21.

novo homem, em verdade, não tem nada de novo. Os Estados Unidos e os americanos como conhecemos se formaram através de inúmeras levas de imigração iniciadas no século XV. O motivo da viagem eram os mais diversos: fuga de pressões políticas, busca de liberdade para culto religioso ou busca de melhores oportunidades para sobrevivência. Os que se arriscavam nestas viagens “eram os pobres da Europa. Eles eram os trabalhadores diaristas, camponeses, artesãos e lojistas e raramente o nobre, o escudeiro, o grande comerciante.” (HYMAN In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, 1996 p. 27). Havia aqueles que não se arriscavam; mas, ao contrário, eram forçados a fazer a viagem. Segundo o Professor Marco Pamplona, diretor do departamento de história da PUC-RIO:

[...] do século XV ao XIX, uma enorme quantidade de africanos foi alocada pelo tráfico negreiro nos territórios americanos que estavam sob controle dos impérios europeus. Por causa desta imigração forçada, cerca de 400 mil cativos foram enviados para as colônias da América Inglesa. (PAMPLONA In.: Revista de História da Biblioteca Nacional, 2011. p.24)

Mas a história desta parte da população americana demorou muito tempo a ser reconhecida como parte da história e celebrada.

Entre os séculos XV e XVI, o novo mundo testemunhou uma série de tentativas de assentamentos coloniais e expedições exploratórias. Italianos, espanhóis, franceses e ingleses tentavam se aproximar e se estabelecer no novo mundo. Mas é apenas com Jamestown, uma pequena colônia exploratória assentada no que seria o futuro o Estado da Virgínia, em 1607 que os ingleses primeiro se estabelecem nas terras americanas (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2005 p.10). O assentamento não foi muito longe, porque desenvolveu um espírito exploratório mais do que o de colonização.

No século XVII, começa o que se pode chamar de segunda geração de colonos. A maior parte deles eram ingleses:

Mas eram também Holandeses, suecos, e alemães na região central, alguns franceses Huguenots na Carolina do Sul e em outros lugares, escravos da África, primariamente no sul, e espanhóis, italianos e portugueses espalhados pelas colônias. Após 1680, os Ingleses deixaram de ser a principal fonte de imigração, suplantada por escoceses e ‘Scotch-Irish’ (protestantes do norte da Irlanda). (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2005 p.24)

Todos estes países tinham algo em comum: séculos de História bem sedimentadas através de representações culturais, arquitetura, língua e costumes. Isto sem mencionar a presença dos únicos americanos legítimos: Os indígenas, donos de uma cultura riquíssima e das terras muito antes destes “novos americanos”.

Os norte-americanos de hoje definem o país como *The Melting Pot*, expressão popular que significa um caldeirão onde se fundem e misturam os mais diversos ingredientes. A expressão diz respeito principalmente à fusão de raças e culturas. Estes imigrantes vinham carregados de histórias iniciadas em outras nações, porém muitas vezes, estas marcas históricas eram tão sombrias e profundas que o que se buscava de fato era uma fuga e a invenção de outra história.

..

Neste grande asilo americano, os pobres da Europa de alguma forma se reuniram e, em consequência de várias causas, com que propósito eles deveriam perguntar um ao outro de que pátria são? Ora, dois terços deles não tinham nenhum país. Pode um miserável que vagueia, que trabalha e passa fome, cuja vida é uma cena contínua de aflição dolorosa ou penúria; pode este homem chamar a Inglaterra ou qualquer outro reino de seu país? (CREVECOEUR, 1905 p. 52)

Estas pessoas e suas peculiaridades culturais trazidas por cada um deles alimentam o *Melting Pot* e a ideia de América. O patrimônio construído por eles é o fio condutor que nos ajudará a ler esta história que, como sabemos, começa a ser escrita muito antes de sua chegada. Porém, a nós, interessa os ingredientes adicionados neste caldeirão a partir do século XVIII, quando já encontramos uma população mais madura e consolidada culturalmente. É aqui que se começa a construir o patrimônio que mais tarde vai materializar a história da pátria. Vale notar que alguns destes ingredientes são adicionados ao caldeirão da história de forma seletiva. Em princípio, os ingredientes eram apenas os que vinham da Europa *Anglo-Saxan* protestante, depois alguns católicos europeus também foram adicionados. Índios, negros e orientais foram considerados ingredientes válidos para o caldo bem mais tarde. Como nos conta Max Page, Professor de História da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Massachussets e Randall Mason, diretor do programa de Preservação Histórica da Universidade da Pensilvânia, sobre como o movimento de preservação no país foi muito seletivo a respeito das histórias que deveriam ser preservadas e contadas.

Preservacionistas precisam confrontar aspectos indesejáveis da própria história do movimento – em perpetuar noções limitadas da identidade americana, em manter a história dos imigrantes e afro - americanos fora do Registro Nacional por tantos anos, em usar a história para perpetuar a supremacia racial branca. (PAGE, M; MASON, R, 2003 p.15)

Por volta de 1690, a população na colônia girava em torno de 250.000 pessoas. Em 1775, chegariam a 2.5 milhões. (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2005 p.24). Treze colônias são originalmente estabelecidas entre os séculos XVII e XVIII (fig. 29). Começando pela

Virgínia, em 1607, cujo principal ponto de ocupação foi a pequena Jamestown, já citada. Treze anos depois, colonos Puritanos fundam Plymouth na colônia de **Massachusetts**. Anos depois, John Mason funda, em 1623, **New Hampshire**. **Maryland** é fundada por Lord Baltimore em 1634. O nome é uma homenagem à esposa de Carlos I e se transformou em refúgio para os Ingleses Católicos. Em 1635, **Connecticut** é fundada por Thomas Hooker e, um ano mais, tarde **Rhode Island** é fundada por Roger Williams. Estas colônias situadas ao norte (com exceção da Virgínia e Maryland) ocupavam a região que se tornaria conhecida como Nova Inglaterra, **The New England colonies**.

A colônia de **Delaware** é fundada em 1638, pela New Sweden Company. A Carolina do Norte (**North Carolina**) é fundada por colonos da Virgínia em 1653 e, em 1663, sua colônia irmã, a Carolina do Sul (**South Carolina**) é fundada a mando de Carlos II. Nova Jersey (**New Jersey**) é fundada um ano depois. A colônia de Nova Iorque se inicia com a fundação de Albany em 1623 por Henry Hudson, explorador Holandês, que a nomeia Nova Amsterdã. O nome Nova Iorque (**New York**) vem com a retomada da colônia pelos Ingleses em 1664. **Pensilvânia** é fundada por William Penn em 1682 e a última das colônias a ser fundada é a **Geórgia**, em 1732, para proteção da Carolina do Sul contra invasão dos espanhóis que ocupavam a Flórida. (ALLAN, 1968 p.20)

Juntas, Nova Iorque, Pensilvânia, Delaware e Nova Jersey formavam a região que ficou conhecida como colônias do meio leste, ou **The Middle Colonies**. As colônias do sul, **The Southern Colonies**, eram formadas por Virgínia, Maryland, Carolinas do Norte e Sul e Geórgia. (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2005 p.24 a 26)

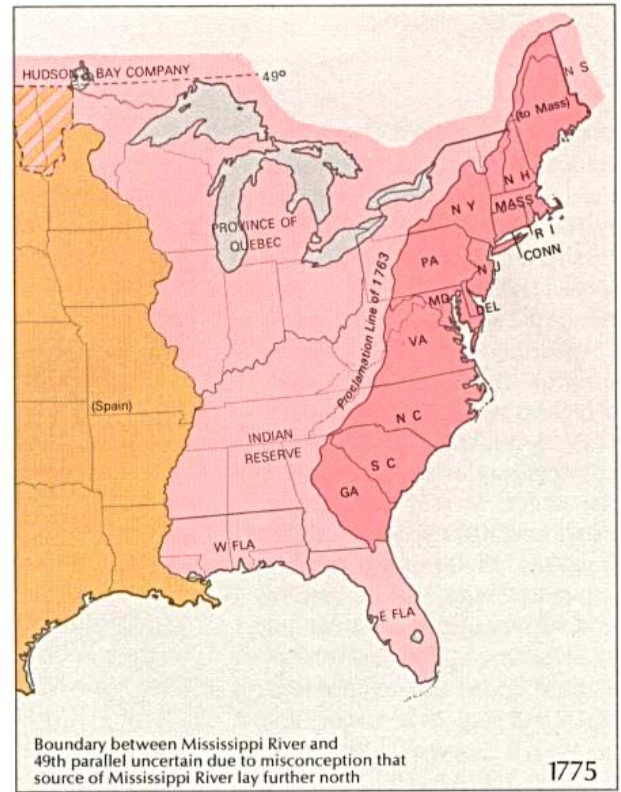
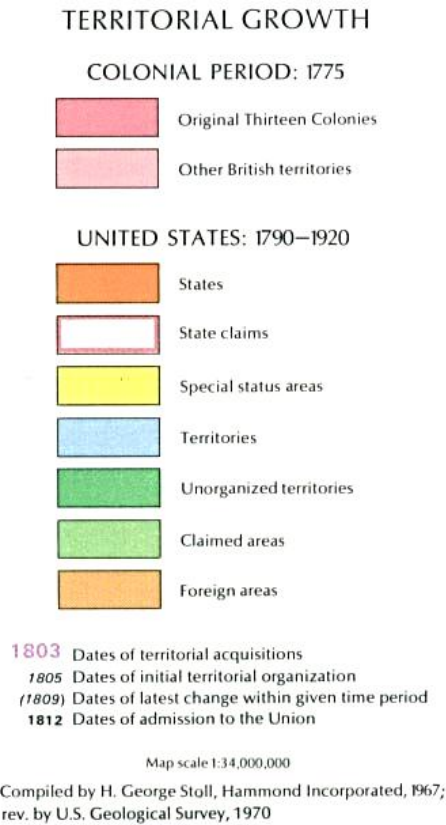


Fig. 29 Mapa das treze colônias originais (em rosa escuro) em 1775 e a evolução da ocupação territorial.



Fig.30 – Mapa dos Estados Unidos e suas regiões atualmente – na costa leste se percebe ainda a permanência da maior parte da configuração original das treze colônias fundadoras do país

As regiões ocupadas possuíam características geográficas e climáticas bem marcadas que as diferenciavam. Somemos a isto o fato de que os grupos que ali estavam vinham de crenças e países diversos, e teremos como resultado culturas e hábitos também distintos. A arquitetura que estas pessoas produziam era também um reflexo de todos estes fatores.

A maior parte da região da **Nova Inglaterra** não possuía bom solo para cultivo, o que, somado a longos e rigorosos invernos não contribuía para um grande desenvolvimento agrícola. Os colonos desta área desenvolveram a habilidade de trabalhar madeira e, por sua proximidade com o mar, se tornaram especialistas na construção de navios. Isto se refletia também no sucesso comercial da região e na pesca.

Estes colonos habitavam em vilas compactas e seus campos agrícolas ficavam fora dos limites da cidade. A forma de organização política era o chamado *Township* (distrito) que integrava um centro urbano e área rural. As casas se desenvolviam em lotes perto do centro da cidade em volta de uma praça pública onde se encontrava o espaço para reuniões dos cidadãos, a chamada “the meeting house”.

Suas construções, em um primeiro momento, foram feitas conforme o costume na Inglaterra. As estruturas chamadas de “Half-Timber” ou enxaimel (Fig.31), constituíam peças estruturais de madeiras, montadas primeiro no chão; e depois, levantadas e fixadas no lugar, em seguida, eram presas umas as outras com grampos. O interior da estrutura era preenchido com argila lavada, taipa ou tijolos feitos de barro e palha e arrematada com uma caiação branca. O exterior era coberto com uma argamassa de cal. (HYMAN In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, 1996)

Porém, logo se viu que esta técnica não funcionaria nas terras do novo mundo. A solução encontrada foi revestir a estrutura original com réguas de madeira, protegendo a estrutura interna da água e mantendo o frio do lado de fora. Esta solução, conhecida como *Balloon Frame*, se difundiu rapidamente e tornou-se parte integrante do repertório arquitetônico americano. (Fig. 32 e 33)



Fig. 31 Estrutura em enxaimel – França

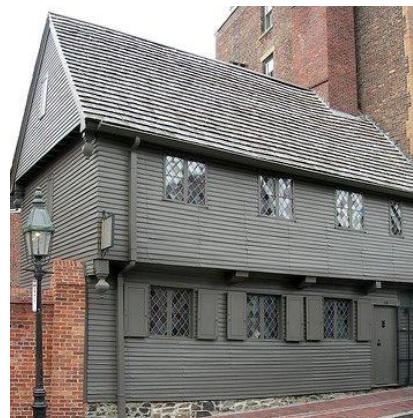


Fig. 32 Casa de Paul Revere – Boston, MA



Fig. 33 Modelo de Casa com estrutura típica das casas nos séculos XVIII e XIX

As **Colônias do Meio Leste**, The Middle colonies, eram bem variadas em comparação às estabelecidas no norte e no sul. Nova Iorque e a Pensilvânia eram as duas colônias mais representativas da região.

Nova Iorque ilustrava bem a fusão de culturas da América.

Em 1690, a população junto ao Rio Hudson incluía holandeses, franceses, dinamarqueses, noruegueses, suecos, ingleses, escoceses, irlandeses, alemães, poloneses, boêmios, portugueses, e italianos. (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2005 p.25)

A influência dos holandeses na região continuou muito significativa, ainda depois da retomada da região pelos ingleses. A prova disto eram as construções, como as descritas por Washington Irving no início do capítulo, e elementos muito tradicionais da cultura holandesa como os moinhos de vento (fig.34) ainda encontrados nesta região. As casas possuíam estrutura compacta inspirada em suas experiências prévias na Holanda. Eram construídas geralmente de pedras, com dois pavimentos e telhados muito inclinados que se estendiam na parte frontal e mais tarde passavam a abrigar varandas (fig.35).



Fig. 34. Moinho de vento construído no estilo holandês em, 1804.



Fig. 35. Bronck House (1663) – Vista da parte posterior da casa onde se percebe a alta inclinação do telhado e o frontão tão característico das casas Holandesas

Na região da Pensilvânia, a cidade da Filadélfia era o coração da colônia. A cidade possuía ruas largas com casas de tijolos e pedras (fig. 36, 37 e 38). O grupo religioso dos Quackers ingleses era o grupo dominante, mas também estavam presentes alemães que se destacavam como fazendeiros e imigrantes suecos que já estavam instalados¹⁴ ali antes da chegada do fundador da colônia, William Penn. A cidade assumiria um papel de destaque durante a movimentação para a revolução de independência, pois foi o ponto escolhido para abrigar o congresso continental, primeira movimentação política das colônias rumo a um entendimento comum contra as imposições da Inglaterra .



Fig. 36 Vista leste da cidade da Filadélfia em 1778. Autor: Carington Bowles



Fig.37 Elfreth's Alley – Conjunto de casas construídos entre 1728 e 1838. É um conjunto histórico inscrito na lista distritos histórico Nacionais – Foto da autora,2007



Fig. 38 Conjunto de casa de pedra localizada no Fairmount Park , construídas por volta de 1747 – Foto da autora, 2007.

¹⁴ “Quando Penn chegou no ano seguinte, já existiam colonos holandeses, suecos e ingleses ao longo do Rio Delaware. Foi ali que ele fundou Filadélfia, a ‘cidade do amor fraterno’ . ” (U.S DEPARTMENT OF STATE, 2005 p.18)

A bacia do Rio Delaware havia recebido os imigrantes suecos por volta de 1638, mas as comunidades instaladas ao longo do rio não se multiplicaram e foram absorvidas pelos ingleses. (HYMAN In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, 1996 p. 36)

Segundo nos conta Hyman (1996) em seu artigo *Empire for Liberty*, a grande contribuição dos holandeses nesta região foi o desenvolvimento da técnica para rápida construção de cabanas que marcou o primeiro estágio de qualquer processo de ocupação onde existissem florestas. O primeiro passo era abrir espaço para que a cultura agrícola fosse iniciada. Com a madeira resultante da operação as estruturas conhecidas como *Log Cabines* (fig.39 e 40) eram produzidas. Sistema que acabou se tornando uma técnica utilizada no resto da colônia, e ainda hoje popular e muito utilizada.

“As primeiras cabanas tinham um ou dois quartos graduados em uma estrutura de toras, de um ou dois pavimentos, com fundação de pedras e chaminé de pedras ou tijolos.” (NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, 1996 p.36) Mais tarde, as régua de madeiras passaram a ser aplicadas, mesmo processo utilizado pelos colonos da Nova Inglaterra.

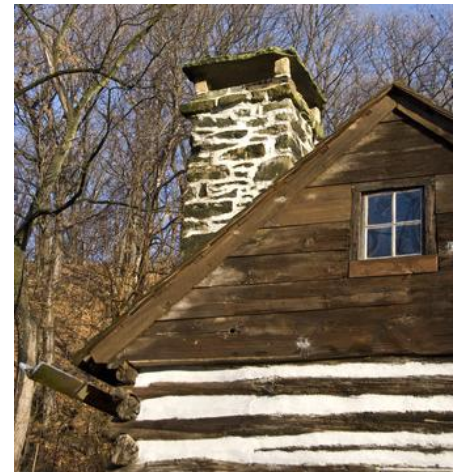


Fig 39 e 40 Cabana de toras de madeira (Log Cabines) feita por imigrantes suecos – Drexel Hill, Pensilvania

A região da Pensilvânia se popularizou por ter sido industrializada muito cedo. Em 1738, havia relatos em jornais da época sobre vários moinhos de milho e trigo. Após a guerra civil americana, Filadélfia ficou conhecida como “workshop of the World”.

Desde o início dos anos 1700, Filadélfia tem visto invenções, produtos, máquinas e ideias vir de sua população – primeiro dos imigrantes alemães como William Rittenhouse, que operou a primeira fábrica de papeis nas colônias em 1690, e mecânicos ousados como Oliver Evans, que revolucionaram e automatizaram totalmente a indústria de moagem de grãos pelo mundo em 1795. (THE SOCIETY FOR INDUSTRIAL ARCHEOLOGY, 1990 p.3)

As **Colônias do sul** seguiam na direção oposta às colônias do meio leste, eram predominantemente assentamentos rurais. No final do Séc. XVII, a economia das colônias, Virginia, Maryland, Carolinas do Norte e do Sul e a Geórgia se apoiavam no trabalho escravo para a manutenção das grades plantações da região. Os principais produtos eram o tabaco, arroz e o índigo e já no final do séc. XVIII o algodão.

Charleston acaba se tornando o lugar da aristocracia escravagista e se tornou um dos centros comerciais e intelectuais mais importantes, e suas construções figuram entre as mais bonitas do país no século XVIII. Basicamente, o que se vê são edifícios construídos no estilo georgiano, em homenagem ao Rei George, e que acabaram se espalhando por todo país.



Fig. 41 e 42. Casas do Distrito Histórico de Charleston – O primeiro do país a receber o título de Distrito Histórico

Por volta de 1763, século e meio depois da fundação de Jamestown, todas as colônias estavam em processo evolutivo ascendente. Segundo nos conta o historiador ALLAN. H.C, em seu livro “História dos EUA” (1968), nesta época, o colono americano pertencente a estas regiões também se distinguia bastante. O homem da Nova Inglaterra era um mercador estabelecido; em contrapartida, temos o “aristocrático senhor de terras no sul”. Allan descreve o homem americano como ambicioso e prático. Segundo ele, esta era a perfeita exemplificação da união entre religião e capitalismo. O americano se preocupava

com a educação, desde que esta fosse passível de aplicação no dia a dia. Nesta época, havia nove universidades com capacidade de conferir diplomas em pleno funcionamento nos Estados Unidos, contra duas na Inglaterra. Logo se percebeu na colônia “a importância de se descartar numerosos e inúteis costumes, ideias, hábitos e instituições da sociedade europeia calcificada pelo tempo que haviam abandonado.”(ALLAN, 1968 p. 27).

É de fato impressionante o quanto, ao final do século XVIII, estes colonos haviam alcançado. Isto em grande parte se devia ao espírito persistente das pessoas que ali chegaram, buscando uma outra história. Porém, não se pode esquecer que boa parte destas engrenagens foram movidas por uma força fundamental para muitos dos sistemas implementados pelo Europeu. A força de trabalho escrava dos negros trazidos da África. Eles são pouco citados nas fontes históricas consultadas e geralmente ligados às colônias do sul.

Respondendo sua própria pergunta, feita no começo desta explanação sobre a origem da América e do homem Americano, Hector St. John de Crevecoeur, diz:

O europeu, ao chegar... altera sua escala de valores... começa a sentir os efeitos de uma espécie de ressurreição... involuntariamente, seu coração dilata-se e reluz, inspirando-lhe os novos pensamentos que constituem a América... Que colossal mudança! E é em consequência dessa mudança que **ele se transforma em americano**. (Apud ALLEN, 1968. p.27)



O Patrimônio como materialização da Nação

Uma simples caminhada, em um fim de semana de verão, no centro de uma cidade histórica americana como Boston ou Filadélfia, pode proporcionar um encontro inusitado com a história do País. Nada que lembre a veneração pelos símbolos americanos nas cidades monumentais. O que pode acontecer, ao dobrar uma esquina no centro da Filadélfia, por exemplo, é a oportunidade de se encontrar com Benjamin Franklin que animadamente posa para fotos e conversa com os turistas.



Fig. 43, 44 e 45. Atores circulando pela área do distrito histórico da Filadélfia. Detalhe da foto com “Benjamin Franklin” ao centro – Fotos da autora, 2007

A presença de atores nos sítios históricos é uma tradição americana que vem do conceito “living history” (LINDGREN, In PAGE, 2003. p.123) ou história viva, originado no museu a céu aberto *Skansen*, criado na Suécia, em 1891, por Artur Hazelius por “razões educacionais e patrióticas” (MURTAGH, 2006. P.77). Esta forma pioneira de contar a história a partir da observação *in loco* partiu de um problema comum a americanos, suecos e tantas outras nacionalidades: a rápida transformação da arquitetura vernácula e perda dos costumes tradicionais. A cidade colonial de Williamsburg e várias reinterpretações das vilas pioneiras pelo país que se popularizaram no início do séc. XX são algumas das versões deste tipo de museu a céu aberto, sobre o qual discutiremos mais adiante. Esta forma de interpretar a história é uma característica forte do país, uma tentativa prática de doutrinação em História Americana.

A História está a serviço do país para a formação da identidade deste povo que mantém as mesmas características dos primeiros americanos, ou seja, uma nação ainda formada por

outras nações. Os ingredientes adicionados ao “*Melting Pot*” vêm de todas as partes do mundo.

O patrimônio histórico tem função importantíssima neste serviço. Como já visto no capítulo anterior, é através do patrimônio construído durante os primeiros anos da colônia que o mito da nação será contado. E o ponto focal de quase todas as histórias contadas pelo patrimônio preservado no século XIX é o período que inclui a revolução americana para independência da Inglaterra.

Segundo o historiador Charles B. Hosmer (1981), em seu “*Preservation comes of Age*”, esta busca por uma América legítima começou a tomar forma no século XX após o período de crise do pós-guerra. Segundo ele, “apenas durante a depressão, o sentimento de preservação se moveu juntamente com os objetivos da grande massa do povo americano” (HOSMER, 1981 p.4) Esta busca se transformaria em um novo tipo de nacionalismo, que refletia não só o progresso e o futuro, mas que estava ancorado no passado. “Ambos os líderes intelectuais e políticos da nação procuraram evocar um passado americano útil” (IDEM).

Porém, não foi a classe dominante da nação que despontou como guardião da história. A nação sem passado, sobre a qual falava Murtagh no primeiro capítulo deste trabalho, ganha esta fama porque o interesse pelo passado era a preocupação de algumas pessoas, especialmente não daquelas que estavam no topo na pirâmide social do país.

O paradoxo entre o novo e a tradição esteve sempre presente na construção da história do país. Ao mesmo tempo em que os primeiros migrantes pagavam tributos ao passado, reforçavam a ideia do novo começo, como se pode evidenciar pelos nomes dados as suas recém fundadas cidades Nova Iorque e Nova Orleans, mesmo porque as tradições encontradas pelos primeiros europeus quando da sua chegada não foram levadas em consideração. Os Indígenas nativos foram dizimados ou colocados em reservas “como troféus ou como testemunhas da barbárie, agora felizmente superada” (WALLACE, 1989. p166). Nos tempos de conquista do território e luta pela independência, esta ligação com a história, linhagem e tradições eram cultivadas e usadas como fator de conexão entre pessoas e um mesmo ideal. Após a revolução e o estabelecimento da república “a maior parte dos homens de Estado, comerciantes e homens letrados dispensaram exuberantemente o passado.” (IDEM) Apenas parte da população que não fazia parte desta elite manteve o interesse por sua história. É o que nos conta Michel Wallace, Professor de História Social na Universidade John Jay da Cidade de Nova Iorque - CUNY:

Como corolário, a elite americana tinha pouco interesse em preservar resíduos da história [...] tais tributos, pagos por seus precursores republicanos, poderiam ser convenientemente compatível com o imperativo do progresso. Novos edifícios poderiam evocar antigas formas - bancos gregos e estações ferroviárias romanas permitiram uma cultura orientada para o futuro e pagar o respeito devido a uma honrada tradição. (WALLACE, 1989. P.167)

Por este desapego de algumas classes à história, casos como o que veremos mais adiante, de demolições de cenários importantes da história; como a residência oficial utilizada pelos primeiros presidentes americanos e a tentativa de demolição do *Independence Hall*, acabaram acontecendo. Porém, a maior parte da população tinha uma atitude diferente em relação ao patrimônio construído.

A maior parte dos imigrantes europeus dos séculos XVII e XVIII era de camponeses e artesãos que viam a América como uma grande propriedade comum onde poderiam reconstruir as relações sociais demolidas pelo capitalismo europeu. [...] Artesãos urbanos - defensores ferrenhos de uma tradição revolucionária republicana - do mesmo modo resistiram a tendências anti-historicistas. (WALLACE, 1989. P.168)

Assim, objetos ligados à revolução para independência se tornam símbolos deste sentimento de propriedade e liberdade social que não existiam na pátria mãe. Estas pessoas passam instintivamente a preservar objetos e lugares que julgam fazer parte deste capítulo específico da história, e isto se reflete diretamente na escolha dos lugares e personalidades cujas memórias serão preservadas para construir a identidade da nação. Inconscientemente, a história vai sendo reforçada por estes lugares e objetos. Este é, segundo o historiador Pierre Nora,

Este momento decisivo quando o complexo que amarra a ideia nacional ao espaço de soberania é colocado no lugar [...] todos os eventos revolucionários combinados trazem à tona esta criação do território nacional começando com a santificação das fronteiras[...] aqui começa o país da liberdade (NORA, 2006 – vol.2 p.ix)

O instinto dos novos americanos confirma o que escreve o abade francês Henri Grégoire, Bispo de Blois, e uma das figuras fundamentais no período que se seguiu à revolução francesa quando se dá a formação do conceito de patrimônio pertencente à nação, “Bárbaros e escravos detestam conhecimento e destroem trabalhos de arte; homens livres os amam e conservam” (GREGOIRE, Apud JOKILEHTO,1986). Assim, o histórico e o artístico assumem um sentido prático e passam a ser utilizados na construção da representação da nação.

2.1. Criando heróis nacionais através do patrimônio

No meio desta luta entre a preservação da história materializada pelo patrimônio e seu desprezo em favor de algo que sinalizasse a modernidade e o novo, a história da conscientização do povo americano sobre seu patrimônio vai sendo escrita. Não é nossa intenção compartimentar a história em gavetas e classificá-la; mas, algumas vezes isso se fará necessário para que possamos entender como essa consciência é forjada.

Durante as pesquisas, dois autores apresentaram possibilidades de classificação desta história. Um deles é Walter M. Whitehill, antigo diretor do Boston Atheneum. A divisão encontrada em seu artigo “Promoted to Glory” (WHITEHILL, In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.142) se baseia em uma perspectiva linear da história. Ele propõe uma divisão em três fases:

- A **Primeira fase** estava ligada aos valores associativos encontrados nos edifícios, ou seja, a conexão do patrimônio com os fatos por ele representados. Nesta primeira fase, os fatos serão sempre ligados a Revolução para Independência – séc. XIX.

- A **Segunda fase** estava preocupada com o significado arquitetônico inerente ao edifício, independentemente se este estava, ou não, ligado a um fato importante da história. O foco passa a ser voltado para o tecido histórico e as técnicas tradicionais de construção – Primeira metade do Séc. XX.

- A **Terceira fase** constituiu-se de um momento em que a preservação foi levada para um nível urbano – lidando com uma comunidade, distrito ou cidade. - Segunda metade do Séc. XX.

Já Michael Wallace, anteriormente citado, baseia sua divisão da história em grupos de pessoas e “sua luta contra a casual demolição do passado”. Esta divisão tem uma organização mais livre em relação ao tempo, já que muitos deles estão agindo em uma mesma época. Segundo ele, quatro grupos se juntaram contra esta tendência anti-historicista de uma parte da sociedade americana e suas primeiras ações tomaram lugar entre 1880 e 1940 (WALLACE, 1989. P.168).

- O **Primeiro Grupo** identificado por ele é composto por descendentes das famílias tradicionais da Nova Inglaterra, geralmente famílias que haviam alcançado fortuna através do comércio e da industrialização da área.

- Um **Segundo Grupo** é composto pelos descendentes dos grandes latifundiários que habitavam as cidades costeiras do sul histórico. “estas pessoas estavam preocupadas com o passado, sonhando nostalgicamente com os dias dourados quando seus ancestrais haviam sido senhores de toda a região.” (WALLACE, 1989. P.169)

- O **Terceiro Grupo**, cujas ações tomam lugar no início do século XX, é composto por grandes magnatas da sociedade americana que dedicaram grande parte de seu dinheiro em benfeitorias que mudaram os rumos da história da preservação nos Estados Unidos. Destes, são unanimidade entre os autores consultados, Henry F. Du Pont, John D. Rockefeller Jr. E Henry Ford.

- O **Quarto Grupo** identificado por Wallace é o grupo de jovens profissionais, pessoas que “assumiram um papel crítico na vida americana entre 1880 e 1940. Convocados a se tornar burocratas corporativos ou do estado, estes profissionais desenvolveram uma cultura independente de eficiência e um desgosto pelo mercado em seu núcleo” (WALLACE, 1989. P.170). O desgosto de alguns chegava ao repúdio do capitalismo e como o antídoto para o mal, o retorno ao patrimônio e sua memória de uma sociedade mais livre.

A divisão feita pelos dois autores se sobrepõe em alguns momentos e se completa. Elas serão utilizadas neste capítulo como ferramenta didática de análise da história para a compreensão do conceito de patrimônio histórico neste país de cultura tão plural.

Whitehill e Wallace começam a contar a história do movimento de preservação americana do mesmo ponto, ou seja, do desejo de algumas famílias proeminentes em salvaguardar sua história pessoal e assim assegurar seu reconhecimento como peças fundamentais para formação do país. Segundo os autores, estas famílias pertencem à região da Nova Inglaterra e sua ação dará origem as primeiras Sociedades Históricas do país, cujo foco são: os valores e as personalidades e os lugares ligados principalmente à revolução americana.

A primeira delas nasce de um grupo de cidadãos preocupados em conservar sua história em 1789 (MURTAGH, 2006 p.12; www.masshist.org/about/), quatorze anos depois da Revolução Americana. A *Massachusetts Historical Society* nasce da ideia do Reverendo Jeremy Belknap, de Boston, que reunindo alguns conhecidos tinha a intenção de recolher e proteger fontes básicas da História Americana, através da doação de seus papéis de família, livros, e artefatos. O espírito era o mesmo do nosso IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que nasceria quase 60 anos depois, em 1856, para “amealhar documentos e constituir deles um registro sistemático – tomo ou prontuário - a partir de que se pudesse escrever a história do Brasil.” (ROCHA-PEIXOTO, 2008, p.112) A diferença entre estas duas

Sociedades Históricas é que a Brasileira nasce com patrocínio pessoal do Imperador¹⁵ enquanto a americana nasce do desejo da comunidade em guardar pedaços de sua história. “eles reforçavam seu pedigree preservando suas relíquias tangíveis, salvando propriedades ameaçadas passando o chapéu entre os membros de sua classe.” (WALLACE, 1989. P. 168) No ano do centenário da independência Norte Americana, em 1876, setenta e oito destas sociedades históricas estão espalhadas por todo o país.

Estas sociedades vão ajudando não só a resguardar parte da história do país, ainda que por interesses próprios, mas começam a disseminar a importância dos lugares guardados como memorial da história.

Outro ponto em comum entre autores, contando a história da preservação americana, é a sinalização do resgate da demolição do antigo Palácio do Governo da Filadélfia, hoje conhecido como *Independence Hall*, como um dos primeiros registros significativos da transição da preservação de documentos para exemplares arquitetônicos como representantes matérias da história americana (FRIEDMAN, 1991; MURTAGH, 2006). O edifício, então conhecido como *Old State House* funcionava como a casa do governo da província da Pensilvânia, representação do governo Inglês na colônia.

A cidade da Filadélfia vai assumir um ponto fundamental na materialização da nação americana, já que a revolução americana é tomada como origem da nação americana. Na cidade estão os edifícios que testemunharam os fatos decisivos no caminho para a revolução. Um destes fatos foi à reunião do chamado Congresso Continental, em 1774, no *Carpenter's Hall*. E por que a Filadélfia? O arquiteto Charles E. Peterson, considerado um dos grandes incentivadores da profissionalização da preservação histórica no país, nos descreve o cenário da cidade nesta época.

Quando a revolução estourou nas colônias, a Filadélfia não tinha nem um século de existência. Mas já era a metrópole da costa do atlântico. [...] Os construtores da cidade já haviam produzido um grande palácio de governo [State House], igrejas em variedade, um teatro, um hotel excepcional, muitas estalagens e pensões e um hospital. No centro, estava o Carpenter's Hall, um ponto de encontro disponibilizado para o Congresso Continental pela amigável sociedade de mecânicos, muito próxima a Benjamin Franklin e seus associados. Convenientemente localizada entre Boston e Savannah, Filadélfia era a cidade para convenções lógica de seu tempo. (PETERSON, 1976 p.xi)

¹⁵ “Contou com o patronato do imperador d. Pedro II, a quem foi dado o título de Protetor, o qual incentivou e financiou pesquisas, fez doações valiosas, cedeu sala no Paço Imperial para sede do Instituto, em seus passos iniciais, e presidiu mais de 500 sessões” Fonte: <http://www.ihgb.org.br/ihgb2.php> - acessado em 04.06.2011

O Congresso Continental foi o primeiro passo dado em conjunto a caminho da revolução. Cada província se fez representar através de um delegado para discutir o “presente estado geral de insatisfação” das colônias (US DEPARTMENT OF STATE, 2005 p 58). A insatisfação de todos era a mesma, altas taxas cobradas pelo governo da Inglaterra e inúmeras restrições para o gerenciamento das colônias pelos próprios colonos. Em 1775, a guerra se inicia de fato com combates na região da nova Inglaterra e que posteriormente se espalham pelas colônias.

Um segundo congresso continental se reúne novamente na cidade da Filadélfia, desta vez no palácio do governo (*Independence Hall*). Ali, em conjunto, eles decidiram pela criação de um exército continental e George Washington é indicado como General deste exército. Thomas Jefferson é comissionado para escrever a declaração da independência que é apresentado ao congresso no dia 4 de julho de 1775 e é adotada pelos membros do congresso.

A guerra acaba despertando um sentimento de unidade e de pertencimento ao país onde haviam se estabelecido, segundo nos conta o Professor de História Americana, Thomas Bender:

A própria guerra havia promovido uma sensação de pertencimento nacional, o que frequentemente acontece durante uma guerra, os soldados encontram colegas recrutas de outras partes do país; e, como a guerra é travada em território nacional, eles acabam conhecendo o espaço nacional americano, dando aos seus sentimentos de identidade nacional uma dimensão experimental. (BENDER, 2006 p.130)

Obviamente, não é necessária uma guerra para que todos se unam sob um mesmo propósito. O que está por trás disto é o sentimento de perda de alguma coisa, como por exemplo, a liberdade de gerenciar as colônias e decidir quais taxas pagar, ou a perda do direito de ter um edifício que faça parte da história de uma comunidade. Estes sentimentos são o que nos põe em movimento para lutar por alguma coisa. É o que vemos descrito em um guia prático de preservação histórica em áreas urbanas da década de 1970, seu autor afirma que:

Um dos infortúnios do movimento de preservação histórica nos Estados Unidos é que quase todos os grupos de preservação nascem em meio a uma contenda. Eles começam com um problema e atrasados. Uma agência do governo, ou corporação privada está a ponto de demolir uma estrutura querida ao coração dos cidadãos locais, e aí eles se irritam. (ZIEGLER, 1971 p.1)

Foi assim para estes primeiros americanos. A revolução é o marco que os separa da Inglaterra e pode ser lembrada através do patrimônio. Tal patrimônio é resultado do

esforço individual ou coletivo de construção das colônias que mais tarde se tornariam províncias e depois estados; e, por último, se reuniram sobre o nome de nação. O patrimônio é materialização desta nação tão diversa, porém unida sob um mesmo sentimento nacional.

Esta necessidade de salvar parte material da história da cidade e do país é o que move a comunidade da Filadélfia. Em 1790, o Edifício havia perdido o campanário (fig.48 e 49) e em 1812 o arquiteto Robert Mills executa projeto para sua reconstrução, que nunca foi empregado – MURTAGH (2006, p.xvii). Com a deterioração do prédio, e a construção da nova sede do Governo do Estado em Washington, o edifício perde então a importância e é condenado à demolição, em 1816, para a subsequente divisão do terreno em parcelas menores. O que confirma a afirmação de Michael Wallace no início do capítulo sobre a falta de apreço pela história por grande parte da população.

A fim de salvar o edifício que havia servido como palácio do governo e testemunhado as reuniões do Congresso Continental, uma parte da população da Filadélfia se organiza, e compra o imóvel para preservá-lo. Em 1828, o arquiteto *William Strickland* projeta a nova torre para o antigo palácio do governo – (MURTAGH,2006 p.12). *Strickland* é o mesmo arquiteto que havia projetado o segundo Banco dos Estados Unidos (fig. 46) e o *Merchants Exchange Building* (fig.47), edifícios extremamente representativos da modernidade do país projetados no estilo neoclássico, pagando tributo devido à história e à tradição - WALLACE (1989. P.167). Porém, para a torre do Independence Hall, ele ignora a tendência de seu tempo e faz o projeto para reconstrução da torre no estilo original do edifício, ou seja, o estilo Georgiano para que sua inserção não causasse um grande impacto na aparência do edifício. (fig. 50 e 51) O arquiteto usa o repertório da arquitetura georgiana no projeto, mas não refaz uma cópia do campanário original, ele faz a sua versão da torre inserindo um relógio que não fazia parte da torre originalmente.



Fig. 46 O segundo banco dos Estados Unidos, 2007 – foto da autora



Fig. 47 Merchants Exchange Building, 2007 – foto da autora

O fato nos remete a Viollet-le-Duc para quem restaurar um edifício não era necessariamente “mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo”, mas “restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOUET-LE-DUC, 2006. P.17). E é exatamente isso que faz Strickland com o projeto. Insere o edifício em um momento que na verdade nunca existiu. Este é um primeiro indício de como os preservacionistas americanos lidariam com seu o patrimônio construído. Os primeiros trabalhos de preservação passavam por reconstruções parciais ou totais de edifício, e até cidades inteiras.

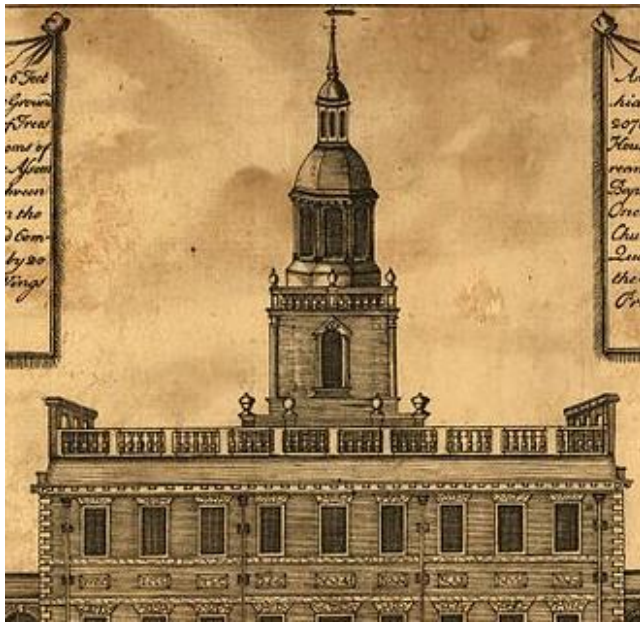


Fig. 48. Torre Original do Independence Hall - Imagem datada de 1752. Representação do Independence Hall – fachada frontal - com seu campanário original em 1752

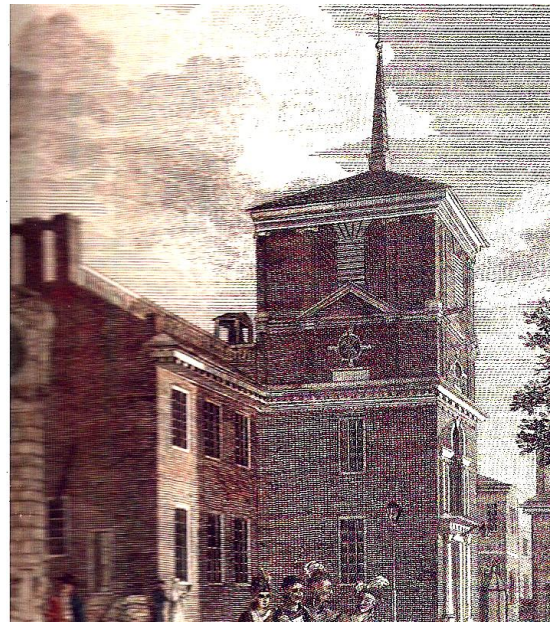


Fig. 49. Litografia representando a parte posterior do Independence Hall em 1799, depois da remoção de seu campanário.



Fig. 50. Vista da fachada frontal, 2007. No projeto de Strickland, o relógio foi adicionado – foto da autora



Fig. 51. Vista da fachada Lateral do Edifício com o campanário e o relógio da fachada, 2012 – Foto da autora

Este desejo de preservar objetos e edifícios que contassem a história dos primeiros americanos notáveis reforça a ideia de nação e ganha força no séc. XIX. Porém, uma das características mais marcantes da história da preservação americana é seu caráter popular e local, como visto no caso do *Independence Hall*. O governo americano não se envolve nas questões de preservação de imediato. Entrará em ação apenas quando pressionado pela ação popular e mesmo assim de forma significativa apenas na passagem do séc. XIX/XX.

Na história americana, recheada de lutas, não era difícil achar aqueles com vocação para heróis entre os militares à frente das operações de comando. Uma das personalidades preferidas dos historiadores é George Washington, primeiro General e Presidente. Sua morte, em 1799, o transformou em objeto de culto e adoração “rivalizando o respeito devido a um imperador Romano desafiador ou a um santo cristão canonizado” (WHITEHILL, In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.139)

Na segunda metade do século XIX, se iniciam as comemorações para o centenário da independência americana. Em 1850, um memorial para a celebração do herói nacional, George Washington, começa a ser erigido. “um grande obelisco de mármore que domina a cidade de Washington – mais alto que as pirâmides do Egito” (IDEM). A rememoração do herói, pouco mais de cinquenta anos depois de sua morte, desperta em todo o território nacional uma espécie de febre na busca de qualquer ligação com a figura do ex-presidente. O interesse por Washington é tamanho, que o estado de Nova Iorque adquire, em 1850, a *Hasbrouck House*, o quartel general de Washington durante os dois últimos anos da guerra para independência, localizado na cidade de Newburgh. Este se tornou “o primeiro santuário de **propriedade pública** dedicado a um santo padroeiro secular Americano” (MURTAGH 2006 p.13 – grifo nosso)

Mas *Hasbrouck* foi uma exceção. O movimento de preservação tem origem mais comum no desejo de alguns cidadãos, como nos conta Gustavo Araoz, diretor do International Council on Monuments and Sites – ICOMOS:

[...] diferente de outros países, o desejo de conservar e **monumentalizar** tais sítios não vinha do governo central ou local, mas dos cidadãos locais que valorizavam os sítios culturais históricos e patrióticos localizados em suas comunidades imediatas (ARAOZ, s/d – grifo nosso)

Um dos primeiros eventos que sai da esfera local e mobiliza o país para a salvaguarda de uma propriedade histórica se dá para a preservação de outro sítio ligado à vida de George

Washington, *Mount Vernon*, fazenda onde este passou os últimos anos de sua vida após deixar a presidência¹⁶.

Entra em cena um dos primeiros nomes de destaque na História da Preservação americana: Ann Pamella Cunningham, uma cidadã comum que morava a quilômetros da propriedade, na Carolina do Sul. Exatamente como descrito por Ziegler (1971) anteriormente, o movimento se inicia quando a propriedade é ameaçada por investidores da época que desejam transformá-la em um hotel.

A Sr^a Cunningham tenta convencer o Estado da Virginia e o governo Federal a comprar a propriedade dos descendentes diretos de George Washington. Diante da recusa de ambos, em 1853, ela funda a associação *Mount Vernon Ladies of Union*, da qual ela se intitula regente e designa vice-regentes em todos os estados, todas mulheres. Em cinco anos, pela persistência e organização da associação, *Mount Vernon* é adquirida pela associação que a transforma em um dos primeiros templos de culto patriótico americano.

A fazenda permanece ainda hoje sob a tutela da associação criada pela Sr^a Cunningham e recebe cerca de um milhão de visitantes por ano. O sucesso obtido na transação para levantamento de fundos e organização do processo de compra transforma a receita desta associação em referência para tantas outras que tomariam o país, mas poucas obtiveram o mesmo sucesso. Este fato marca o despertar do país para as questões de preservação de seu patrimônio construído e reforça uma segunda característica peculiar do início do movimento de preservação Americana: a presença marcante de mulheres em atividade na luta de proteção dos bens históricos.

Esta presença é ocasionada pelo dever social que as mulheres de destaque na sociedade carregavam. Segundo nos conta Lindgren (In: PAGE, 2003 p.108), a mulher era responsável por manter a “autoridade moral doméstica” neste sentido sua militância perseguia aspectos ligados ao ambiente doméstico, hábitos e tradições e as paisagens a elas associadas. O objeto de maior inspiração social eram os mesmos: Os Pais da nação, os líderes da comunidade que se materializavam através de objetos e histórias de suas vidas familiares. “Um artefato podia representar valores como caráter, amor familiar, ou dever publico.”(IDEM) e estes eram os objetos passíveis de adoração cívica. Todos estes fatos não indicam um completo desinteresse da parte dos homens, “A maior parte do trabalho de

¹⁶ “Washington aproveitou sua aposentadoria menos de três anos em Mount Vernon, pois ele morreu de uma infecção na garganta em 14 de Dezembro de 1799. A nação chorou sua morte por meses” Fonte: <http://www.whitehouse.gov/about/presidents/georgewashington> - acessado em 21.06.2011.

preservação era considerado tarefa de mulheres, mas os homens influenciaram o conteúdo ideológico.” (LINDGREN, In: PAGE, 2003 p.109)

A partir daí, edifícios que estivessem ligados, de alguma forma, à história americana e pessoas notáveis em todo o país acabam se transformando em “símbolos de fervor patrióticos” (MURTAGH, 2006. P.16) e sua preservação muitas vezes motivada por este fervor e não por seus valores estéticos ou de obra de arte.

A prova do despertar da nação para sua história pôde ser vista durante a celebração do centenário da Independência dos Estados Unidos, 1876. O evento, feito nos moldes da exposição Inglesa de 1851, acontece na cidade da Filadélfia por sua grande significação nacional. (fig. 52)

Duzentos edifícios no Fairmount Park abrigaram a primeira feira mundial a celebrar o centenário da nação em 1876. Estes incluíram vinte e quatro edifícios vitorianos para os estados, quinze edifícios para as nações participantes e o colossal edifício principal de exposições, com mais de 15 campos de futebol de distância e cobrindo 23 acres. (MAUGER, 2002 p134)

A exposição foi uma exaltação a todas as conquistas da América em sua história. Todos os países convidados, inclusive o Brasil, aceitaram o convite para exposição. Era um grande evento patrocinado pelos governos Federal e Estadual, onde se podia observar a produção de cada estado, desde a tecnologia de ponta aos produtos agrícolas, em pavilhões que contavam a história dos estados representados através de sua arquitetura típica. “[o estado de] Connecticut (fig. 53 e 54) apresentou mobília colonial, objetos e pelo menos a sugestão de uma ‘arquitetura antiga singular’.” MURTAGH (2006, p.18) A exposição era uma vitrine da história do país que se via através de artefatos históricos que haviam pertencido a grandes personalidades, bem como reproduções da vida dos primeiros colonos americanos. O que não mudou foi o foco histórico em sítios e personalidades associadas à guerra revolucionária americana. (fig. 55) (FRIEDMAN, 1991).

A ideia era a materialização da história para formação do sentimento da nação, bem como a mudança da imagem que os países tinham dos Estados Unidos através da tecnologia. “O centenário fixou a América na mente do mundo exterior com uma nação de inventores e mecânicos, ao contrário de uma nação de fazendeiros.” (<http://libwww.freelibrary.org/CenCol/tours-statebldgs.htm>). Além disso, a exposição despertou o apreço do americano por sua própria arquitetura.

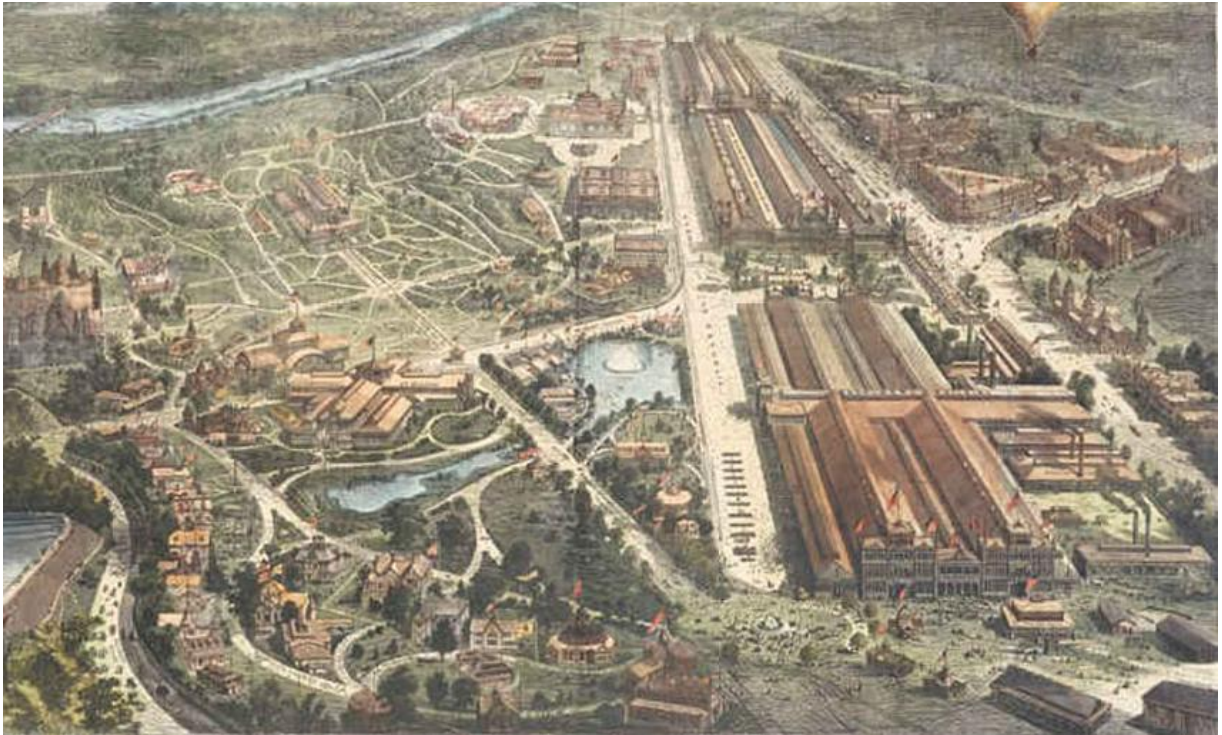


Fig. 52: Vista aérea do espaço dedicado a feira do centenário americano



Fig. 53 : Pavilhões de *Connecticut* ,1876



Fig. 54. Interior do pavilhão de *Connecticut* com mobiliário colonial. 1876.



Fig. 55. Pertences de George Washington expostos no pavilhão principal de exposições. 1876

O único edifício da exposição que ainda permanece de pé na Filadélfia, foi o edifício que serviu como pavilhão de belas artes, o chamado Memorial Hall. O edifício era utilizado ocasionalmente para exposições até que, em 2008, o histórico museu abriu as portas como a nova casa do “Please Touch Museum”, um museu dedicado a abrigar atividades e exposições para o público infantil. Alguns dos pavilhões da exposição foram desmontados e levados para outros estados, como aconteceu com o pavilhão escola que representava a Suécia. A técnica utilizada no pavilhão era muito similar àquela trazida para América pelos imigrantes suecos no início do processo de colonização. A cidade de Nova Iorque adquiriu o pavilhão e o transferiu para o Central Park, lugar em que permanece até hoje. O espaço passou a abrigar uma trupe de teatro de marionetes, função que exerce até hoje. (fig. 56 e 57)

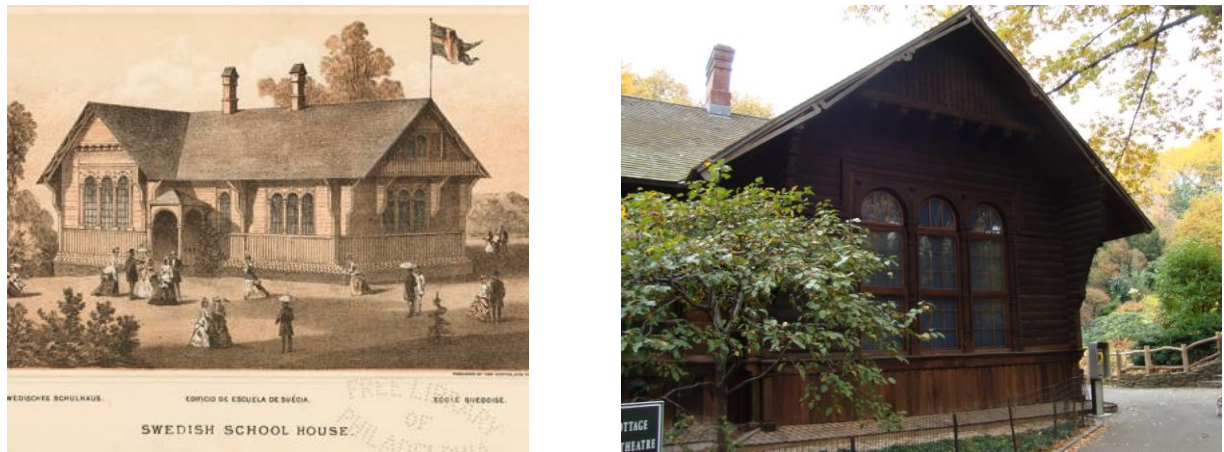


Fig. 56 e 57 *School House* - Pavilhão representativo da Suécia em 1876 e atualmente no central park (foto da autora), 2007

A exposição mostra a existência de duas faces da preservação da história nos EUA, uma que luta para a preservação do patrimônio antigo e concreto e outra de fabricação de um patrimônio novo que pelas suas características assume o sentido de proteção da história, exemplificado nos pavilhões da feira e suas inúmeras reproduções da vida cotidiana. O professor Frank Matero, da Universidade da Pensilvânia, enuncia esta equação própria do movimento de preservação norte americano, quando escreve sobre a tardia influência de Cesare Brandi para o movimento de preservação do país e a tensão existente quando comparado às teorias de Viollet Le Duc e Ruskin amplamente difundidas e aplicadas. Segundo ele, a tensão se dá porque de um lado temos o “racional e o científico” e do outro o “emocional e humanístico” (MATERO, F. in: *Future Anterior*, 2007. p.50). Ou seja, diferente do cenário brasileiro altamente influenciado por Brandi, onde se restaura o PATRIMÔNIO e o tecido histórico, nos EUA o movimento é para preservar/revitalizar a HISTÓRIA ou o símbolo a ela associado. Assim sendo, no início do movimento, a questão da fidelidade à conservação da matéria se torna secundária; e, por isso, a ação de completar lacunas com novos edifícios, por exemplo, ou reconstruir se torna ação válida para a preservação do símbolo da nação.

2.2. Técnica e beleza como instrumentos cívicos

Com o passar do tempo e com o aumento de interesse em preservar o patrimônio, a técnica e o tecido histórico começam a atrair o interesse de alguns preservacionistas, mas, o objetivo pedagógico de educar e apurar o sentido patriótico através do patrimônio, ainda pode ser visto alimentando o mito da grande nação americana.

Segundo nos conta Lindgren (In: Page, 2003) por volta de 1910, 70% da população de Boston era composta de pessoas nascidas fora do país ou descendentes diretos de imigrantes. Os monumentos históricos continuavam sendo utilizados como ferramentas pedagógicas para imersão na história do país, o que muitas vezes significava simplesmente a identificação do local com placas comemorativas (fig.59) identificando o lugar e sua razão para fazer parte da história. Esta prática se tornou grandemente difundida entre as sociedades históricas.



Fig. 58. Charge satírica sobre a correta especificação histórica nas placas comemorativas e sobre a criação do herói John Smith, cuja história não se encaixava exatamente na imagem de herói até que a sociedade para proteção de antiguidades da Virginia interveio, 1927.



Fig. 59. Típica placa histórica informativa – placa a frente da prefeitura da cidade da Filadélfia contando brevemente a história da fundação da cidade – Filadélfia, Pensilvânia. Foto da autora, 2012

As placas e as sociedades históricas reforçavam mitos locais (fig. 58), como no caso de John Smith, louvado pelos virginianos como grande líder do primeiro assentamento britânico, na pequena Jamestown em 1607. O herói foi produzido a partir da história nada heroica do líder da primeira expedição exploratória da Inglaterra. A invenção deste herói era uma resposta do estado da Virgínia ao mito da região da Nova Inglaterra, para quem o berço da nação era Plymouth.

É neste cenário que alguns preservacionistas norte-americanos começam a repensar conceitos ligados à preservação e o perigo causado pelo romantismo patriótico, e de seus “valores associativos” (WHITEHILL, In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983). A falta de grande interação dos americanos com as iniciativas de outros países relacionadas à preservação os fazia girar em torno do seu próprio eixo, com uma interpretação própria do que era proteção do patrimônio histórico. Até a metade do séc. XX, a comunicação entre preservacionistas americanos e os de outros países era mínima. Gustavo Araoz menciona a existência de um “isolamento”. Um dos motivos para isso era o fato de que o movimento de preservação americano era basicamente exercido por amadores.

Esse isolamento indicado por Araoz (s/d) não era tão severo assim. A exposição do centenário da Independência americana havia aberto mais vias de comunicação entre os Estados Unidos e importantes países Europeus. Além disso, intelectuais e estudantes estavam sempre em trânsito, principalmente em viagens para a Europa, o que explica a grande influência de autores estrangeiros, como John Ruskin, William Morris¹⁷ e Viollet Le Duc há mais de um quarto de século no país.

No início de século XX, um indicativo do início de uma mudança de comportamento é a criação da Sociedade para preservação da Nova Inglaterra - *Society for the Preservation of New England* – SPNEA, em 1910. Seu fundador, William Summer Appleton, um historiador nascido na região que através de suas viagens pela Europa entra em contato com o que estava sendo feito em outros países (MURTAGH, 2006).

Os motivos que movem os preservacionistas são os mesmos, reforçar a história de formação da América para os cada vez mais numerosos imigrantes da região. Alguns autores descrevem como em algumas partes de Boston mal se podia ouvir o inglês sendo falado e da indignação por alguns dos mais tradicionais templos episcopais sendo transformados em igrejas católicas.

¹⁷ “Cujas idéias influenciaram seus primos Yankees apesar da defasagem de tempo habitual criada então pelo Oceano” (MURTAGH, 2006 p.18)

Mal se pode ouvir o som de sua própria língua mãe, inglês, de um ponto da praça ao outro; e finalmente (podemos acreditar na evidência com nossos próprios olhos?), aqui estão os velhos tijolos da Betel do bom Pastor Taylor transformada em uma capela católica!” (DE MARCO Apud LINDGREN,1983)

É neste cenário que Appleton se junta a uma das mais tradicionais sociedades históricas do país, a Sociedade para a Preservação de Antiguidades da Virginia – APVA. Porém, ele logo entende que seu caminho será outro. Em 1910, ele funda a SPNEA e através dela começa a promover a preservação e restauração de monumentos por seu valor como espécimes raros para exemplificação da origem e evolução das técnicas construtivas tradicionais no país e não apenas por uma questão de afeto patriótico. A Associação criada por ele é hoje conhecida como *Historic New England* e “modelou o gosto e o entusiasmo público por arquitetura histórica, fazendo da SPNEA uma poderosa força de preservação.” (MURTAGH, 2006 p. 17)

A campanha para salvar a casa de Paul Revere em Boston é outro marco importante na história da preservação americana. Para WHITEHILL, (In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983) o fato marca o início de uma segunda fase do movimento de preservação; porém, segundo a divisão feita por Wallace (1989) ainda se está discutindo o primeiro grupo com interesses comuns em relação à preservação do patrimônio. A casa, construída em 1680, possuía a simplicidade técnica dos primeiros imigrantes ingleses e já era antiga quando passou a ser ocupada pelo ourives Paul Revere e sua família.

Quando Appleton se envolve com o projeto (1905), a SPNEA não havia ainda sido fundada oficialmente. É nesta época que algumas sociedades históricas de Boston buscavam um santuário de adoração cívica para ajudar a criar uma imagem apropriada dos fundadores da região, para seus novos cidadãos. Quem melhor para representar este papel que um imigrante que havia vivido de forma humilde e adotado plenamente os hábitos anglo-americanos? Essa foi a forma como a imagem de Paul Revere foi “seletivamente repaginada” (LINDGREN In: PAGE, 2003. p.115) e vendida. O fato de que a casa que ele havia habitado por tanto tempo era uma das casas mais antigas de Boston¹⁸ e a única onde ainda se podia encontrar a típica estrutura de madeira, *Ballon Frame*, utilizada nas construções da época, era muito apropriado para o novo herói que estava surgindo.

Vemos aqui uma das faces da preservação da qual falamos anteriormente. Para Appleton e sua sociedade, a face da preservação era a que buscava a preservação do patrimônio antigo e concreto. E assim, podemos observar o despertar de uma valorização das técnicas

¹⁸ <http://www.paulreverehouse.org/about/paulreverehouse.shtml> - acessado em 09.03.2011

tradicionais de construção e do modo de vida dos primeiros americanos que passam a substituir o patriotismo romantizado da primeira fase, mas, o objetivo ainda era o mesmo: “[...] a busca por uma ‘America real’ que se tornaria um novo tipo de nacionalismo”; [...] (COBEN,S.-RATNER,L. apud HOSMER,1981, p.4)



Fig. 60 – Paul Revere House- cerca 1898



Fig.61 – Paul Revere House- 2009

A definição de Preservação para Appleton e as pessoas que dividiam suas ideias era a restauração de edifícios para que estes pudessem ter uso contínuo no lugar de sua pura exibição como relíquia.

Isto é exatamente o que esta sociedade foi formada para fazer... foi proposta para preservar o mais interessante destes edifícios obtendo o seu controle através de doação, compra ou outra forma, e então restaurá-lo e finalmente deixá-lo aos usuários sob sábias restrições, a menos que as condições locais sugiram algum outro tipo de tratamento. (APPLETON, S. Apud WHITEHILL, In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.143)

Porém, a metodologia utilizada muitas vezes era um tipo de “recriação ativa” (PAGE; MASON 2003 p.23). Recuperar um edifício, na metodologia de Appleton, poderia levá-lo a um estado que não existiu em nenhum momento do seu passado. Uma nova consciência de valores vai se desenvolvendo empiricamente através de projetos de restauração. Alguns estilos caem no gosto dos preservacionistas, por exemplo, as casas da região da Nova Inglaterra, como a casa de Revere e sua estrutura *Baloon Frame*. Elas possuíam este ar medieval, eram simples e revelavam não só a praticidade dos fundadores da nação, mas “a inconfundível raiz pura e viril” (LINDGREN in: PAGE, 2003 p.118) da qual descendia a nação. Os edifícios escolhidos já não eram apenas as imponentes igrejas, grandes casas ou prédios públicos grandiosos, mas a atenção se voltava também a pequenas casas, e construções simples, desde que este espírito pioneiro pudesse ser nelas identificados.

Esse interesse por casas históricas e o cotidiano das pessoas que ali habitavam acabou popularizando este modo de conservação que passou a se chamar “*Historic House Museum*” (MURTAGH, 2006.p.64) e sua variação, o chamado “*Históric Rooms*”, que discutiremos adiante. *Historic Houses Museums* constituem o tipo de projeto de preservação definido como “museu cuja estrutura em si é de significação histórica ou arquitetônica e cuja interpretação se relaciona, primeiramente, com a arquitetura, o mobiliário e a história da construção.” (MURTAGH, 2006.p.64). Um bom exemplo é a anteriormente citada *Mount Vernon* de George Washington, casa onde este viveu os últimos anos de sua vida. A casa de Paul Revere também se encaixa na categoria.

Appleton acreditava que estas casas eram documentos tridimensionais de fácil leitura para seus visitantes e que se diferenciavam dos livros apenas por ter três dimensões. Ainda segundo nos conta Murtagh (2006,p.65), ele lutava contra o impulso, compartilhado por muitos de seus colaboradores, de embelezar ou limpar em excesso os edifícios históricos em processo de restauração, pois isto destruía seu potencial educacional. Murtagh escreveu ainda sobre a ligação entre a metodologia de Appleton e as teorias de John Ruskin em seu compromisso em “manter as casas o mais intactas possível” (IDEM) e proteger os sítios exatamente como eles eram. Porém, como veremos a seguir, a intenção pedagógica era ainda muito importante, colocando a questão da matéria em segundo plano.

O projeto de restauração da Casa de Paul Revere partiu de um grande dilema logo de início: o imóvel havia sido drasticamente modificado com o passar dos anos (fig. 60). Durante o projeto, se decidiu retornar no tempo para os vestígios mais antigos que se tinham da casa. O resultado foi que não só a imagem de Paul Revere foi repaginada, mas sua casa também foi “espetacularmente reinventada” (LINDGREN in: PAGE, 2003 p.115):

Everett Chandler, que restaurou a casa para a associação em 1907-09, [...] removeu a maior parte das adições posteriores e voltou no tempo para sua aparência exterior em 1680, tratando o edifício como um monumento arquitetônico a tal ponto que se Paul Revere, retornasse a North Square, não a reconheceria como a casa em que ele viveu longamente. (WHITEHILL, In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.143)

Outros casos sucederam a este, como a restauração da casa de imigrantes, chamadas *Boardman Houses*. O exemplar em questão está localizado em *Saugus, Massachusetts* e teria sido supostamente construído por imigrantes escoceses. Appleton escolheu o conjunto justamente por acreditar que eles exemplificavam o tipo de imigrantes desejado na América. Ou seja, um perfil muito semelhante ao produzido para Paul Revere, o de pessoas que haviam assimilado a nova cultura plenamente e mostrado seu patriotismo.

Através destes projetos, Appleton difundia não só o interesse pelas técnicas trazidas à América por estas pessoas e que se transformariam em técnica tradicional americana, mas reforçava a imagem de um tipo de conduta para os novos imigrantes que chegavam. Segundo Lindgren (In:PAGE, 2003 p.118), Appleton se baseou para este projeto em “uma lenda não documentada e imprecisa sobre a construção da casa por escoceses”. Assim, o que era suposição se tornou realidade através do patrimônio histórico recuperado. Hoje a casa é conhecida como “*Scotch – Boardman House*”.



Fig. 62. Scotch – Boardman House – construída em 1868.

Uma variação deste tipo de preservação, mas que também envolvia a preservação do cotidiano das pessoas que habitavam uma casa ou frequentavam um lugar público (como igrejas, escolas, bibliotecas...), são os chamados *Historic Rooms* ou *Period Rooms*. Uma forma de preservação do tecido histórico, principalmente quando este se encontra em risco. Segundo Murtagh, a definição para estes ambientes é,

Uma entidade que, na maior parte das vezes, ocupa um entorno que guarda pouca semelhança com sua aparência original, um *Historic Rooms* (ou *Period Room*) é, por definição, uma entidade arrancada de seu tecido original. Devido a este deslocamento, o *Historic Room* sempre gerou controvérsias. (MURTAGH, 2006 p.67)

Este tipo de conservação, extremamente controverso se comparado às metodologias europeias, por exemplo, é o resultado do apreço pela história que se começa a gerar com estas ações de conservação. Ações como as restaurações antes citadas, promovidas por grupos civis vão difundir o apreço pela história e tradição. Este desejo de possuir e guardar

a história concreta, aquela que pode ser tocada, exibida e até comercializada, traduz a busca do cidadão comum por tradição que pudesse ser ilustrada através de elementos históricos de uma época, ou de um lugar. Vemos aqui o espírito dos fundadores das sociedades históricas da primeira fase de Whitehill (In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.142). A diferença é que o tecido histórico presente em ambientes preservados de uma casa, é o documento tridimensional que vai contar a história daquelas pessoas e de como viviam suas famílias.

O grande interesse por este tipo de preservação tem início quando, em 1924, o *Metropolitan Museum of Art* em Nova Iorque abre uma ala dedicada à arte americana incluindo uma seção dedicada às artes decorativas (MURTAGH, 2006 p.67). Esta ala, além de conter obras artísticas de autores americanos consagrados, apresentava também uma coleção de ambientes, partes de construções e mobiliário retirados dos mais diversos lugares do país e que representavam a evolução histórica das técnicas construtivas da nação.

Andando pela Ala Americana podia-se¹⁹ observar ambientes inteiros retirados de edifícios históricos e remontados ali ou parte deles reunidos em um ambiente que reproduzisse seu *habitat* natural. Diante desta grande exposição da cultura material histórica, o interesse por artigos históricos se torna mais popular. O fato acaba por “encorajar a destruição, por lucro parcelado, de edifícios que poderiam ter sobrevivido intactos.” (MURTAGH, 2006 p.67).



Fig. 63. Quarto Samuel Hart – Ala Americana do Museu metropolitano de Arte – Nova Iorque



Fig. 64. The Dutch Room - Ala Americana do Museu metropolitano de Arte – Nova Iorque

¹⁹ A ala Americana do *Metropolitan* foi ampliada e restaurada. Depois de dois anos fechada para conclusão dos trabalhos foi reaberta ao público em janeiro de 2012.

O Museu de Nova Iorque vai ser o pioneiro no país, seguido rapidamente por outros como, o Museu de Belas Artes da Filadélfia. Mas, segundo afirma Murtagh (2006) talvez a coleção mais significativa do país seja a iniciada por Henry F. Du Pont²⁰. Este faz parte do grupo dos multimilionários industriais citado por Wallace (1989) e juntamente com Rockefeller e Ford sobre quem falaremos mais adiante, ajudarão a moldar o interesse do país pela história, e transformarão isto em uma febre patriótica.

Du Pont inicia sua coleção, quando entre 1928-1930 se iniciam obras de expansão da residência da família, Winterthur. Ele começa a usar painéis de revestimento decorativos comprados de inúmeras casas históricas da região. Assim, através de revestimentos originais do século XVII e peças que representavam a tradição de famílias americanas, a casa da família Du Pont, que fez fortuna trabalhando na indústria, vai sendo revestida desta tradição, comprada e adicionada à árvore genealógica da família.



Fig. 65. Vista da mansão da família Du Pont – Winterthur - Delaware, NJ.



Fig. 66. Sala de Estar Port Royal – Residência Winterthur



Fig. 67. Coleção de cadeiras em exposição nas galerias da Residência Winterthur

²⁰ Henry Francis Du Pont (1880–1969), filho único de Henry Algernon and Pauline du Pont, membros da rica família industrial da região de Delaware, NJ.

Com o passar do tempo, e o aumento do acervo que havia evoluído de objetos e peças decorativas para ambientes completos, Du Pont - que havia começado a coleção “como um entusiasta amador, e gradualmente evoluiu para um bem informado *connoisseur*.” (MURTAGH, 2006 p.67) - decide ampliar o acesso ao acervo, até então restrito à família, e começa a pensar um grande museu de artes decorativas americanas, que seria aberto ao público apenas em certas épocas do ano. O museu foi inaugurado em 1951 e a família se mudou para uma casa menor, dentro da propriedade.

Du Pont era extremamente cauteloso com os objetos e ambientes que adquiria tentando evitar conflitos com as comunidades locais de onde estas peças eram retiradas. Ele temia o título de “vândalo cultural” (MURTAGH, 2006 p.67) atribuído a outras pessoas que praticavam este tipo de retirada de elementos históricos de seu *habitat* natural, porém, o fato é que muitas vezes o que seria deixado no local era apenas a casca vazia do que havia sido uma casa histórica.

Estas não são práticas exclusivas dos museus Norte Americanos e de seus colecionadores particulares. Mas o país se torna, desta busca por tocar a história e interagir com ela, parte do desejo de manter vivos os símbolos importantes da nação. Uma casa passa a não ser apenas a antiga habitação de uma família, mas pode contar a história do país e seus costumes, estabelecendo exemplos de vida para a educação de gerações futuras sobre o que é ser americano. Assim, os esforços para salvar pedaços, ainda que pequenos da história, que possam testemunhar uma época e seus valores, são muitas vezes desmedidos.

Por isso, a vida de Paul Revere foi celebrada e retocada através da restauração da sua antiga residência. A *Scotch- Boardman House* foi inventada e Du Pont e sua *Winterthur* são celebrados como referência por salvaguardar a história e instruir a tantos americanos sobre o modo de vida de seus antepassados, ainda que para isto uma grande parte da história e sua relação com seu *habitat* de origem tenha sido desfigurada.

2.3 Primeiros passos do poder público

Todos os esforços vistos até agora, para salvar o patrimônio confirmam o que Gustavo Araoz escreve sobre o início do movimento de preservação no país:

Durante décadas, o governo ofereceu pouco interesse, nenhuma assistência, e nenhum reconhecimento oficial a qualquer um destes sítios. Assim, desde sua origem, o movimento de preservação nos Estados Unidos tem se caracterizado por ser um esforço popular dirigido a nível local e evoluiu isolado de influências externas, respondendo apenas a percepção das necessidades locais. (ARAOZ, s/d s/p)

Somente vinte anos após a bem sucedida empreitada da Sr^a Cunnigham e suas *Ladies of Union* para salvar a casa de George Washington, *Mount Vernon*, considerado por alguns autores como o marco inicial do movimento moderno de preservação Norte Americano, o governo federal começa a lidar com questões relacionadas à preservação. Porém, a preocupação inicial foi direcionada para o patrimônio natural, tendo sido os Estados Unidos pioneiros neste tipo de ação – CHOAY (2001, p.14).

Em 1872 é criado o parque nacional de Yellowstone. Este é o primeiro decreto nacional de proteção concedido pelo governo. Seu objetivo era “proteger as ‘curiosidades’ e ‘maravilhas’ vistas e relatadas por antigos caçadores da área” (MURTAGH, 2006 p.37) e tornar o lugar um parque público para o benefício e desfrute da população (http://www.cr.nps.gov/history/online_books/kieley/kieley3.htm). Mais tarde, em 1889, o congresso aprova a compra da área denominada Casa Grande, localizada no estado do Arizona, região sudoeste do país. A intenção desta ação era proteger de saqueadores, as ruínas pré-históricas que dão nome à região, Casa Grande.

Parques nacionais continuaram a ser adicionados à lista do governo, mas não existia uma organização central para gerir tantas áreas públicas. A Secretaria de Interior administrava os parques, a Secretaria de Guerra garantia a segurança do visitante e também era responsável pelos monumentos de guerras (cemitérios militares, campos de batalhas) maior parte do patrimônio do país no final do séc. XIX. Além disto, algumas áreas eram administradas pelo departamento de agricultura. (http://www.cr.nps.gov/history/online_books/kieley/kieley3.htm)

Como resposta à valorização dos objetos históricos e à criação dos parques nacionais, a atenção de outros tipos de admiradores do passado é atraída: os saqueadores e contrabandistas, que passam a atacar as propriedades em busca de artefatos passíveis de venda. Assim, diante das necessidades de proteção, gestão e aparelhamento do Estado

para lidar com suas novas esferas de ação, o Governo Federal entra no séc. XX com duas ações decisivas para a história da preservação americana:

- A primeira lei federal que estabelece a proteção do patrimônio histórico público: o chamado *Antiquities Act* de 1906;
- A criação do NPS - National Park Service em 1916.

A lei é o indicativo de uma mudança de pensamento do governo americano, relacionado à manutenção da história da Nação. O *Antiquities Act*²¹ foi a primeira lei destinada a proteger os bens históricos públicos localizados em propriedades federais. É interessante notar que aqui, por falta de um órgão que centralizasse as ações ligadas à preservação, o Presidente da República é quem “a seu critério” decide e “proclama” o que é patrimônio histórico:

O Presidente dos Estados Unidos fica aqui autorizado, **a seu critério, a declarar, por proclamação pública, marcos históricos, estruturas históricas e pré-históricas e outros objetos de interesse histórico ou científico que estão situados nas terras de propriedade ou controladas pelo Governo dos Estados Unidos Estados a se tornar monumentos nacionais**, e pode reservar, como parte integrante do mesmo, parcelas de terreno e seus limites, que em todo o caso deve ser limitado à menor área compatível com o bom atendimento e gestão dos objetos a serem protegidos (*Antiquities Act*, 1906 - <http://www.nps.gov/history/local-law/anti1906.htm> - grifo nosso).

E como braços executivos da lei são designadas três secretarias de governo Federal que já se encontravam envolvidas nas questões de preservação: As secretarias de Interior, de Agricultura e de Guerra. A lei também menciona proteção de bens privados:

Quando tais objetos que estiverem situados sobre uma área coberta por uma alegação de boa-fé imperfeita ou mantidos em propriedade privada, tal área, ou tanto quanto possa ser necessário para o bom atendimento e gestão do objeto, poderá ser devolvido ao Governo, e o secretário do Interior fica autorizado a aceitar a devolução de tais áreas em nome do Governo dos Estados Unidos. (*Antiquities Act*, 1906 - <http://www.nps.gov/history/local-law/anti1906.htm>).

Ou seja, o governo só tomará parte na manutenção do bem considerado de importância nacional pertencente à pessoa física ou instituição privada, caso o bem seja integrado às posses do Governo Federal, o que torna o objeto de propriedade pública.

A lei é um primeiro passo para a formação da lista de registro nacional que nasceria posteriormente na década de 1960.

²¹ texto na íntegra disponível nos anexos.

Dez anos mais tarde, o governo vai responder ao problema de gestão das grandes áreas protegidas, quando o presidente Wilson assina a lei criando o *National Park Service* como um departamento subordinado à Secretaria de Interiores. Sua função, além de tentar unificar o controle destas áreas era “promover e regular o uso das áreas Federais conhecidas como Parques Nacionais, Monumentos e Reservas” (MURTAGH, 2006 p.39) Seu primeiro diretor foi *Stephen Martin*, “um dinâmico e rico industrial de Chicago”, que estabeleceu a estrutura organizacional da instituição. Seu assistente *Horace Albright*, antigo superintendente do parque nacional de Yellowstone, faria história como o segundo diretor da organização.

Todos esses acontecimentos tomam lugar em uma época em que o país começava a experimentar uma onda de progresso enorme. E isto atingia não só as pessoas, mas as paisagens e monumentos históricos. “A década que se seguiu à I Guerra Mundial produziu um número de mudanças importantes na vida americana, e o movimento de preservação não foi exceção à tendência.” (HOSMER, 181 p.2) Com o acelerado desenvolvimento econômico do país, mudam as necessidades de seus cidadãos.

Em 1919, rodavam 6 milhões de automóveis no país; em 1929 o número subiu para 27 milhões (ALLEN, 1968 p.233). Com isso, novas estradas começavam a ser construídas, bem como espaço para estacionamento. Além disso, a população crescia e novos espaços para habitação se faziam necessários; o que causou grande impacto na paisagem urbana e rural das cidades americanas e, claro, no patrimônio histórico. Muitos monumentos e sítios históricos se perderam na ânsia de liberação de espaço e modernização das cidades.

Todo este desenvolvimento e anos dourados de progresso foram interrompidos pelos anos de crise marcada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em 29 de outubro de 1929. A crise tem efeitos quase que imediatos na vida econômica da nação e de uma hora para outra, milhares de pessoas se acharam sem trabalho.

Nessa época, o *National Park Service* - *NPS*, começava a receber sob sua responsabilidade mais e mais parques nacionais e alguns monumentos, mas continuava dividindo a tarefa com o Departamento de Guerra que abrigava os memoriais e campos de batalha. Nenhum dos dois departamentos possuía, na época, pessoal treinado para lidar com os sítios sob sua tutela. “A ideia de ter arquitetos treinados, naturalistas, paisagistas e historiadores no *Park Service* parecia um tanto quanto extravagante na atmosfera governamental dos anos 1920.” (HOSMER, 1981 p.475).

Em 1933, entra em cena o homem que mudaria a história de crise da América. O presidente Franklin Delano Roosevelt assume a presidência em março de 1933 e lança uma série de

medidas para fazer reviver a economia norte-americana que ficou conhecida como o *New Deal*. Uma das primeiras ações, com grande impacto nas conquistas alcançadas pelo NPS, foi tomada algumas semanas depois de assumir a presidência, a criação do CCC – *Civilian Conservation Corps* (fig. 68,69,70). Um programa destinado a dar trabalho a 250.000 jovens desempregados. O NPS foi uma das principais agências de governo a se beneficiar da mão de obra disponível, como conta Horace Albright que nessa época já havia substituído Stephen Martin, na direção do órgão:

Nós pensávamos que tudo isto iria abaixo pelo ralo político... Ele [o presidente] estava disponibilizando o patrocínio. Nós então enviamos centenas de telegramas para estes candidatos – técnicos, historiadores, profissionais, empregando-os. Nós os empregamos a direta e a esquerda sem dar nenhuma atenção em muitos casos as credenciais que deveríamos ter dado. [...] conseguimos nossa equipe desta forma. (ALBRIGHT Apud HOSMER, 1981 p.532)

O ano de 1933 foi bem agitado para o movimento de preservação americano. Três meses depois de assumir a presidência, Roosevelt ordena que todos os campos de batalha, parques, monumentos e cemitérios administrados pelo Departamento de Guerra, passassem para a administração da Secretaria de Interiores, isto é, para o NPS. E claro, a mão de obra vinda dos programas do governo representavam pessoal em abundância a custos mínimos. O trabalho que se executava junto ao NPS era normalmente dividido em seis campos: reabilitação das florestas, desenvolvimento do terreno nos campos de batalha, construção de modelos educacionais, prospecções arqueológicas e a restauração e reconstrução de edifícios coloniais (HOSMER, 1981 p. 535). Muitos dos parques nacionais e campos de batalhas espalhados pelo país foram reflorestados e recuperados por estes profissionais.



Fig. 68 Visitantes observam as escavações arqueológicas em Jamestown, parque Colonial – década de 1930



Fig. 69 cartaz de Alistamento para o CCC no Estado de Illinois

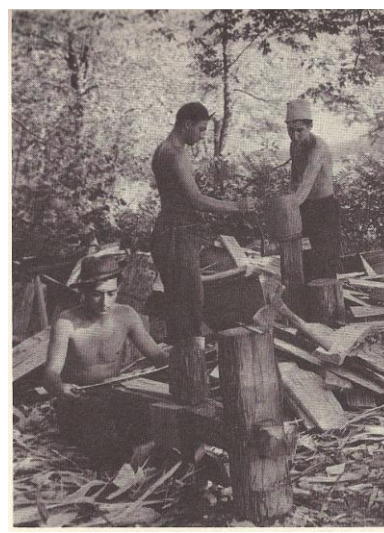


Fig 70 Jovens do CCC trabalhando na produção de peças de madeira para recuperação de telhados (shingle's roof), 1934

No mesmo espírito e no mesmo ano, entra em cena *Charles E. Peterson*, arquiteto do National Park Service – NPS, responsável pelo início da profissionalização do movimento de preservação, uma das figuras de destaque destes primeiros anos do órgão federal.

Peterson sugere a criação de um time nacional de pesquisa, para dar início a um grande arquivo nacional de arquitetura tradicional americana. Em 1933, ele apresenta a proposta ao *National Park Service* para que os profissionais especializados que estavam sem trabalho (arquitetos, desenhistas, fotógrafos, paisagistas e historiadores) fossem engajados neste time. O então secretário de Interior, Harold Ickes, autoriza o pagamento “de menos de meio milhão de dólares para empregar quase mil arquitetos desempregados em fevereiro de 1934” MURTAGH, (2006, p.41).

Assim nasce o *HABS – Historic American Building Survey*, e seu trabalho registrou milhares de estruturas históricas pelo país. Através do trabalho destas pessoas, as construções históricas espalhadas por todo país puderam ser registradas e preservadas, ou apenas registradas antes de seu desaparecimento. O resultado alcançado pelo programa não foi apenas o salvamento de muitos profissionais qualificados da miséria, mas foi algo parecido com o que a exposição do centenário em 1876 havia alcançado na Filadélfia quase 60 anos antes, ou seja, através dos desenhos, extremamente bem feitos e detalhados (fig. 71 a 76), o país pôde revisitar construções, rever técnicas tradicionais, materiais e maquinários que davam forma a sua história e se lembrar de ideias e paisagens que haviam se perdido no tumulto de anos de glória, seguidos pelos de pavor. Forma-se aqui o primeiro registro de arquitetura e paisagens históricas da nação.

O HABS não foi idealizado para salvar edifícios, e suas prioridades de estruturas a serem registradas não tinham um padrão porque edifícios que valiam a pena e arquitetos desempregados nem sempre eram distribuídos igualmente. A agência criou [...] um incomparável arquivo nacional, rapidamente colocado em uso com fins práticos e acadêmicos [...] até 1941, o HABS já havia registrado 693 estruturas em 23.000 pranchas de desenhos com documentação fotográfica cobrindo cada edifício. (MURTAGH, 2006 p.41)

A primeira versão do programa não sobreviveu por um período longo, por razões econômicas. Mas, em 1935 ressurgiu com o incentivo do Instituto de Arquitetos Americanos juntamente com o NPS e continua até hoje registrando não só edifícios, mas estruturas industriais como moinhos, faróis e etc., bem como paisagens.

Para a recuperação dos parques e monumentos sob tutela do NPS, pessoal adequado e agilidade nas decisões de projeto pediam pessoas experientes em pesquisa e projeto de restauração. Isto sem falar da necessidade de conhecimento prático relativo a técnicas

construtivas tradicionais americanas. Porém, nesta época o país não possuía escolas especializadas neste tipo de treinamento²². Onde eram formados os profissionais que levavam à frente os novos programas do governo? A resposta viria de um projeto que havia mudado o curso da história da preservação nos Estados Unidos. A recuperação da pequena cidade de Williamsburg no Estado da Virgínia, que havia começado anos antes, em 1924.

Em 1933, a primeira fase da restauração de Williamsburg estava quase terminada e o escritório de Perry, Shaw e Hepburn estava vagarosamente caminhando para uma equipe arquitetônica muito menor em Williamsburg [...]

O maior exercício no Colonial [parque histórico de Jamestown] era a pesquisa que culminou na escavação arqueológica da *Moore House* e sua consequente restauração. Aqui, a experiência da equipe de Williamsburg teve uma influência real na aproximação usada pelo NPS. [...]

O trabalho dos consultores em arquitetura em ambas as restaurações, Morristown e Yorktown provaram conclusivamente que Colonial Williamsburg havia operado como a primeira escola para restauração erudita nos Estados Unidos (HOSMER, 1981 p.534- 538)

²² A primeira escola a inaugurar um curso acadêmico dedicado a preservação foi a Universidade de Columbia no ano de 1965. Fonte: <http://www.arch.columbia.edu/publications/futureanterior> - acessado em 13.10.2011

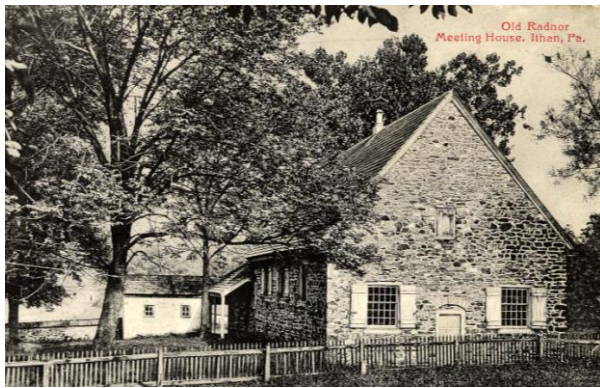


Fig. 71 e 72. Radnor Friends meetinghouse (1909 e 2009) – Delaware, PA

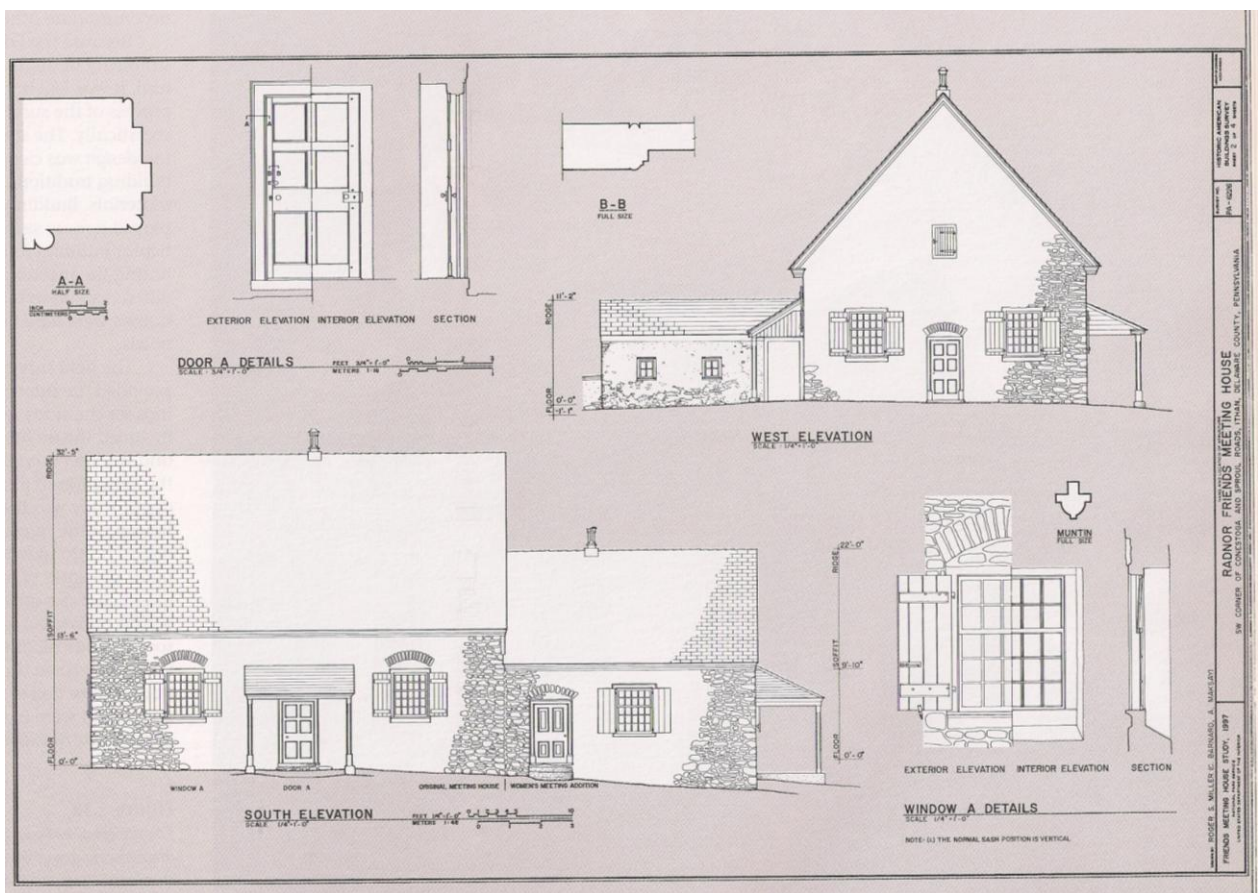


Fig. 73. Prancha de detalhamento padrão produzido pelo HABS – Levantamento da Radnor Friends Meeting House



Fig. 74 e 75. Vista da Buckingham Meetinghouse – Lahasca, PA

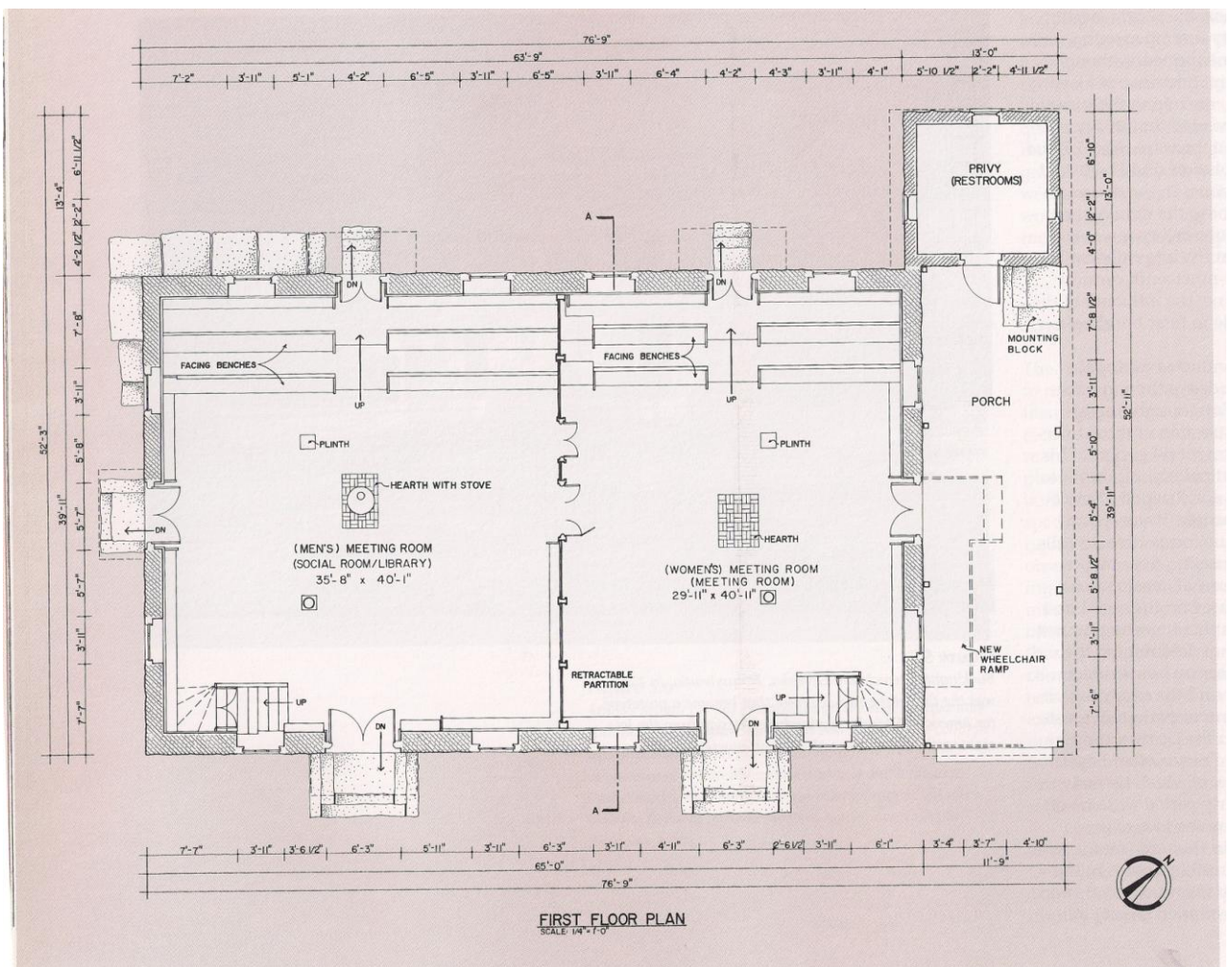


Fig. 76. Prancha de levantamento produzido pelo HABS – Levantamento da Buckingham Meetinghouse

2.4 Patrimônio Arquitetônico ou Parque Temático²³

Enquanto o governo começava a se inserir nas questões de preservação, a velocidade dos processos e o volume de conhecimento promovido por indivíduos e instituições privadas nas vias de preservação já era bem alto. Voltemos um pouco no tempo para conhecer o **terceiro grupo** classificado por Wallace (1989, p.170) por seu interesse em preservação que coincide com a classificação feita por Whitehill como a **Terceira fase da História** da Preservação Americana (In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.142).

Esta parte da história precisa começar pelas portas de uma pequena cidade nas proximidades de Washington, que havia ocupado o posto de sede do governo da Virgínia, mas se encontrava esquecida no início do século XX. A cidade de Williamsburg entra novamente em evidência e ganha notoriedade pela cruzada idealizada pelo pastor local e seu grande benfeitor para sua transformação em um grande museu a céu aberto.

Como em tantas outras cidades, o cenário local em Williamsburg é bem desanimador nesta época. A cidade havia perdido o palácio do governador em 1781, o capitólio em 1832 e a celebrada *Raleigh Tavern* em 1859, todos vítimas de incêndio. A sede de uma das universidades mais antigas do país, *The College of William and Mary* havia sido muito desfigurada por acréscimos, bem como aconteceu em tantos outros edifícios importantes. Algumas casas ainda mantinham o ar da cidade colonial, mas estavam perdendo lugar para edifícios comerciais como bancos, postos de gasolina, oficinas mecânicas e outras estruturas necessárias às modernidades do séc. XX. (fig. 77 e 78)



Fig. 77. Vista da Rua Principal Duke of Gloucester – s/d

²³ Título do artigo de Ignasi de Solá-Morales para a Revista de Crítica Arquitetônica – Revista DC. Barcelona, n.01, 1998.



Fig. 78. Vista da Rua do Mercado em 1928, com suas oficinas e casas.

Em 1907, o Pastor Goodwin consegue fundos para restaurar a antiga igreja local a *Burton Church*. Com este primeiro projeto surge o sonho de voltar no tempo e devolver à cidade o ar colonial do período da revolução americana. Ele sabia que para a concretização do sonho um grande patrocínio seria necessário e tudo começava a se encaixar quando em 1924, durante um jantar em Nova Iorque, ele é apresentado a John D. Rockefeller Jr.²⁴.

Michael Wallace (1989) enquadra os grandes milionários como Rockefeller no terceiro grupo a se envolver na preservação do patrimônio entre 1890 e 1940. Segundo ele, os multimilionários industriais como Rockefeller e Henry Ford – que também entraria no mundo da preservação em grande escala através do projeto para sua própria cidade histórica - se interessam pelo assunto, “em parte celebrar a sua preeminência recém-conquistada e em parte para a construção de uma linhagem retrospectiva para si, comprando seu caminho pelo passado americano” (WALLACE, 1989 p.170).

Rockefeller se tornaria primeiramente o bem feitor do novo *Phi Beta Kappa Hall*²⁵ para a Universidade local. Mais tarde, durante visita à cidade para a dedicação do novo espaço, Goodwin e Rockefeller partem para uma volta por Williamsburg onde cuidadosamente todos planos para a recuperação da cidade lhe são expostos.

²⁴ John Davison Rockefeller Junior foi um grande comerciante da cidade de Nova Iorque, herdeiro dos negócios da família Rockefeller, principalmente ligado ao petróleo

²⁵ O Phi Beta Kappa Hall é o um auditório construído originalmente pela irmandade Phi Beta Kappa da Universidade William and Mary.

A paciência de Goodwin e o apelo do passado romântico de Williamsburg ganharam o dia. Rockefeller achou que a oportunidade de restaurar uma cidade inteira e a manter livre dos “arredores não harmoniosos” era “Irresistível”. (HOSMER, 1981 p.19)

Assim começa a grande cruzada para devolver à cidade seus aspectos do século XVIII. Nessa época, Goodwin já havia conseguido comprar um primeiro edifício na cidade, a George Wythe House, próximo à sua paróquia, e com a ajuda de “organizações patrióticas” da região, como a APVA - Sociedade para a Preservação de Antiguidades da Virginia, ele próprio estava procedendo à sua restauração. Mas a restauração de uma cidade inteira era uma empreitada que exigiria do chefe da igreja local, além de boa dose de ajuda divina, uma dose igualmente grande de planejamento e muita pesquisa histórica.

Goodwin achava que toda a modernidade e progresso dos tempos atuais estavam levando o homem americano a se esquecer de sua origem. “Ele via que os Americanos tinham necessidade de lugares reservados para que eles pudessem experimentar a vida da América pré-industrial” (HOSMER, 1981 p.3). O patriotismo era a força motriz do projeto. Murtagh conta que “Rockefeller, como Hazelius²⁶, foi motivado por patriotismo e a percepção de que este projeto deveria ser usado para transferir as futuras gerações, os marcos da liberdade e democracia que para ele eram tão caros” (MURTAGH 2006. p.81)

O primeiro passo autorizado pelo benfeitor do projeto demonstra certo grau de precaução, Rockefeller autoriza a contratação de um arquiteto para preparar uma série de desenhos representando como seria a Williamsburg restaurada (MURTAGH 2006. p.19) e o sigilo absoluto era um dos pré-requisitos para a continuidade dos projetos. Assim, entra em cena o escritório de Perry, Shaw e Hepburn de Boston. Eles não foram a primeira opção do pastor para o projeto, mas foram os primeiros a aceitar se lançar nesta aventura. Um dos sócios havia conhecido o Pastor anos antes durante uma estadia acidental na cidade.

Williamsburg é um divisor de águas na história porque é ali que muitos dos profissionais de preservação que conduzirão futuros trabalhos em todo o país seriam formados. Não só o trabalho prático em si, mas muito da teoria de restauração americana vai começar a ser escrita nas pranchetas de projeto de Williamsburg.

Algumas questões teóricas essenciais a projetos de preservação começam a rondar o pensamento dos envolvidos no projeto. A primeira delas era relativa aos edifícios âncora da cidade que já haviam desaparecido: “Qual o melhor interesse da história: manter as antigas fundações ou reproduzir o edifício?” (HOSMER, 1981 p.27) Quem determina o que é

²⁶ “O Sueco Arthur Hazelius é considerado o pai do movimento de museus a céu aberto, creditado com o primeiro museu a céu aberto [Skansen] por razões patrióticas e educacionais” (MURTAGH, 2006. P.77)

historicamente importante? (TYLER,2000 P.11) Outras questões relativas a vida rotineira de uma cidade também deveriam ser respondidas pelo projeto de restauração, por exemplo: Como a vida dos cidadãos que habitavam Williamsburg seguiria depois do projeto? Uma nova área comercial que respondessem a necessidade da vida no século XX deveria ser criada se as ruas principais retornariam a sua aparência original do séc. XVIII? E as pessoas que precisassem deixar sua residência em favor dos novos espaços necessários ao projeto?

Como não existia um precedente para uma empreitada desta magnitude, era necessário desenvolver um considerável corpo de pesquisadores operários para estabelecer o que deveria ser feito, assim como a força de artesãos especialmente treinados para executar a interpretação dos arquitetos das evidências (WHITEHILL, In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.145)

Antes da apresentação dos desenhos iniciais a Rockefeller em novembro de 1927, o escritório contratado para os primeiros estudos consultaram dois especialistas em “restauração arquitetônica” (HOSMER,1981. p.27) para ajudar a responder algumas destas questões. Eram eles, A. Lawrence Kocher, arquiteto e fundador da escola de arquitetura na Universidade *Penn State* onde ensinava Arquitetura Histórica, e Fiske Kimball, arquiteto reconhecido principalmente por seu trabalho na restauração de *Monticello*, casa de Thomas Jefferson na Virgínia, e por seus longos anos a serviço do Museu de Arte da Filadélfia.

A apresentação do projeto a Rockefeller foi um sucesso e os passos seguintes começaram a ser cuidadosamente dados. Uma questão muito delicada envolvida era a compra das terras para que o projeto fosse levado a termo. A princípio, a população foi deliberadamente deixada de fora, já que Goodwin trabalhou em segredo comprando as terras e os edifícios históricos remanescentes visados para a primeira etapa do projeto (fig.79): o *Wren Building*, pertencente à Universidade *William and Mary*, o Capitólio e o Palácio do Governador (fig.80 e 81). O silêncio da manobra pretendia evitar uma valorização demasiada das terras que inviabilizassem o projeto. (HOSMER,1981, p.28)

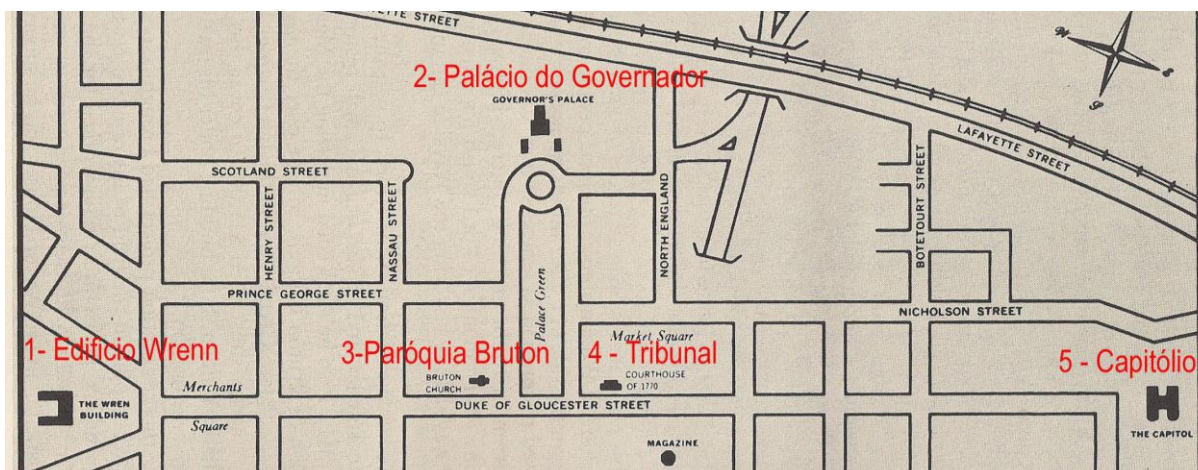


Fig. 79 – Localização dos edifícios da Fase I da restauração da cidade



Fig.80. Palácio do Governador em 1781, destruído por um incêndio.

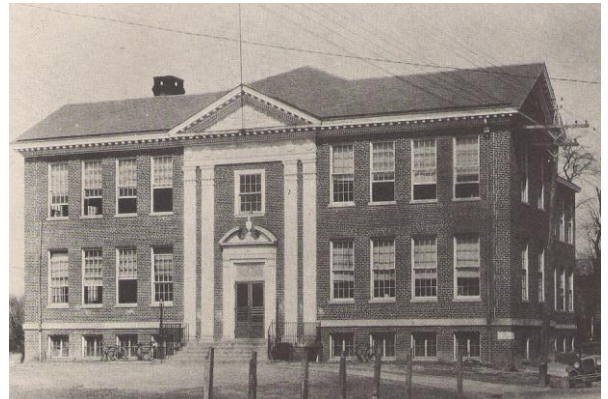


Fig. 81. Escola secundária construída no local onde ficava o palácio do Governador durante – s/d



Fig. 82. Imagem do Palácio do Governador durante a reconstrução

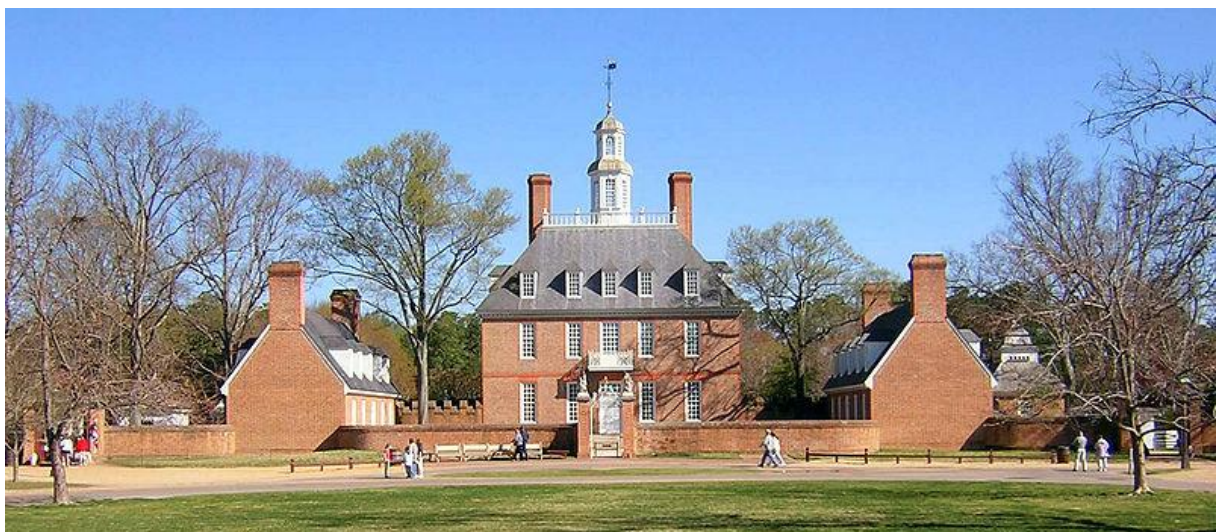


Fig. 83. Palácio do Governador, 2006

Todos estes fatos somados produziram um reflexo imediato no campo da preservação americana.

Novas profissões, novos procedimentos organizacionais, e uma filosofia de restauração toda nova teriam de ser criadas. [...] Se uma restauração física fosse se seguir Goodwin teria de encontrar empreiteiros, historiadores, arqueólogos, especialistas em mobiliário, desenhistas, paisagistas e engenheiros. Estes profissionais estavam disponíveis em 1928, mas nenhum deles tinha experiência na recriação de uma cidade colonial. HOSMER, 1981, p.28

Nos anos 1920, os escritórios de arquitetura procediam ao estudo da arquitetura histórica americana, para que seu vocabulário (ornamentos e materiais) fosse aplicado em edifícios públicos - bibliotecas, escolas, hospitais - e privados - residências, escritórios - o que proporcionou uma maior sensibilidade da categoria à história. Charles Hosmer afirma que outras categorias, como historiadores e arqueólogos não estavam preparados ou tinham o foco em outras áreas de interesse.

Além dos dilemas enfrentados pelo restauro físico da cidade, outro ponto é crucial nesta história: o envolvimento da população no processo. Para que o projeto fosse levado a cabo, um ponto importantíssimo para os americanos seria tocado, a propriedade privada. A população, que antes havia sido excluída do processo, deveria entrar em cena para que o projeto pudesse seguir em frente. A movimentação de compra e venda das propriedades obviamente não havia passado despercebida para a população e especialmente para os jornais da região. Segundo nos conta um artigo do departamento de estudos Americanos da Universidade da Virgínia, alguns jornais estavam publicando artigos especulando quem estaria por trás de toda esta movimentação de compra de terras. (http://xroads.virginia.edu/~UG99/coe/wpa_guide/reactions.html). Goodwin convoca, então, uma reunião com os habitantes de Williamsburg para uma consulta pública, onde o projeto seria apresentado e os envolvidos revelados:

Em 12 de junho e 13 de 1928, foram realizadas reuniões com a comunidade em Williamsburg e Toano (condado de James City), respectivamente. [...] Goodwin fez seu anúncio. Ele pronunciou suas observações afirmando que "é objetivo dos nossos associados fazer deste lugar um santuário nacional. Benefícios virão, tanto espirituais quanto materiais. Cada empresário será beneficiado. Deve ser uma fonte de orgulho saber que vamos ter aqui o mais belo santuário dedicado à vida dos construtores da nação" (http://xroads.virginia.edu/~UG99/coe/wpa_guide/reactions.html)

Nessa consulta, o nome de John D. Rockefeller foi anunciando como benfeitor do projeto. Em seu livro, Hosmer conta que a população aceitou bem a proposta de venda da cidade, e a maior parte das pessoas via o fato do envolvimento de Rockefeller com bons olhos, mas, como nos conta o artigo da Universidade da Virgínia nem todos estavam de acordo. Segundo este artigo, durante a reunião convocada por Goodwin, uma posição contrária ao projeto é exposta:

[...] havia uma opinião minoritária expressa pelo Major S.D. Freeman, que apontou: 'Nenhuma consideração foi dada aos aspectos mais amplos dessa transferência. Se vocês desistirem de suas terras, esta não será mais sua cidade. Você não vai sentir o mesmo orgulho que agora sente quando atravessa os jardins, ou as ruas principais? [...] **Não vamos estar na posição de uma borboleta presa a um cartão em um armário de vidro, ou como uma múmia na tumba do Tutankhamon?** (http://xroads.virginia.edu/~UG99/coe/wpa_guide/reactions.html)

Segundo Lindgren (PAGE, 1983 p.122), para a reconstrução de Williamsburg, 700 edifícios foram demolidos ou movidos de um lugar para o outro, 350 foram reconstruídos, incluindo os edifícios âncoras da cidade – o capitólio, o Palácio do Governo - e 88 restaurados, “a história foi contada seletivamente, ignorando classes sociais e problemas raciais e criando mais um mito do que uma história”. Um processo de esvaziamento da cidade de suas relações sociais originais ocorreu em Williamsburg. A cidade perdeu tudo o que a transformava em uma cidade de fato e se transformou em um cenário com atores e não mais cidadãos.

A restaurada cidade colonial está pronta para a inauguração, mas havia um desconfortável sentimento de novo na coisa toda. O asseio da cena parece ter retirado a naturalidade da maior parte do rústico característico do período colonial (HOSMER,1981 P.54)

A nova cidade, cheia de atores em fantasias e intérpretes da vida colonial, era **comercializada como uma reprodução autêntica a Williamsburg do século XVIII**. A organização sem fins lucrativos, Colonial Williamsburg Foundation, Inc., exaltava exatidão histórica do local e suas oportunidades educacionais (<http://xroads.virginia.edu/~UG99/pontius/WPA/shrine.html> - grifo nosso).

O que separa então estes Parques Históricos de um parque temático? É a pergunta que qualquer profissional trabalhando com patrimônio hoje faria. Murtagh nos explica a diferença primária:

Não se pode perder de vista o fato de que a grande distinção entre um museu a céu aberto e operações tal qual a Disney World da Flórida é a ordem de prioridade que justifica sua existência. Parques temáticos existem primariamente para entreter e divertir. Se estes educam durante o processo, então muito melhor, mas esta não é a razão principal de sua existência. Museus a céu aberto existem primariamente para educar. Se

estes divertem e promovem recreação, isto é um produto secundário, mas plausível. (MURTAGH 2006. p 76)

Além disto, ainda temos a questão da autenticidade, ponto que não é uma das preocupações das representações feitas para os parques temáticos, mas está presente nos parques históricos de alguma forma. A ideia dos parques de diversão é montar um cenário que reproduza cenas ou cidades famosas, para que as pessoas tenham acesso ao símbolo evocado pelo tema do parque. É o que reforça a autora do Guia “Caring for your old House” Judith L. Kitchen, quando fala de autenticidade e reproduções de elementos históricos na recuperação de casas. Ela usa como exemplo para comparação justamente o parque de diversões temático.

Considere também o termo “aparência histórica”. Não tem o mesmo significado do termo “histórico”. Se assim fosse, *Main street*²⁷ na Disneylândia, Anaheim, Califórnia, seria um esforço de preservação histórica. É, antes de tudo, um cenário ou pano de fundo para atividades que ocorrem ali. (sem dúvida, em um futuro distante, Disneylândia vai ser determinada histórica por direito adquirido, como deve ser). (KITCHEN, 1991 p.11)

As intenções patrióticas e educacionais pensadas para Williamsburg ajudam a aumentar uma febre de apreço pela história facilitada pela popularização do automóvel e a criação das grandes rodovias que levavam os visitantes mais rapidamente a estes destinos históricos. Este apreço acaba se refletindo na arquitetura produzida naquela época como observado pelo escritor Garrison Keillor que afirma que nesta época: “o passado foi copiado, citado, e constantemente olhado até que um dia, o país parecia mais com o que costumava ser do que antes” (KEILLOR Apud TYLER, 2000 p.27). O efeito se podia observar nos subúrbios americanos que foram “colonializados”²⁸ através de reformas e utilização do repertório visto em Williamsburg e em outras cidades totalmente fora de contexto.

Mais do que isso, o símbolo mitológico do país, materializado através da arquitetura, é colocado a serviço da nação em tempos de crise, como no período da grande depressão (1929-1933) e depois nos anos da segunda Guerra Mundial onde a cidade “procurava não apenas educar contra a maldade do comunismo, mas também promover os ideais americanos de democracia e governo republicano pelo mundo.” (http://www.encyclopediavirginia.org/Colonial_Williamsburg - acessado em 20.02.2012). Este

²⁷ Main Street, é uma área no parque temático Disneylandia que reproduz a rua principal uma cidade americana típica do século XIX e seus edifícios vitorianos.

²⁸ Expressão utilizada pelo arquiteto Rick Ortega em jan/2012, durante uma conversa quando explicava o fato de que muitas cidades de subúrbio do século XIX foram intencionalmente reformadas para se parecer com a arquitetura colonial do sec. XVI e XVII.

sentimento de se tornar a materialização da nação não era exclusividade de Williamsburg²⁹. O início do século XX multiplica as inspirações de Goodwin e Rockefeller pelo país e muitas releituras deste tipo de empreitadas foram feitas. Talvez uma das mais polêmicas tenha sido a interpretação feita por Henry Ford, que entra na história do movimento de preservação com sua versão de museu a céu aberto, Greenfield, uma mistura de museu a céu aberto e *Period Rooms*, já discutidos anteriormente.

Em 1926, Henry Ford decide criar um museu onde fosse possível exaltar as conquistas das gerações passadas. Já em 1923, ou seja, antes de Goodwin e Rockefeller iniciarem as atividades para tornar Williamsburg Colonial realidade, Ford havia adquirido alguns edifícios históricos e os havia transportado para a área próxima à sua fábrica automotiva, A *Ford Company*, em Dearborn, Massachussets. Estes edifícios eram exemplares do que era considerado tipicamente americano em questões de técnica construtiva e de modo de vida. “Se a motivação primária de Rockefeller era o patriotismo, certamente a educação foi a força motriz por trás das ações de Henry Ford.” (MURTAGH, 2006. p.81)

Henry Ford teve um grande papel na aceleração da indústria americana. Suas invenções e sua Companhia ajudaram a mudar os rumos da vida do país. Ele foi um dos responsáveis pela popularização do automóvel e “embora seus produtos estivessem ajudando a desmantelar a antiga sociedade, eles [Rockefeller e Ford] se viravam para salvar partes dela da devastação” (WALLACE, 1989 p.171)

Tudo começa com o mesmo espírito já visto na coleção de Du Pont, recolhendo elementos históricos como colecionador. Porém, os objetos de coleção eram prédios completos, como o pequeno hotel o Wayside Inn em Sudbury, Massachussets, uma igreja, uma antiga escola, que continuou funcionando como escola depois de reconstruída em Dearborn. No ano seguinte, ele adquire a Botsfrod Tavern, em Detroit e também move o edifício para a área perto de seu escritório. Assim em 1926, vem a decisão de organizar seu acervo em duas grandes áreas, a primeira delas seria um grande Hall para exposições – uma cópia do *Independence Hall* na Filadélfia (fig. 85) e, a segunda parte, a própria coleção de edifícios transportados, assim “apresentando exemplos das ilimitadas oportunidades e conquistas das gerações passadas da América” (MURTAGH, 2006 p.81).

O complexo é nomeado Greenfield e é aberto ao público em 1933. Segundo nos conta Murtagh (2006), os edifícios continuaram a ser adicionados e são uma mistura de

²⁹ Muitos outros Museus a céu aberto foram criados nos Estados Unidos no início do século XX. Entre eles estão, Old Salem, que como Williamsburg foi um projeto de restauração da cidade existente. Segundo Murthag (2006) é o complexo com o maior número de edifícios originais. Além de reconstruções históricas como a Villa Pioneira, também localizada em Salem. Plymouth, local de desembarque dos primeiros imigrantes na Nova Inglaterra, cuja vila histórica foi construída em uma locação diferente pelo fato de que cidade de Plymouth cresceu ao redor do local de desembarque. Entre outros inúmeros exemplos espalhados pelo país.

lembranças da infância de Ford, como o caso do edifício onde funcionou a escola que ele havia frequentado quando criança, e de edifícios vindos de outros estados e até de outros países. (fig.84,85 e 86)

Uma miscelânea misturada. Tudo da Nova Inglaterra ao Michigan, e do Michigan ao interior do Sul, isto sem mencionar o chalé Suíço, uma loja Inglesa [no estilo] Tudor com uma torre e relógio gótico. Uma confusão generalizada e ângulos aleatórios. Por tudo isto uma atmosfera definitiva de encanto por todo lugar. Agradáveis edifícios americanos como a loja de Bicicletas de Orville Wright, o mercado da cidade, o hotel e o correio ajudam apesar as disparidades. (C. Malcon Watkins em 17 de agosto de 1938 Apud, HOSMER, 1981 p.77)

O título de vândalo cultural que Du Pont tanto temia poderia ser certamente aplicado a Ford que tinha “pouco remorso por retirar edifícios de seus lugares originais e até em mudar suas proporções originais” (MURTAGH, 2006 p.81). O edifício inglês citado acima, uma joalheria originalmente composta por cinco andares, foi retirada de seu ambiente urbano em Londres e trazida para os Estados Unidos, onde foi reduzida a três andares para que a coleção de relógios de Ford fosse exposta. A confusão generalizada da qual nos fala Watkins se dava justamente pela falta de conexão entre alguns prédios coletados para o complexo.

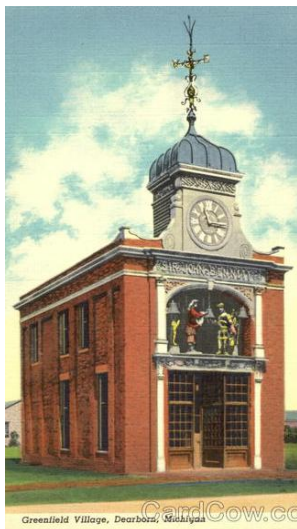


Fig. 84. Antigo cartão postal representando a Joalheria trazida de Londres para compor o museu Dearborn



Fig. 85. Grande Hall de exposições – Uma réplica do *Independence Hall* na Filadélfia.



Fig.86. Atores caracterizados caminham pela cidade museu.

As duas empreitadas possuem diferenças e semelhanças. A diferença entre as duas está justamente em suas ideias. Rockefeller se cercou de especialistas existentes na época e investiu muito em consultorias para que a cidade pudesse retornar no tempo da forma mais autêntica possível. Já Ford, ignorando as relações sociais e técnicas dos edifícios e seu entorno, recolheu tudo o que achava interessante e construiu um grande monumento para

contar a história da evolução da técnica americana, tendo sua própria história e suas próprias conquistas como pano de fundo.

Ambos despertam o que Murtagh vai chamar de “everyday History” (MURTAGH, 2006 p.85) ou história cotidiana. Ou seja, aqui como já havíamos visto em cidades monumentos como Washington, vai acontecer uma “reamericanização” (LOBATO, 2009 p. 48) dos americanos. O mito da criação da nação americana será contada e recontada através de fatos do cotidiano; ou seja, através da rotina de uma cidade colonial com ênfase na vida dos primeiros fundadores da nação, ou na cidade criada artificialmente exaltando as conquistas tecnológicas do país e de seus inventores que podem ser considerados os criadores desta nova nação americana. O importante é que esta dualidade existente entre a manutenção do patrimônio antigo e a criação de um patrimônio novo sobre a qual falamos anteriormente continua em embate nesta nova modalidade de preservação, mas sempre reforçando a ideia de materialização da pátria.

A declaração do presidente Franklin D. Roosevelt, quando comparece para a inauguração de Williamsburg de que a Rua Duke of Gloucester era ‘A rua mais histórica da América’³⁰, confirma o fato de que o patrimônio antigo e o inventando figuram lado a lado no imaginário da população como parte de sua história. Williamsburg figura na lista nacional de lugares históricos desde 1960, além de ter bens registrados isoladamente.³¹ A maior parte da cidade pertence à fundação Colonial Williamsburg Foundation que faz a gestão do espaço e a captação de fundos para sua manutenção. Greenfield é registrado na Lista Nacional de lugares históricos e de distrito histórico desde 1981, e é gerida pela Fundação Ford.

³⁰ <http://www.williamsburgva.gov/index.aspx?recordid=875&page=273> – Acessado em 20.06.2010

³¹ <http://www.nationalregisterofhistoricplaces.com/va/Williamsburg/state.html> - Acessado em 20.06.2010



Uma nação moderna interpreta seu passado

O início do século XX, como vimos no capítulo anterior, marca uma fase onde a população passa a interagir e buscar mais intensamente a história como forma de participar com seu passado. O patrimônio foi visto e protegido para contar a história do país e poder tocar concretamente a definição do que é ser Americano. Um país formado por imigrantes e que ainda se mantém em movimento constante precisa de referências históricas para lembrar suas raízes e sua ligação com o passado e a história...

Os americanos desenvolveram desde o início uma forma muito particular de lidar com o patrimônio histórico como vimos anteriormente. Porém, uma mudança de pensamento vai ter início nos anos 1930 e muitas destas mudanças são propostas pelo Quarto Grupo definido por Wallace (1989, p.170) que lutou contra a demolição casual deste patrimônio. Profissionais de diversas áreas, arquitetos, engenheiros, advogados, entre outros, se envolvem nas questões de preservação. Mas só com o envolvimento mais intenso do governo federal, é que estes profissionais puderam desenvolver uma base operacional mais independente.

Junto ao corpo formado por senhoras (e alguns cavalheiros) que haviam sido a espinha dorsal do esforço de preservação, um corpo de profissionais de preservação histórica (quase invariavelmente) do sexo masculino cresce. Restauradores³² (Rockefeller em particular) contratam engenheiros e arquitetos para renovar ou reconstruir edifícios. A aristocracia sulista trabalha com empresários e advogados para estabelecer uma legislação de preservação. (WALLACE, 1989 p.171)

Após os primeiros passos do governo no campo da preservação através de programas como o HABS – *Historican American Builidng Survey* e o CCC - *Civilian Conservation Corps*, e da legislação discutida anteriormente, as ações públicas de preservação começam a se expandir e absorvem estes profissionais anteriormente empregados por grupos privados. Assim, toda a experiência adquirida em trabalhos pioneiros, como Williamsburg, foi aplicada em programas federais ampliando o raio de suas ações. Isto acaba popularizando ainda mais o sentido da palavra histórico e sua ligação com o cotidiano do país e das comunidades locais.

Entre 1933 e 1935 a preservação no setor público fez e consolidou mais ganhos que em todos os anos anteriores. Devido à grande depressão, o governo federal foi capaz de comprometer recursos sem precedentes para uma multidão de necessidades, inclusive preservação histórica, recursos que incluíam não só dinheiro, mas o profissionalismo crescente do *National Park Service* e, igualmente importante, os músculos do CCC. (MURTAG, 2006 p.44)

³²A Palavra Restauradores utilizada no trecho é a única tradução plausível da palavra originalmente utilizada pelo autor “*Restorationists*”. Pelo contexto, a palavra designa pessoa envolvida com o processo de restauração, no caso de *Rockefeller* financiando o processo e não necessariamente tem o mesmo significado que tem para nós, ou seja, profissional especializado em algum processo para a recuperação de material histórico.

Mas uma mudança maior ainda estava por vir nestes anos agitados para o Movimento de Preservação Histórica nos Estados Unidos.

Em 1931, a Sociedade de Casas Históricas compostas por “damas da sociedade” (WALLACE, 1989 p.171) começa uma campanha para proteger o centro histórico da cidade de Charleston na Carolina do Sul (Fig. 87). Segundo conta Wallace, a cidade estava sendo tomada por pessoas atraídas pela história e beleza do sul do país. O autor sugere ainda, que um dos motivos para esta popularização seria a intensa veiculação de imagens da região em filmes Hollywoodianos no início do século XX (Fig. 88 e 89). O fato é que além de perder edifícios históricos para o vandalismo cultural, cultivado por colecionadores como Ford, sobre os quais já falamos anteriormente, empresas distribuidoras de petróleo haviam começado o planejamento para a instalação de postos de gasolina na área mais antiga da cidade para alimentar o grande número de veículos que traziam os turistas à cidade de Charleston. (WALLACE, 1989 p. 169; TYLER, 2000. P.38).



Fig. 87 – vista aérea do distrito histórico de Charleston – s/d



Fig. 88 Antigas Fazendas do Sul usadas como cenário – Filme The White Rose, 1924



Fig. 89. Os barcos a vapor popularizaram o Rio Mississippi e sua região – Filme A cabana do Pai Tomas, 1919.

Assim, líderes locais, empresários e a Sociedade Histórica local conseguem incentivar a aprovação de uma lei local que estabelecia o zoneamento urbano para proteção da parte mais antiga da cidade, conhecida como “The Battery”. O trecho passa então a ser denominado Distrito Histórico, termo inédito usado pela primeira vez em Charleston, indicando um zoneamento de uso do solo para a área. Este fato só se torna possível pela liberdade que a legislação americana confere a cada Estado para estabelecer suas próprias leis locais. Juntamente com o zoneamento, a legislação estabelece uma comissão de arquitetura a quem deveriam ser submetidas quaisquer propostas para modificações dos edifícios pertencentes ao distrito. Ou seja, a legislação de zoneamento toca em um ponto fundamental para a sociedade norte americana: a propriedade privada e o direito de dispor do bem com total liberdade.

Apesar de tocar em um ponto polêmico, o zoneamento foi aceito com ampla aprovação pública, pois se comprovou que a restrição dos direitos à propriedade privada seria compensada com a estabilidade e a valorização da área histórica. O fato, sem precedentes na história legal americana, estabelece um modelo para outros Estados com a mesma situação. Assim, Nova Orleans e seu Bairro Francês delimitam um distrito histórico para proteção da área central da cidade, área muito procurada pelos turistas; e, Nova Iorque, através do zoneamento, protege a região da Quinta Avenida contra fábricas conhecidas por empregar mão de obra escrava na região. (WALLACE, 1989 p.172)

A contribuição de Charleston para o movimento de preservação não se resume apenas à inovação legal. O que acontece é uma mudança do foco do movimento de preservação. Depois de Charleston, todas as casas, paisagens e bairros passam a ser passíveis de preservação. Isto redireciona o foco dos preservacionistas dos museus a céu aberto, *Historic Rooms* e *House Museum* para o cotidiano do cidadão comum como definição de patriotismo e nação, o que coloca uma infinidade de outros atores em cena.

Assim, parâmetros mais rigorosos para avaliação das estruturas se fazem necessários, e exigem uma maior participação de profissionais qualificados para ajudar nestas questões, principalmente, porque como nos conta Murtagh, a abertura do foco lançado sobre possibilidades de preservação vai colocar juntos à mesa, para dialogar, segmentos da sociedade americana que não possuíam nenhuma base comum para discussão sobre proteção do patrimônio histórico. (MURTAGH, 2006 p.44)

Todos estes fatos somados à popularização do sentimento em relação à história levam o governo federal a revisar sua legislação de proteção do patrimônio histórico em vigor por quase 30 anos; e, em 1935, o chamado *Historic sites and building Act*³³, é publicado

³³ Texto na íntegra disponível no ANEXO II

atualizando as funções e estabelecendo definitivamente a Secretaria de Interiores como responsável pela preservação dos bens históricos de significância nacional e o *National Park Service* como seu braço executivo.

Fica aqui declarado que é política nacional preservar para uso público sítios, edifício e objetos históricos de significância nacional para a inspiração e benefício das pessoas dos Estados Unidos. (Apud MURTAGH, 2006 p. 172 e 173)

Em seu segundo parágrafo, a Lei estabelece os poderes, obrigações e funções do secretário de Interior, através do *National park Service*. Entre elas:

(a) Assegurar, conferir, e preservar desenhos plantas, fotografias, e outros dados de sítios históricos e arqueológicos, edifício, e objetos;

(b) Inventariar sítios históricos e arqueológicos, edifícios e objetos para os fins de determinar aqueles que possuam valores comemorativos ou de ilustração para história dos Estados Unidos. (Apud MURTAGH, 2006 p. 172 e 173)

Com relação à propriedade privada, assunto sempre tratado com muita cautela pelo governo federal, fica estabelecido que é permitido ao Secretário de Interiores:

(d) A propósito deste ato, adquirir em nome dos Estados Unidos, por doação, compra ou outro, qualquer propriedade, móvel ou imóvel [...](Apud MURTAGH, 2006 p. 172 e 173)

Isso marca uma continuidade no que se havia estabelecido trinta anos antes no *Antiquities Act*, ou seja, a intervenção federal é exclusiva para bens públicos. O governo federal, agora na figura do Secretário de Interior e não mais do Presidente da República, pode aceitar estas propriedades como doação e até mesmo comprá-las para que o bem ameaçado não se perca, caso seja de grande significância nacional. Se compararmos a questão ao modo como a legislação brasileira, publicada dois anos depois do *Historic sites and building act*, se refere à propriedade privada, veremos que este é um dos pontos de grande divergência entre os dois países.

Para nossos vizinhos do norte, a proteção do patrimônio histórico nacional não deve de forma nenhuma passar por cima do direito à propriedade privada dos cidadãos. Ou seja, a decisão de preservar, ou não, um bem privado de significância nacional depende de seu proprietário. Já em nosso Decreto-Lei nº 25 de 1937, o que encontramos é exatamente o oposto. Em seu artigo 6º sobre tombamento de bens históricos, podemos verificar que quando se trata de patrimônio, a propriedade privada pode ser solenemente ignorada: “O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará **voluntariamente** ou **compulsoriamente**. “(Decreto-Lei nº 25 - grifo nosso). Ou seja, para nós a preservação do patrimônio segue o sentido contrário ao caminho desenvolvido

por americanos, pois começa a partir de iniciativa do governo federal (através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN) e não da comunidade; e, em alguns casos, impondo-se contra a vontade de seus proprietários.

Um exemplo de como propriedade pública e privada convivem no movimento de preservação americano pode ser observado na área protegida como distrito histórico, na cidade da Filadélfia (fig. 90 e 91). O Carpenter's Hall (fig. 92) foi um dos pontos-chaves durante o movimento de independência americano, como já citado no capítulo II deste trabalho. O Edifício continua a pertencer à mesma sociedade que o construiu, mas hoje compõe a área de proteção federal que forma o Parque Histórico Nacional da Independência, sendo um de seus edifícios-chaves, ainda que seja propriedade particular.



Fig. 90. Placa marcando o Parque Histórico Nacional da Independência.



Fig. 91. Presença do *National Park Service* dentro do parque da Independência



Fig. 92. Carpenters Hall. Propriedade privada em meio a Parque Público Nacional

Após a Publicação da lei, o governo federal recebe nesta época um grande número de propriedades sob sua tutela e instaura uma divisão de consultoria para aconselhamento técnico do *National Park Service* no que se refere à preservação do bem histórico.

Outro ponto interessante da Legislação de 1935 é o fato de incluir, nas obrigações do Secretário de Interior, algo além do que se espera quando se fala de patrimônio; ou seja, não só “restaurar, reconstruir, reabilitar, preservar e manter sítios históricos e pré-históricos, edifícios, objetos e propriedades de interesse nacional” (Apud MURTAGH, 2006 p. 172 e 173) , bem como:

(j) Desenvolver um programa educacional e serviço com o propósito de tornar disponível ao público fatos e informações pertencentes à História Americana e sítios arqueológicos, edifícios, e propriedades de significância nacional. (Apud MURTAGH, 2006 p. 172 e 173)

Assim, o governo federal se apropria da história do país, que estava sendo contada por indivíduos e instituições privadas até então e começa a planejar “um programa educacional massivo ligando uma cadeia de sítios históricos para ilustrar grandes temas da História nos E.U.A” (WALLACE, 1989 p.171).

De 1935 até a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos experimentaram uma grande onda de esforços de preservação. O *National Park Service* assumiu um papel de liderança e referência para a preservação no país, principalmente por contar com profissionais experimentados em preservação. A legislação aumentou, e muito, as expectativas das pessoas trabalhando com preservação. Mas claro que algumas fraquezas foram percebidas. Uma delas era a dificuldade de se conseguir fundos federais para a aquisição de propriedades ameaçadas. Ainda assim, as conquistas realizadas em um período de dez anos são significativas:

Em 1926, não havia historiadores, arquitetos ou arqueólogos no *National Park Service*. Propriedades Históricas consistiam em algumas ruínas, alguns campos de batalha da Guerra Civil. Nem Williamsburg de Rockefeller, ou Greenfield de Ford estavam abertas ao público. *The Historic site Act* estava uma década a vista. Entretanto, em 1936, o cenário era totalmente diferente. O Historic Act havia sido aprovado no ano anterior. Um time de jovens profissionais historiadores, arquitetos e arqueólogos ansiosos estavam trabalhando para o Governo Federal e no projeto massivo de Rockefeller em Williamsburg custeado com fundos privados. Ambos os grupos de profissionais – No *National Park Service* e em Williamsburg – se tornaram as únicas fontes disponíveis para alimentar multidões de preservacionistas locais procurando ajuda para seus projetos. (MURTAGH, 2006. p. 46)

Um dos pontos que torna o movimento de preservação americano tão peculiar é o fato de que, a teoria e a legislação de preservação do país são construídas baseadas na experiência prática de seus profissionais. O conhecimento acadêmico vai sendo construído empiricamente através dos acertos e erros experimentados por pessoas que se dedicavam à questão. O início do movimento foi marcado pelo amadorismo e paixão patriótica, mas isto aos poucos e graças aos esforços massivos como Williamsburg, o HABS, o CCC, vai sendo

substituído pela experiência prática que vai moldando a teoria às necessidades do movimento de preservação americano.

3.1 – O amadurecimento do Movimento de Preservação nos Estados Unidos

Segundo nos conta Hosmer (1981 p.717), “os anos de expansão do movimento federal de preservação que seguiu a aprovação do *Historic sites Act* termina abruptamente com o ataque japonês a Pearl Harbour.” Os assuntos ligados à preservação foram paralisados em favor de reunir força física e econômica nas questões relacionadas à guerra. Hosmer ilustra ainda o cenário através de uma carta do então Presidente Franklin Roosevelt, o mesmo que, nos anos 1930, havia reforçado as fileiras de trabalho braçal para a preservação do patrimônio através de pacote de medidas do New Deal.

Após a denominação da Igreja Gloria Dei, construída por imigrantes Suecos, em 1698, na Filadélfia, como Sítio Histórico Nacional em 1942, o Presidente escreve ao então secretário de Interior Harold Ickes:

Ainda que eu preze a preservação para o uso público de sítios, edifícios e objetos históricos de significância Nacional, e ainda que a designação de um sítio histórico nacional não necessite despesas federais, me parece inapropriado, quando a Nação está em guerra, usar o tempo de empregados do Governo conduzindo investigações para designação de tais sítios. Eu acredito que tais empregados poderiam ser aproveitados em deveres relacionados ao esforço de Guerra. (ROOSEVELT, F. Apud HOSMER 1981 p. 718)

A carta exemplifica bem a situação dos programas Federais relacionados à preservação nos anos de Guerra. O *National Park Service* perdeu funcionários, perdeu verbas e investimentos, inclusive para projetos em andamento. O que transformou a instituição em uma estrutura vazia de guarda dos bens já existentes. Pouquíssimo foi adicionado ao acervo existente, porém este acervo (e alguns sítios históricos privados, como Williamsburg e Greenfield) foram novamente utilizados exaustivamente como fonte da mais pura injeção de patriotismo. O patrimônio histórico, principalmente por sua ligação com os *Founding Fathers*, se transforma novamente naquele “Crisol Mítico” definido por Monteiro Lobato para a re-americanização da alma dos cidadãos. Como escreve o historiador Charles Porter, a serviço do *National Park Service* em relatório sobre as atividades do órgão em tempos de Guerra.

O cidadão inserido em um mundo turbulento se volta no momento de perigo nacional para os parques nacionais e templos [patrióticos] para uma renovação de sua fé nas tradições e no destino de seu país, para encorajamento e inspiração patriótica (PORTER, C. Apud HOSMER, 1981 p.721)

Mas, mesmo com serviços patrióticos prestados nos tempos de pós-guerra a recuperação foi difícil. O órgão demorou muito a recompor seu quadro e a força braçal disponível através do CCC não voltou a ser reposta depois da guerra. O governo Federal começou a olhar para uma direção oposta à preservação e mais uma vez o patrimônio histórico do país é atingido.

O que se experimentou, depois de 1945, foi um grande investimento no desenvolvimento. Construir estradas para ligar o país, facilitar o transporte e aprofundar a renovação urbana era agora a prioridade do governo federal. As cidades históricas têm seus “cortiços e áreas descuidadas, limpas e substituídas por comandos corporativos e centros de controle que a nova economia multinacional requeria.” (WALLACE, 1989 p.173) A classe média deixa os grandes centros urbanos e se muda para os novos subúrbios e preferindo fazer o percurso de ida e volta para o trabalho graças à invasão de carros e de novas rodovias que destruíam o tecido histórico existente em seu caminho (fig.93). Até 1966, metade dos 12.000 edifícios registrados pelo HABS foram destruídos (WALLACE, 1989 p.173). Esta prova de fogo para os preservacionistas vai amadurecer a classe e gerar um novo espírito no Movimento de Preservação Norte Americano.

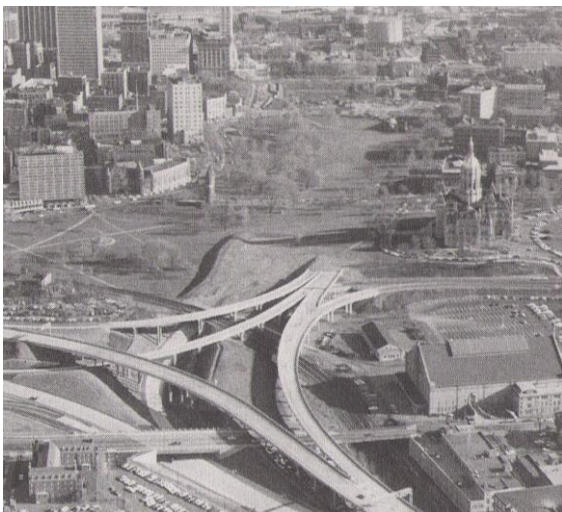


Fig. 93. Cena da construção de rodovia na cidade de Hartford, Connecticut s/d



Fig. 94. Vista aérea do novo conceito de urbanização para os subúrbios americanos – Peter Blake s/d.

Americanos são um povo incansável e esbanjador em comparação com o resto do mundo. Fazemos uma sujeira em um lugar e nos mudamos para destruir outro lugar. Quando estávamos em menor número, era fácil ignorar este mau hábito. Mas hoje atingimos um ponto em que [...] o que foi um dia uma bela nação está correndo o risco de se transformar em uma América feia. (WHITEHILL In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 p.138)

Esta afirmação poderia ser ainda finalizada pelo Paisagista Inglês Christopher Tunnard prevendo o tratamento que a própria história lhes reservaria quando olhasse para trás: “e

nós vamos, provavelmente, ser julgados não pelos monumentos que construímos, mas por aqueles que destruímos.” (WHITEHILL In: NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983. p. 135).

O momento crítico faz com que o movimento de preservação reunisse todo o contingente disponível e, em 1947, surge o Conselho Nacional para Sítios e Edifícios Históricos que envolvia a todos os que se comprometiam com o patrimônio naquele momento, “líderes de sociedades genealógicas, historiadores amadores e profissionais, arquitetos, arqueólogos, engenheiros civis, urbanistas, mas, [o conselho] era dominado por funcionários do *National Park Service* e de Williamsburg” (WALLACE, 1989 p.174). A grande conquista deste conselho é o esboço do que viria a ser a grande conquista do movimento de preservação nos anos do pós-guerra, o fundo nacional para preservação histórica, ou *National Trust for Historic Preservation*.

O fundo foi formado baseado no modelo Inglês e aprovado pelo congresso em 1949. Segundo a definição de Murtagh (2006 p.25) o *National Trust* é uma instituição privada de âmbito nacional, sem fins lucrativos, que une experiência e liderança em preservação histórica. Criada para “facilitar a participação pública na preservação de sítios, edifícios e objetos de significância ou interesse nacional” (Carta de regulamentação do *National Trust for Historic Preservation* Apud Murtagh, 2006 p.173) ou como um grande guarda-chuva que pudesse abrigar sob sua sombra todas as outras pequenas instituições e sociedades lidando com o patrimônio histórico.

Sua principal função era facilitar a comunicação entre público e privado através da agilização do trâmite de doações de propriedades e verbas, a preservação de bens e sua administração para o “Benefício Público”. Apesar de ter uma atuação discreta em seus anos iniciais, a Instituição se firmou como a voz “organizacional” (WALLACE,1989 p. 174) da preservação histórica no país.

Uma das coisas que o *National Trust* não conseguiu fazer foi frear o ímpeto destruidor da nova onda de urbanização. As imagens desta urbanização desenfreada e este desejo de unir o país através de estradas continuam transformando paisagens como vimos nas figuras anteriores (fig. 93 e 94).

Em 1964, o arquiteto Peter Blake, lança seu *God’s own Junkyard* com imagens da América do Pós-Guerra e causa um grande impacto nos americanos. Pode-se ver o rumo que a nação estava tomando em termos de planejamento urbano e é um cenário assustador. Outros críticos como Jane Jacobs, protestavam contra os novos valores urbanos e a perda do tecido histórico. Suas críticas falavam justamente deste novo modelo e como esta nova

vida urbana sintética negava as relações sociais presentes nas cidades tradicionais, e como isto interferia na criação de raízes e identidade social e nacional.

A rua é um ambiente ruim para humanos; casas deveriam ser afastadas delas e se voltar para o interior [...] a unidade básica do projeto das cidades não são as ruas, mas os blocos, mais particularmente, os super-blocos. O Comércio deveria ser segregado das residências e jardins [...] para reforçar e dramatizar a necessidade desta nova ordem, os descentralizadores massacraram as perversas cidades antigas. (JACOBS, 1992 p.20)

A questão de crise de identidade social foi sempre um ponto de preocupação e de marketing dos preservacionistas. A alegação de que viria o dia em que a “America se encontraria sem raiz e sem senso de identidade, sem nada a perder” (WALLACE, 1989 p.174) passou a ser a o desafio do *National Trust* contra a destruição do passado nas grandes cidades americanas.

A prova de que os críticos do urbanismo Pós-guerra estavam certos eram os números produzidos por Parques Históricos e museus a céu aberto.

Em 1964, 94.5 milhões de pessoas dirigiram seus 34 milhões de automóveis por 130 bilhões de milhas em suas férias e gastaram mais de 20 bilhões de dólares em seu caminho. Muitos destes milhões de motores se dirigiram a sítios históricos. As visitas a Colonial Williamsburg subiram de 166.000, em 1947, para aproximadamente 710.000, em 1967, e o aumento não foi algo fora do comum. A antiga Sturbridge passou de menos de 12.000 para mais de 520.000 no mesmo período, e Greenfield Village bateu a marca de 1.000.000 em 1960. Entre 1960 e 1962 a presença em todos os sítios históricos em Massachussets subiu 50 %. (WALLACE 1989 p.176)

Wallace também cita em seu texto como os distritos históricos estavam fazendo dinheiro com o turismo gerado pela história. A Câmara do Comércio de Nova Orleans faz um estudo e comprova que o bairro Francês atraía tantos visitantes que o turismo ficava em segundo lugar como gerador de renda para a cidade, perdendo apenas para as atividades portuárias.

Estes dados começam a provar que a preservação da história, além de re-conectar o cidadão com suas raízes e identidade cívica, educar os recém chegados em livros tridimensionais sobre o que são os Estados Unidos da América, também poderia se transformar em uma atividade imensamente lucrativa. O que nos leva a uma pergunta: por que um grande investidor, disposto a criar um parque de diversões, usa como tema para sua terra de fantasias reproduções do passado do país?

Walt Disney estava na indústria do entretenimento desde a década de 1930, e era acima de tudo um empresário. Quando no início da década de 1950 se lança na empreitada de construir seu grande parque temático, sua aposta na história como cenário de diversão é a certeza de que isto vai atrair o público. Este seria um lugar para diversão, mas que também

teria esta ligação emocional com o passado tão prezado pelos cidadãos americanos. Um lugar, ainda que uma reprodução cênica da história, onde o símbolo estivesse presente e que a interação com tais símbolos não fosse pensada como instrumento de educação e sim de diversão, era uma combinação com garantia de sucesso. A ideia era que o mito da nação continuasse a ser alimentado, mas agora somado a interação total das pessoas e com um objetivo único: divertir seu público, que é um dos pontos que separa os Parques Históricos dos Parques de diversão temáticos.

O parque, aberto ao público em 1955, era dividido em áreas temáticas e três das cinco existentes quando da sua abertura possuíam conexão com a história do país, seja pela reprodução de uma típica cidade vitoriana na costa leste do país no século XIX, ou pela conquista das fronteiras durante a expansão do país na costa leste ou ainda pela reprodução da vida colonial. Segundo as palavras do próprio Walt Disney,

Todos nós temos uma causa para estar orgulhosos da história no nosso país, formado pelo espírito pioneiro de nossos antepassados... nossas aventuras são projetadas para dar a você a sensação de estar vivendo, ainda que por um breve momento, durante os dias pioneiros de nosso país. (<http://www.justdisney.com/disneyland/history.html> - acessado em 23.02.2012)

O assunto é extremamente polêmico, especialmente em uma época que o movimento de preservação histórica começa a se profissionalizar no país. Mas a opção de Walt Disney pela presença da história em seus parques de diversão é uma confirmação de que de fato o patrimônio histórico é a materialização da Nação Norte Americana. Ainda que a lembrança deste símbolo se dê através de um cenário teatral, sem valor documental ou de autenticidade. É um outro tipo de livro de história, não as que Appleton pretendia contar com seus projetos de restauração, um romance histórico ou um filme de ficção ambientado no passado. E estes livros, alimentam o mito e reforçam a história, como já discutimos. O símbolo que ele representa tem uma força enorme.

Enquanto isto, preservacionistas pelo país vão chegando a uma possível solução para promover a preservação do tecido histórico nos grandes centros urbanos. Ada Louise Huxtable³⁴, crítica de arquitetura que, como Jane Jacobs se colocava contra a urbanização padronizada difundida durante o Pós-Guerra no país, define preservação como:

O trabalho de encontrar meios de manter aqueles edifícios originais que proporcionem o caráter da cidade e a continuidade e sua incorporação ao modo de vida dominante, sem colocá-los em um isolamento estéril. (HUXTABLE, Ada L. Apud Wallace, 1989 p.177)

³⁴ Atualmente é a crítica de arquitetura para o *Wall Street Journal*

Assim, surge o que se passou a chamar de “*adaptive reuse*” ou reabilitação. A prática acendeu a esperança de que seria, enfim, possível o entendimento entre o mercado imobiliário e os preservacionistas. A ideia era a de que os edifícios históricos não ficassem no isolamento estéril citado por Ada Louise, mas que pudessem ser reutilizados mantendo suas características históricas associadas a novos usos. A medida, que parecia salvadora, acabou trazendo muitos problemas para o patrimônio, já que na maior parte dos casos, não só o uso original do edifício vai ser substituído, mas a forma de usá-lo também vai ser drasticamente modificada; pois, muitas vezes, tudo o que restaria de original no prédio seria apenas a fachada.

Enquanto isso, em 1964, países Europeus e de outras partes do mundo se reúnem em Veneza para discutir a situação do Patrimônio Histórico e estabelecer conceitos e diretrizes internacionais para sua conservação e manutenção. Como resultado deste encontro, é publicada a Carta de Veneza, que se torna uma grande referência internacional para preservacionistas do mundo inteiro.

Neste mesmo ano, se tornou claro que uma nova legislação se fazia necessária e que o governo federal deveria controlar os “impactos negativos de suas próprias ações contra o patrimônio histórico do país.” (ARAOZ s/d) Assim, em 1965, uma delegação composta por funcionários do governo e políticos envolvidos em preservação, visita as cidades europeias importantes para entender como conservação e desenvolvimento podiam caminhar juntas .

Esta comissão apresenta um relatório sobre suas observações, na conferência preparada pelo o *National Trust for Historic Preservation* e o governo federal, que convocam especialistas da área para três dias em Williamsburg a fim de discutir os caminhos da preservação nos Estados Unidos e entender o que se estava fazendo em países com tradição em preservação na Europa. Da conferência, sai um comitê com representantes de profissionais dos setores público e privado, que produziram não só um retrato dos caminhos da preservação no país e na Europa, mas o produto mais importante dos trabalhos foram as constatações e diretrizes publicadas em 1966 no livro “*With Heritage so Rich*”. (NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983)

O livro, além de reunir artigos dos especialistas americanos fazendo um balanço do movimento de preservação no país e na Europa, conta com fotografias que são um registro da história moderna da preservação e talvez o mais importante, uma seção chamada de “constatações e recomendações”, produzida em conjunto pelo comitê, que descrevem a peculiaridade da preservação no país e traça uma série de recomendações para que a preservação do patrimônio histórico pudesse evoluir de forma profissional e que continuasse acessível para todos.

Parece-nos imprescindível reproduzir partes do autorretrato que estas pessoas faziam do país e do movimento de preservação.

Das constatações:

O comitê examinou praticas europeias contemporâneas em preservação histórica e reconstrução. Obteve de fontes oficiais na Inglaterra, França, Holanda, Alemanha, Escandinávia, Polônia, Tchecoslováquia, Áustria e Itália informações legais e administrativas usadas para avaliar a experiência europeia [...]

[...] É claro para o comitê que nossas necessidades e a evidência da experiência na Europa, onde preservação histórica é uma responsabilidade do Governo Federal, sugerem uma expansão e desenvolvimento nos próprios programas, colocando grande ênfase no apoio do governo aos esforços privados em preservação histórica. (P.189)

[...] Nossa nação se iniciou com migrações, cresceu com migrações e permanece uma nação de pessoas em movimento. Poucos de nós temos laços com a terra e com edifícios e lugares. O resultado natural, em muitos casos, tem sido a negligência de pontos de partida e uma indiferença à nossa trilha cultural de edifícios e lugares. Isto é o que estamos tentando corrigir. [...] (p.190)

Os Estados Unidos são um povo em movimento. Esta é uma era de mobilidade e mudança. A cada ano vinte por cento da população se muda dos seus lugares de residência. O resultado é o sentimento de falta de raízes combinado com um desejo por aqueles monumentos do passado que nos dá a sensação de estabilidade e pertencimento.

Se o movimento de preservação quer ser bem sucedido, deve ir além de salvar tijolos e argamassa. Deve ir além de salvar casas históricas ocasionais e museus a céu aberto. Dever ser mais do que um culto de antiquários. Deve fazer mais do que reverenciar alguns templos nacionais. Deve tentar dar um senso de orientação a nossa sociedade, usando estruturas e objetos do passado para estabelecer valores de tempo e lugar. Isto significa a reorientação de perspectiva e esforço em diversos modos. (p.193)

(Special committee on Historic Preservation, Findings and recommendation In. NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983)

As recomendações propostas se transformaram em um guia prático apresentado ao congresso naquele ano. Entre elas estão recomendações gerais:

- 1- Estabelecimento de uma política nacional abrangente para guiar atividades e programas de todas as agências federais
- 2- Criação de um conselho consultivo para preservação Histórica para promover liderança e guia no direcionamento de todas as ações inter-agências e para promover a ligação entre governos Estaduais e locais, grupos públicos e privados e público em geral
- 3- Um Registro Nacional expandido para inventariar e catalogar comunidades áreas, estruturas, sítios e objetos [...]
- 4- Autoridade adicional e fundos suficientes para aquisição de edifícios ameaçados de importância histórica nacional [...]
- 5- Previsão para empréstimos federais e verbas e outras ajudas financeiras para facilitar e expandir os programas estaduais e locais;

- 6- Ajuda Financeira do Governo através do *National Trust for Historic Preservation* para assistir interesses privados em atividades no campo de preservação, com objetivos educativos e para assistência direta aos proprietários de propriedades privadas

(Special committee on Historic Preservation, Findings and recommendation In. NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983 – p. 194)

O relatório apresenta ainda recomendações específicas para os Governos Federais, Estaduais e Locais. Entre as recomendações feitas especificamente para o Governo Federal está a que sugere a instituição de bolsas de estudo e programas de treinamento para arquitetos e técnicos no campo de preservação histórica. Isto somado a outros pontos vai finalmente permitir a profissionalização acadêmica no campo de preservação histórica.

O fruto direto deste grande esforço é aprovação da *National Historic Preservation Act*, em 1966, moldado nas recomendações presentes no relatório publicado.

3.2 O National Historic Preservation Act de 1966³⁵

O *National Historic Act* de 1966 é a legislação ainda vigente para preservação histórica nos Estados Unidos. Segundo relata o professor em preservação histórica da Universidade de Michigan, Norman Tyler, a legislação ampliou a perspectiva sobre as ações do governo sobre o patrimônio. “Preservação histórica se tornou parte integral da sociedade, expandindo interesses e envolvimento em níveis nunca previamente imaginados.” (TYLER, 2000 p.45)

A lei além de estabelecer o papel do governo Federal e suas obrigações em relação à preservação do patrimônio, também estabelece a participação dos governos estaduais e locais. Mas o texto começa definindo a importância do patrimônio para o país:

SEC. 1

O congresso acredita e declara que:

(1) O espírito e direção da Nação estão fundados e refletidos em seu patrimônio histórico;

(2) As fundações Históricas e Culturais da Nação deveriam ser preservadas como parte viva da nossa vida em comunidade e desenvolvimento a fim de dar um sentido de orientação ao povo Americano; [...]

³⁵Texto parcial do *National Historic Preservation act* se encontra no ANEXO III

SEC. 2

Deverá ser política do governo federal, em cooperação com outras nações e em parceria com os Estados, governos locais, tribos indígenas e organizações privadas:

(1) Usar medidas, incluindo ajuda financeira e assistência técnica, para promover condições sobre as quais **nossa sociedade moderna e nossas fontes pré-históricas e históricas possam existir em harmonia produtiva** e cumprir os requerimentos sociais, econômicos e outros das gerações presentes e futuras. (National Historic Preservation act In. NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983. p. 200 - grifo nosso)

Na primeira seção da Lei, vemos a confirmação do espírito que moveu as pessoas dedicadas à preservação do primeiro projeto aqui relatado até a publicação do *National Historic Act*. Esta certeza de que o espírito da Nação se materializa através de seu patrimônio histórico foi o que moveu as primeiras sociedades históricas conservando documentos e sinalizando, através de placas, os lugares históricos importantes para contar e referenciar o mito de nascimento desta nação tão peculiar, quanto o próprio patrimônio construído por seus fundadores.

Porém, como nação em desenvolvimento e em movimento, a história deveria ser valorizada e cuidada, para dar este senso de pertencimento, mas deveria também ser capaz de co-existir com esta sociedade “em harmonia produtiva” como citado na segunda seção da lei. Talvez, nenhum outro país possa usar a palavra “harmonia” associada à palavra “produção” de forma mais apropriada. A combinação semântica prova que esta foi uma lei pensada para atender as características particulares do país, principalmente no que diz respeito a sua relação com o patrimônio histórico. O texto foi escrito, como já mencionado anteriormente, não para ir ao encontro de parâmetros internacionais, mas foi escrito fundamentado na larga experiência prática com a preservação do patrimônio construído no país e transformando esta experiência em teoria. A lei é, sem dúvida, uma síntese do que o país havia experimentado no âmbito público e privado e que se sabia ser apropriado, ou não, para seu modo de vida também peculiar.

Outra grande conquista descrita na segunda parte da legislação, chamada de Título I, é a expansão e manutenção da lista de Registro Nacional de Lugares e Monumentos históricos – *National Register of Historic Places*. A Lista de monumentos Históricos já existia desde 1960 (MACKINTOSH, 1985 p.44) e havia sido criada como uma forma de incentivo do governo federal à manutenção de propriedades históricas privadas consideradas importantes para o país. Propriedades públicas e privadas eram designadas Monumento Histórico e registradas em uma lista de acesso público.

A publicação de uma lista ajudaria a preservação³⁶. Ajudaria o *National Trust*, as autoridades dos parques estaduais, organizações patrióticas e históricas a focar sua atenção em propriedades importantes. Encorajaria proprietários privados a tomar um maior cuidado com suas propriedades caso eles estivessem na lista. Desencorajaria intervenções impensadas em suas propriedades e outras ameaças indiscriminadas à preservação... (LEE, Robert F. In. MACKINTOSH, 1985 p.37)

Com o *National Historic Act* o que se desejava era que a lista incluísse não só monumentos como casas, túmulos e monumentos comemorativos, mas distritos, sítios, edifícios, estruturas e objetos de importância para a história americana em arquitetura, arqueologia, engenharia e cultura. Além disso, a lei também passou a garantir fundos do governo federal para as propriedades que estivessem dentro dos critérios estabelecidos, pela secretaria de interiores, para propriedades públicas e privadas. Falaremos sobre estes critérios mais adiante.

TITULO I

SEC. 101

(a)(1)(A) A secretaria do interior está autorizada a expandir e manter um Registro Nacional de Lugares Históricos composto por distritos, Sítios, Edifícios, estruturas, e objetos de significância para a História Americana, arquitetura, arqueologia, engenharia, e cultura.

(B) Propriedades atendendo aos critérios para Monumentos Históricos Nacionais estabelecidos [...] deverão ser designados Monumentos Históricos Nacionais e incluídos no Registro Nacional. [...]

(2) A Secretaria em consulta com associações históricas e arqueológicas, deverá estabelecer ou revisar os critérios para propriedades a ser incluídas no Registro Nacional. [...]

(5) Qualquer pessoa ou governo local pode apelar à Secretaria para a nomeação de qualquer propriedade histórica para inclusão no Registro Nacional e poderão apelar à Secretaria para o cancelamento ou recusa da nomeação de propriedade feita por autoridade de acordo com esta subseção. [...] (National Historic Preservation act In. NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983. p. 201 e 202.)

Segundo o Professor Norman Tyler, o que o Registro faz é,

. Identifica edifícios, estruturas, distritos, sítios e objetos de significância histórica de acordo com os critérios de avaliação do Registro Nacional;

³⁶Segundo nos conta ainda Mackintosh (1985 p.37), esta iniciativa constituía no reconhecimento do governo federal da importância daquele bem, que ao ser registrado como local de importância histórica nacional era contemplado com uma placa de bronze para marcar o lugar, prática comum nas sociedades históricas locais e nada mais. Não existiam incentivos fiscais ou nenhuma vantagem, apenas o reconhecimento da importância da propriedade, seu registro físico e inventário feito através do programa HABS e a possibilidade de consultas para solução de problemas referentes a conservação da propriedade. As propriedades listadas também recebiam visitas anuais de agentes federais para checar seu estado de conservação, porém tudo isto só acontecia se o proprietário aceitasse a nomeação da propriedade e seu registro.

- . Encoraja a Preservação de propriedades histórica através da documentação de sua significância e através da disponibilização de apoio a atividades locais de preservação;
- . Permite que agências Federais, Estaduais E Locais considerem propriedades em estágios iniciais de projetos de planejamento urbano;
- . Fornece uma lista de identificação de propriedades históricas que possam ser afetados por projetos de expansão urbana para a revisão do conselho consultivo em preservação histórica;
- . Fornece revisão de projetos financiados, licenciados, ou patrocinados pelo governo federal que possam afetar propriedades históricas;
- . Faz com que proprietários privados de propriedades históricas se tornem qualificados para receber verbas federais de auxílio às atividades de preservação.
- . Encoraja a reabilitação de propriedades histórica para que atendam os critérios de preservação para gerar receita através de incentivos fiscais; Desencoraja a demolição de propriedades históricas geradoras de receita através de desincentivos fiscais; (TYLER, 2000 p.47)

O que a inscrição de uma propriedade no Registro Nacional **não faz**:

- . Restringir os direitos dos proprietários privados no que diz respeito ao uso, desenvolvimento, ou venda de propriedade histórica privada.
- . Conduzir automaticamente a designação de distrito histórico local ou designação de monumento;
- . Paralisar projetos Federais, Estaduais. Locais ou privados;
- . Revisar projetos financiados pelo Governo do Estado ou Local e projetos com financiamento privado que possam afetar propriedades históricas (apesar de que alguns estados amarraram tais designações também à revisões ambientais);
- . Garantir que fundos vão estar disponíveis para todas as propriedades de significância histórica. (TYLER, 2000 p.47)

Hoje, o Registro conta com 85.014 propriedades listadas individualmente e 13.594 distritos históricos espalhados por todo o país (<http://www.nationalregisterofhistoricplaces.com/>). A legislação Federal, como visto acima, não restringe o modo como os proprietários privados lidam com seu patrimônio. O que fica restrito é a forma como o Governo Federal usa o dinheiro público em projetos que possam afetar o patrimônio.

Uma das críticas feitas por preservacionistas hoje é que de fato deveria haver uma forma legal de impedir que proprietários privados descaracterizassem os bens considerados historicamente necessários à definição do patrimônio, “muitos argumentam que a possibilidade de investidores imobiliários em destruir monumentos históricos nacionais com impunidade, se estes assim desejarem, não é mais justificável” (TYLER, 2000 p.48). Em alguns casos, legislações locais podem ser restritivas e impedir modificações nas casas

registradas (MURTAGH, 2006 p.53). Mas a nota distintiva da preservação norte americana é evitar conflitos envolvendo propriedades privadas através da educação em favor do patrimônio.

Assim, governos locais e sociedades privadas começam a investir em manuais para informação do proprietário sobre o valor de sua propriedade e de como a preservação poderia valorizar ainda mais o imóvel. Tradição que se mantém até hoje através da grande quantidade de guias do tipo “faça você mesmo” sobre restauração de casas, ou preservação de comunidades e distritos históricos (fig. 92, 93,94 e 95). Tudo isso se inicia com os critérios publicados pela própria Secretaria de Interiores para a restauração e reabilitação dos edifícios históricos.

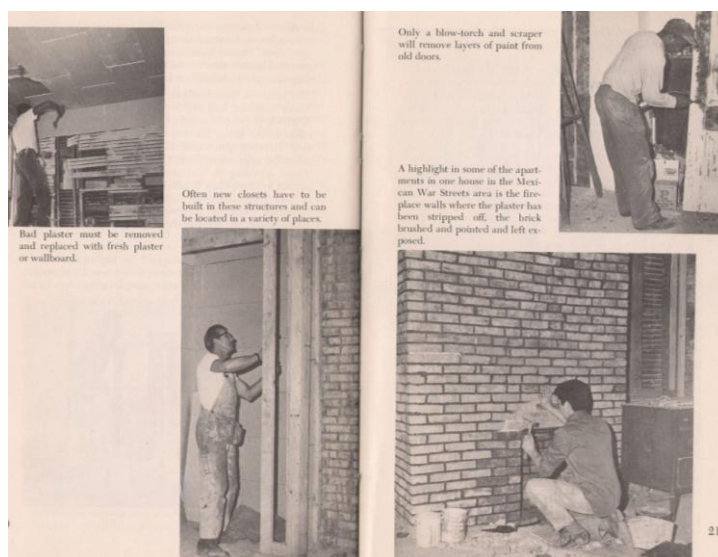
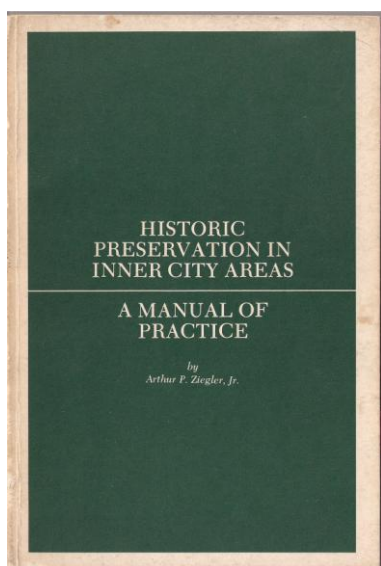


Fig.95 e 96. Guia de renovação urbana – 1971. Este guia não só apresenta sugestões de restauração, mas indica também como envolver a comunidade no assunto.

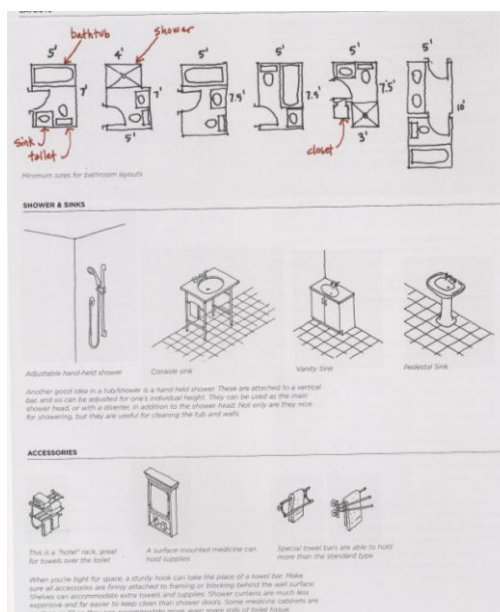
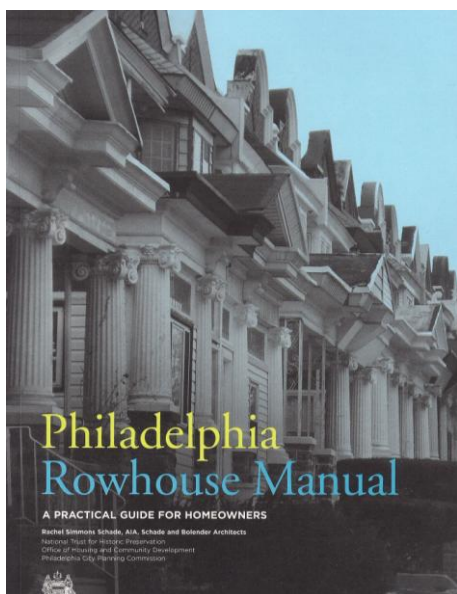


Fig. 97 e 98. Guia produzido pela prefeitura da Filadélfia em 2008 para preservação de casas geminadas urbanas. O guia contém a legislação aplicável para estas casas e dicas de projetos.

Um outro ponto reforçado pelo *National Act* foi o aumento da superfície de contato entre o governo federal e preservacionistas independentes, bem como governos estaduais e locais promovidos pelo Conselho Consultivo em Preservação Histórica - *Advisory Council on Historic Preservation* - ACHP .

A Legislação de 1935, já previa um conselho consultivo composto de funcionários do *National Park Service* e que servia apenas como consultor das ações desenvolvidas pelo órgão. O novo conselho se estabelece de forma ampla, para aconselhar o Presidente do país e o congresso em questões de preservação, bem como recomendar ações para coordenar atividades dos governos federais, estaduais e locais, além de trabalhar diretamente com sociedades privadas e cidadãos.

Todas estas atividades ficam descritas na seção 106 da Lei. Esta seção indica que nenhum programa financiado por verbas federais poderia ter impacto seja materialmente ou ambientalmente, em sítios, edifícios, objetos ou estruturas históricas listadas no registro nacional, sem que o já citado conselho possa ter a oportunidade de se pronunciar sobre o assunto, podendo este propor mudanças nos rumos do projeto ou até mesmo propor o cancelamento da verba cedida em caso de perda do o patrimônio listado. Segundo nos conta Murtagh,

Antes desta lei, preservacionistas não possuíam base legal pela qual suas vozes pudessem ser ouvidas quando dinheiro público ou licenças estivessem sendo invocados para fazer modificações no ambiente construído. No que concerne a lei federal, preservação era legalmente uma atividade de retaguarda para apagar incêndios em todas as comunidades Americanas. O *National Preservatio Act* de 1966 foi feito para mudar isto. (MURTAGH, 2006 p.53)

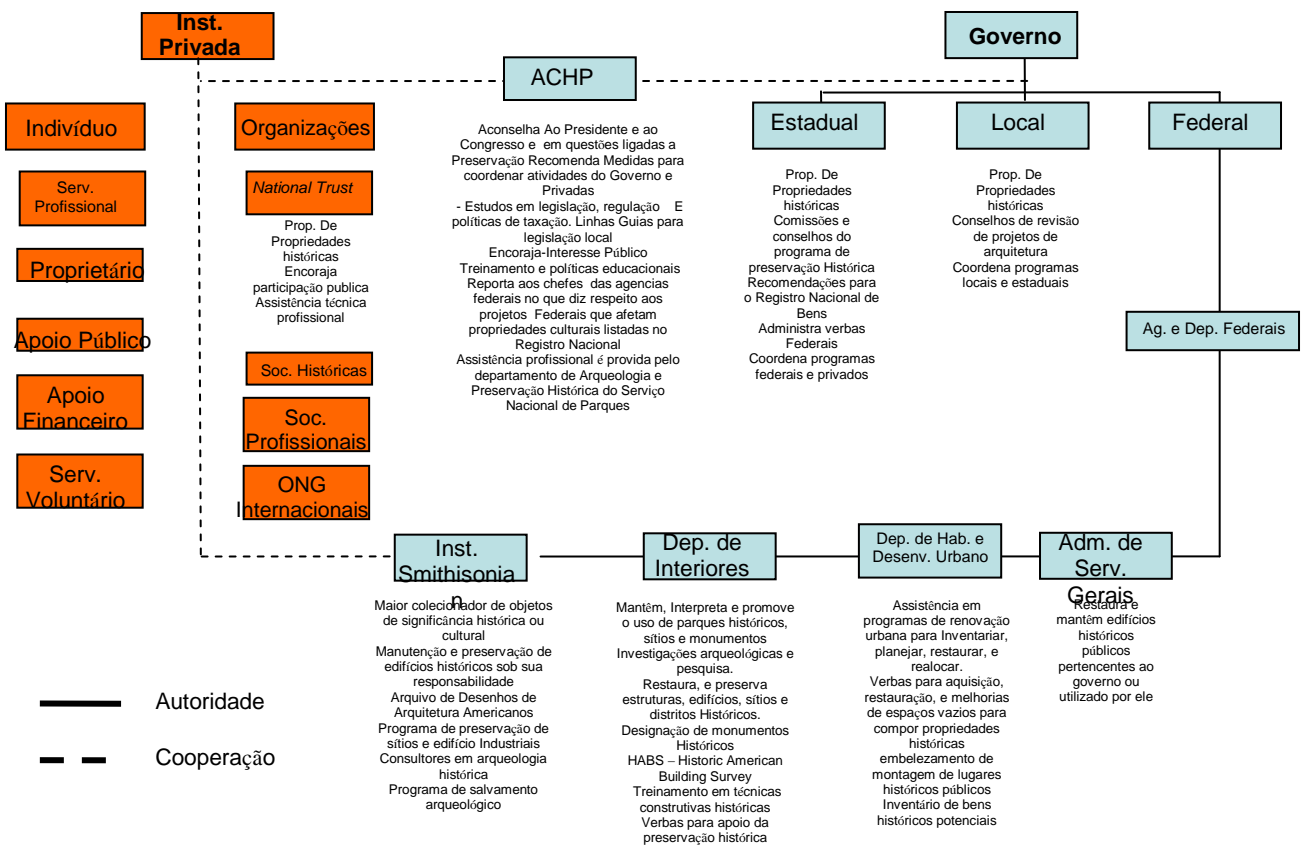
Ele exemplifica com a seguinte situação: o uso de fundos federais através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação para a demolição de edifícios em projetos de renovação urbana. O conselho consultivo deve se pronunciar sobre o projeto e se posicionar a favor da aprovação da verba, ou não. Caso tais edifícios sejam identificados pela Secretaria do Interior como propriedade histórica ou cultural de significância nacional, estadual ou local válidas para inscrição no Registro Nacional, isto seria levado em consideração antes que dinheiro público fosse liberado para modificar o ambiente construído.

Além disto, outro ponto que marca o desejo em trocar experiências com outros países é a confirmação por Lei, do acesso dos Estados Unidos como membro do Centro Internacional de Estudo, Preservação e Restauração de Propriedade Cultural – ICCROM³⁷, instituído em 1956 pela UNESCO em sua conferência Geral em Nova Deli.

SEC. 206

(a) A participação dos Estados Unidos como um membro do Centro Internacional de Estudo, preservação e restauração de Propriedade Cultural – [International Center for the Study of The Preservation and Restoration of Cultural Property - ICCROM] fica aqui autorizado. (National Historic Preservation act In. NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed, 1983. p. 215)

³⁷ http://www.iccrom.org/eng/00about_en/00_03history_en.shtml



Quadro 1. Funcionamento do Programa de Preservação Histórica Nacional, baseado na autoridade do governo e cooperação com agências Privadas

3.3 Os critérios da Secretaria de Interiores e a linguagem da Preservação

Os critérios da Secretaria de Interiores foram citados algumas vezes nas últimas páginas. Isto é a prova de que eles podem ser considerados a tradução da experiência prática de preservação em teoria e também em legislação. Isto afirma o professor Norman Tyler quando diz que, “A filosofia sublinhada no movimento de preservação nos Estados Unidos é definida mais através de suas atividades do que por suas teorias [...] preservação é o que a preservação faz” (TYLER, 2000.p.18). Esta prática tem sido vista no percurso do movimento de preservação e no modo como o método de experimentação dos americanos vai culminar com a tradução desta experiência em teoria e na legislação que acabemos de ver.

Alguns dos Autores mais recentes escrevendo sobre a história da preservação americana (TYLER, 2000; MURTAGH, 2006) começam seus livros dando a definição de termos comuns em preservação para os americanos. Hoje, estas definições estão, em sua maior parte, alinhadas aos conceitos internacionais e estão descritas no guia prático de intervenções publicado pela Secretaria de Interiores após o *National Historic Act*, em 1966 e revisados em 1990. Estes critérios estabelecidos pela secretaria de interior, e conhecidos como *The Secretary of Interior's Standards for the treatment of historic properties* (<http://www.nps.gov/hps/tps/standguide/>), foram inicialmente estabelecidos para avaliar o trabalho em propriedades listadas no Registro Nacional de Lugares Históricos. As abordagens ali estabelecidas também são usadas como base para certificar a elegibilidade de propriedades históricas para os programas de financiamento federal (KITCHEN, 1991). Hoje, estas informações estão em uma publicação *online* disponibilizadas ao público, não como normas, mas como um guia para proprietários particulares ou instituições interessadas no assunto.

As normas não são nem técnicas nem prescritivas, mas pensadas para promover prática de preservação responsável que ajude a proteger os recursos culturais insubstituíveis da nossa nação. Por exemplo, elas não podem, em si, ser usadas para tomar decisões essenciais sobre quais aspectos do edifício histórico devem ser salvos e quais devem ser modificados. Mas uma vez que o tratamento é selecionado, O Guia prevê consistência filosófica ao trabalho.

(http://www.nps.gov/hps/tps/standguide/overview/choose_treat.htm)

Existem algumas peculiaridades nas definições, como por exemplo, o fato de que nós brasileiros falamos sempre de uma teoria de restauro, muito influenciados por Brandi e seu “Teoria da Restauração”, publicado originalmente em 1964. Já os americanos vão falar sempre sobre uma teoria de preservação. Até os profissionais envolvidos no assunto são denominados Preservacionistas, que foi também o termo por nós utilizado durante o

trabalho. A única vez que o termo restaurador foi empregado nos textos consultados foi na citação do historiador Michel Wallace, transcrita na página 91 deste trabalho, e possui um sentido diverso do que estamos acostumados.

Segundo nos conta o Professor Matero, da Universidade da Pensilvânia, Brandi teve pouca influência no início do movimento de preservação de forma geral nos países de língua inglesa, muito por sua tradução tardia para o Inglês³⁸. (MATERO, F. In: *Future Anterior*, 2007. p.45). Nos Estados Unidos, suas teorias de restauro foram introduzidas primeiramente nos anos 1970, através de Paul Phillipot, em um evento chamado *International conference on art conservation* em 1972 e publicado quatro anos depois. Porém, nesta época o país já possuía uma metodologia de restauração consolidada e muito baseada em teóricos como Ruskin, Morris e Le Duc citados desde o início do movimento como base para as teorias de preservação americanas e especialmente endossa suas práticas.

Americanos herdaram a tensão essencial entre a atitude de John Ruskin e William Morris (que procuraram proteger sítios históricos exatamente como eles eram – ideologia antirrestauro, como é algumas vezes conhecida) e Viollet Le Duc (que imaginava uma recriação muito mais ativa e a reconstrução de edifícios e sítios históricos). (PAGE, MASON 2003 P.10)

A estes teóricos estão associados os primeiros termos do glossário da preservação americanos: Preservação, Restauração e Reconstrução. O que se pode observar através dos casos estudados neste trabalho é que as primeiras iniciativas práticas de recuperação do patrimônio construído são reconstruções parciais e restaurações, como no caso do *Independence Hall* que teve sua torre parcialmente refeita e de *Mount Vernon* que teve algumas adições retiradas para retornar ao que se parecia quando habitada pelo Presidente Washington. As definições para estes vocábulos dadas pela Secretaria de Interiores em seu guia são:

RECONSTRUÇÃO

É definida como ato ou processo de refazer, por meios de nova construção, a forma, características e detalhes um sítio, edifício, estrutura ou objeto não sobrevivente, com o propósito de substituir sua aparência em um período específico de tempo e em sua localização histórica.

RESTAURAÇÃO

É definido pelo ato ou processo de representar apuradamente a forma, partes e caráter de uma propriedade como se parecia em um determinado período pelo processo de remoção de adições de outros períodos de sua história e a reconstrução das partes faltantes. A modernização sensível e

³⁸ Ainda Segundo o Professor Matero, A teoria de Restauração de Brandi só seria traduzida para o inglês em 1996.

limitada de sistemas mecânicos, elétricos e hidráulicos e outros itens que atendam aos códigos de construção vigentes e fazer as propriedades funcionais são apropriados dentro do projeto de restauração.

PRESERVAÇÃO

Preservação é definida como o ato ou processo de aplicação de medidas necessárias para manter a forma, integridade e materiais existentes de uma propriedade histórica. O método, incluindo as medidas preliminares para proteger e estabilizar a propriedade, em geral, se concentra sobre a manutenção e reparação de características e materiais históricos, em vez de substituição extensa e nova construção. Novas adições exteriores não estão dentro do escopo deste tratamento, no entanto, a modernização limitada e sensível dos sistemas mecânicos, elétricos e hidráulicos e outros itens que atendam aos códigos de construção vigentes e fazer as propriedades funcionais são apropriados dentro do projeto de restauração.

Estes métodos foram extensamente utilizados no início do movimento de preservação, como visto durante o trabalho e segundo alguns profissionais da área são ainda amplamente aceitos pela população. A reconstrução se inclui nestes métodos extremamente populares, porém, não mais aceitos nos meios acadêmicos.

O termo preservação é um dos termos que marca a diferença entre o modo como os Estados Unidos veem de forma particular a defesa do patrimônio. Um paralelo para o termo, em nosso vocabulário seria “conservação preventiva” e encontra eco nas teorias de Ruskin, enquanto os outros dois se baseiam nos pensamentos de Viollet Le Duc.

Um último termo adicionado a este glossário nos anos 1960 foi, *adaptive reuse*, agora conhecido como *Rehabilitation* ou reabilitação.

REABILITAÇÃO

É definido como o ato ou processo de tornar possível um uso compatível para uma propriedade através de reparos, alterações, e adições enquanto preservando as porções ou características nas quais se encontram seu valor histórico, cultural ou arquitetônico.

Procedimento vendido como solução milagrosa para todos os problemas de renovação urbana e o preferido de proprietários de casas históricas em guias do tipo “faça-você-mesmo”. É normalmente aplicado em vizinhanças designadas como distrito histórico. Nesse processo, a preocupação está na manutenção do exterior para que o mesmo mantenha seu “senso de historicidade” (MURTAGH, 2006 p.9)

A Secretaria de Interiores desenvolveu uma série de recomendações para cada um destes procedimentos. Embora a palavra *standard* possa ser traduzida como norma ou padrão, a ideia da Secretaria é que isto seja um guia ou critérios para tomada de decisões. Além disso, outro importante aliado do público, especializado ou não, são as cartas de preservação – *Preservation Briefs*. Também publicadas pela Secretaria de interiores, as cartas são recomendações mais técnicas para execução de procedimentos de restauro e falam sobre os mais diversos tópicos técnicos.



Fig.99. Pagina principal do Guia online da Secretaria de Interiores para o tratamento de propriedades históricas - <http://www.nps.gov/hps/tps/standguide/>

As recomendações do guia listam os quatro tratamentos em ordem hierárquica de prioridade para aplicação de procedimentos. Segundo a Secretaria, o primeiro procedimento a ser cogitado deve ser sempre a Preservação:

O primeiro tratamento, **Preservação**, valoriza a retenção de todo tecido histórico através da conservação, manutenção e reparo. Reflete a continuidade de um edifício através do tempo, sucessivas ocupações, e cuidadosas mudanças e alterações feitas.

Para a Preservação, as recomendações da Secretaria de Interiores são:

1. Uma propriedade terá seu uso histórico mantido, ou ganhará novo uso desde que este potencialize ao máximo a retenção de materiais distintivos, características, espaços, e as relações espaciais. Onde um tratamento e uso histórico não forem identificados, a propriedade será protegida e, se necessário, estabilizada até que trabalho adicional possa ser executado.

2. O caráter histórico de um imóvel será mantido e preservado. Deverão ser evitados a substituição dos materiais históricos intactos ou recuperáveis, alteração de partes, espaços e relações espaciais que caracterizem uma propriedade.
3. Cada imóvel será reconhecido como um registro físico de seu tempo, lugar e uso. O trabalho necessário para estabilizar, consolidar e preservar materiais e recursos históricos existentes deverão ser fisicamente e visualmente compatíveis, passível de identificável em inspeção aproximada, e devidamente documentada para futuras pesquisas.
4. Modificações e adições em uma propriedade que adquiriram significado histórico por si deverão ser mantidas e preservadas.
5. Materiais específicos, partes, acabamentos e técnicas construtivas ou exemplos de arte local que caracterizem uma propriedade deverá ser preservada.
6. A condição atual das características históricas serão avaliadas para determinar o nível adequado de intervenção necessária. Quando a gravidade da deterioração exigir reparação ou substituição limitada de um traço distintivo, o novo material irá coincidir com o antigo na composição, desenho, textura e cor.
7. Tratamentos químicos ou físicos, se apropriados, deverão ser aplicados utilizando-se os meios mais suaves possíveis. Os tratamentos que provocam danos nos materiais históricos não deverão ser utilizados.
8. Recursos arqueológicos serão protegidos e preservados no local. Se tais recursos devem ser afetados de alguma forma, medidas atenuadoras do impacto deverão ser tomadas.

A Segunda opção para intervenção no patrimônio histórico, segundo a Secretaria, deveria ser a reabilitação:

Reabilitação, o segundo tratamento, enfatiza a retenção e reparação de materiais históricos, porém uma liberdade maior é fornecida para a substituição porque se assume que a propriedade se encontra mais deteriorada antes de trabalhar. (o foco das normas de ambos, Conservação e Reabilitação, estão sobre a preservação desses materiais, recursos, acabamentos, espaços e relações espaciais que, juntos, dão a uma propriedade o seu caráter histórico.)

As recomendações da Secretaria de Interiores para a reabilitação são as mesmas recomendadas para a preservação, porém, com a adição de dois pontos:

9. Novas adições, alterações exteriores ou novas construções relacionadas ao novo projeto não deverão destruir materiais, características e relações espaciais históricas que caracterizem a propriedade. O novo trabalho deverá ser diferenciado do antigo e deverá ser compatível com o material, características, tamanhos, escala e proporção histórica; e, concentrado para proteger a integridade da propriedade e seu entorno.

10. Adições adjacentes ou novas construções relacionadas deverão ser executadas de tal forma que, se removidas no futuro, a forma essencial e integridade da propriedade histórica e seu entorno permaneçam intactos.

A restauração deverá ser a terceira forma de intervenção a ser considerada.

Restauração, o terceiro tratamento está focado na retenção de materiais a partir do momento mais significativo na história de uma propriedade, enquanto permite a remoção de materiais de outros períodos.

Os padrões continuam os mesmos em sua maior parte, com alguns pontos alterados em um total de 10 que estão abaixo indicados. Os que não foram listados abaixo permanecem os mesmos lidos nas recomendações para preservação.

2. Materiais e características do período de restauração escolhido deverão ser retidos e preservados. A remoção de materiais ou alteração de partes, espaços e relações espaciais que caracterize o período não será realizada.
4. Materiais, partes, espaços, acabamentos que caracterizem outros períodos históricos deverão ser documentados antes de sua alteração ou remoção.
6. Características do período escolhido para restauração que se encontrarem deteriorados deverão ser reparadas em lugar de substituídas. Onde o grau de deterioração de parte distintiva for severa e a substituição for necessária, a nova parte se igualará a antiga em design, cor, textura, e, onde possível, material.
7. Substituição de peça faltante do período de restauração escolhido deverá ser fundamentada por documentação e evidência física. Um falso senso histórico não deverá ser criado adicionando características conjecturais, características de outras propriedades, ou combinando características que nunca existiram juntas historicamente.
10. Projetos que nunca foram executados historicamente não deverão ser construídos.

A reconstrução vem hierarquicamente como última opção a ser considerada em uma intervenção, justamente por toda controvérsia causada pelo processo hoje. A própria Secretaria descreve o processo como limitado na recriação do bem atingido.

Reconstrução, o quarto tratamento estabelece oportunidades limitadas para recriar um lugar, paisagem, edifício, estrutura ou objeto não sobrevivente sempre com novos materiais.

As recomendações da Secretaria quando este método se faz necessário são feitas de forma a limitar as possibilidades de falsos históricos. Claro que estas são apenas recomendações e não restrições como a secretaria mesmo afirma no documento.

1. Reconstrução deverá ser utilizada para representar porções de propriedade não sobreviventes ou desaparecidas quando evidências documentais e físicas estiverem disponíveis a ponto de permitir reconstrução acurada com conjectura mínima, e quando tais

reconstruções são essenciais ao público para o entendimento daquela propriedade.

2. Reconstrução da paisagem, edifício, estrutura, ou objeto em sua locação histórica deve ser precedida por investigação arqueológica para investigar e avaliar suas características e artefatos que são essenciais para uma reconstrução acurada. Se tais recursos devem ser afetados de alguma forma, medidas atenuadoras do impacto deverão ser tomadas.
3. Reconstrução deverá incluir medidas para preservar qualquer material, característica, e relação espacial histórica remanescente.
4. Reconstrução será baseada na duplicação acurada das partes e elementos históricos substanciados por evidências físicas ou documentais em lugar de projetos baseados em conjecturas ou na disponibilidade de partes diferentes vindas de outras propriedades históricas. Uma propriedade reconstruída deverá re-criar a aparência da propriedade histórica não sobrevivente em material, design, cor, e textura.
5. Uma reconstrução deverá ser claramente identificada como uma re-criação contemporânea.
6. Projetos que nunca foram executados historicamente não deverão ser construídos.

Como complementação destas normas, a secretaria disponibiliza para cada tratamento um guia mais específico no que diz respeito ao tratamento físico do bem histórico sendo tratado. Entre recomendações para intervenções em telhados, alvenaria, janelas, entre outros, temos as recomendações referentes à adequação do projeto também no quesito eficiência energética, acessibilidade, e códigos de segurança contra incêndio e evacuação do prédio.

Todas estas recomendações confirmam o que disse o Professor Tyler no início deste tópico, preservação é o que preservação faz. Uma mudança de pensamento fica clara ao observar os tratamentos históricos apresentados durante o trabalho e como os erros cometidos no passado serviram de lição para o movimento moderno de preservação do patrimônio. Isto fica muito claro em uma caminhada por dois ou três bairros na cidade da Filadélfia, onde é possível ver concretamente a evolução do pensamento sobre patrimônio histórico nos Estados Unidos (fig.101, 102, 103 e 104).



Fig. 100. Mapa do centro histórico da Filadélfia. Onde se pode percorrer uma vitrine da evolução do movimento de preservação Norte Americano.

1 – Independence Hall

2/3 – Franklin Court

4 – Casa do Presidente



1 - Restauração Estilística - 1828
Independence Hall (fig. 101)



2 – Reconstrução total - 1970
Franklin Court (fig. 102)



3 – Interpretação de sítio histórico – 1976
(Venturi e Rauch's)
Franklin Court (fig. 103)



4 – Interpretação de sítio histórico - 2010
The President's House (fig. 104)

3.4 Reflexos da Nova Legislação

O *National Act* e os critérios para intervenção da Secretaria de Interiores foram considerados um grande avanço equipando o poder público para atuar mais próximo à sociedade. Um dos reflexos sentidos foi a sensibilização do cidadão para a história do país contada através do seu patrimônio cotidiano.

Segundo relata Wallace (1989), em um primeiro momento, o impacto sobre as agências federais responsáveis pelo desenvolvimento urbano foi grande. Os anos entre 1966 e 1972 foram um período de valorização da reabilitação de propriedades históricas, mas que não durou muito tempo. Na segunda metade da década de 1970, as políticas governamentais para renovação urbana e cidades modelo promovidas pelo governo Federal estavam novamente “eliminando cortiços urbanos” (WALLACE, 1989 p. 179) pelo país e algumas das verbas federais para renovação estavam sendo aplicadas em centros de convenções, edifícios corporativos, shoppings e afins.

Como consequência a esta renovação, os profissionais necessários para fazer toda esta máquina corporativa funcionar estavam retornando aos grandes centros urbanos e isto provoca uma revalorização do tecido histórico urbano e também a gentrificação das antigas vizinhanças históricas. A maior parte destes profissionais eram jovens ou casais recém-casados em busca de um lugar próximo ao seu local de trabalho que barateasse os custos de deslocamento e o tempo gastos entre os subúrbios e o trabalho.

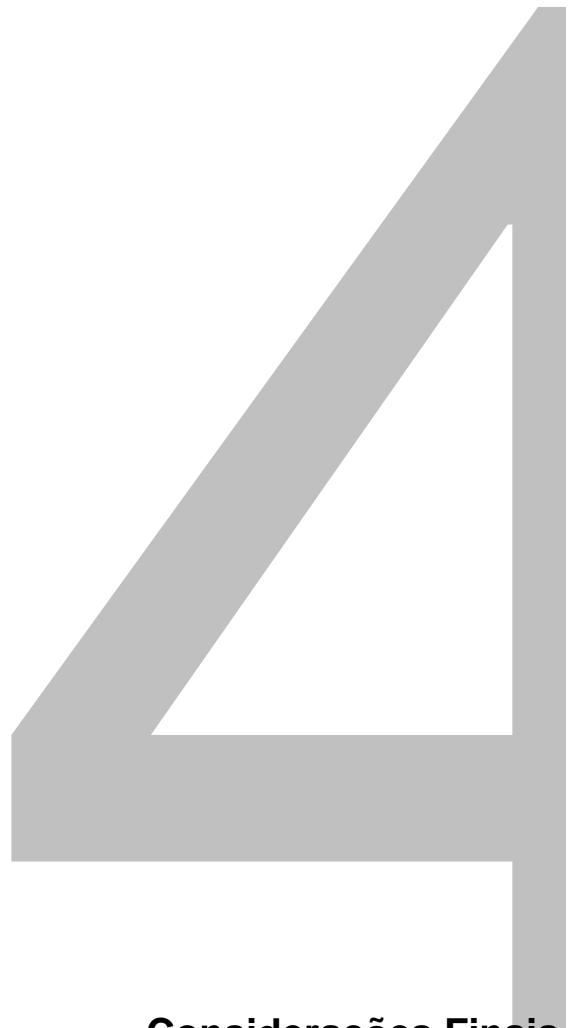
Além da localização e preço atraentes, o caráter histórico de alguns bairros centrais nas grandes cidades eram, sem dúvida, um ponto de interesse. Os antigos residentes que haviam sobrevivido até então, acabam não resistindo ao aumento dos preços de taxas e aluguéis. A mudança para vizinhanças distantes acaba se tornando inevitável.

Viver em uma área histórica havia se tornado novamente sinal de distinção. Tais áreas eram caras e, dada a sua escassez [...] a posse do passado se tornou mais uma vez veículo de legitimação (ainda que agora não requeresse conexões ancestrais). (WALLACE, 1989. p181)

O fator econômico proporcionado pela designação histórica acabou aumentando o interesse de muitas comunidades no assunto. Isto se traduzia no esforço em manter fora da área delimitada como ‘histórica’ pessoas consideradas não adequadas, bem como grandes investidores urbanos. “Em 1955 apenas 20 cidades possuíam comissões para formar um distrito histórico. Em 1966, elas eram 100, e em 1972, 492 em todos os 50 estados. Em 1982 seriam 900” (WALLACE, 1989. p181).

Outros fatores também alimentaram esta revalorização das vizinhanças históricas nos grandes centros urbanos. Um deles foi a crise de energética sofrida nos anos 1970 e também a exposição comemorativa do Bicentenário da declaração da independência em 1976. A exposição, como de costume, reacendeu o patriotismo pelo país e o efeito foi uma revalorização do movimento de preservação. Este momento foi uma segunda onda de valorização excessiva dos valores patrióticos e dos símbolos nacionais, com precedentes que se igualavam apenas ao impacto que Williamsburg havia causado no país.

Durante o longo percurso que fizemos através desta pesquisa, constatamos que este apego à história é cíclico e que o país, ainda visto por muitos como 'sem raízes e com nada a perder', se mantém firmemente preso ao solo graças à fundação lançada sobre o símbolo que une a todos os seus membros: o fato de serem Americanos – ainda que um *Irish-American*, *African-American*, ou *Asian-American*. Os ingredientes lançados no *Melting Pot*, ainda são colocados para marinar no mesmo molho, com temperos tradicionais antigos de uso consagrado na história e alguns novos, mas o importante é que no final, ainda que se mantenha a qualidade intrínseca de cada ingrediente, o caldo que absorve e tempera a todos é o mesmo.



Considerações Finais

Depois de vislumbrar uma parte desta imagem formada no consciente coletivo com a ajuda do acervo cultural produzido pelo país, fica mais fácil entender a relação que o cidadão norte-americano tem com seu patrimônio. O patrimônio é este Oasis em meio ao deserto da modernidade e mobilidade, onde “o espírito e direção da Nação estão fundados e refletidos” (*National Historic Act* – sec. I – parágrafo 1).

O caminho percorrido por esta pesquisa através da história do movimento de preservação do patrimônio histórico pôde ver que de fato, esta América, ainda em movimento constante, se encontra com suas raízes ao interagir com o patrimônio. As raízes lançadas sobre a história, e celebradas a cada vez que o mito de formação da nação é contado, é o que dá a estas pessoas uma mesma memória e uma mesma identidade.

Este foi o desejo que permeou o movimento, desde a primeira sociedade histórica criada na Nova Inglaterra até o estabelecimento definitivo do governo federal nas atividades preservacionistas.

Durante seu período de desenvolvimento profissional, o campo de preservação histórica expandiu exponencialmente em escopo e complexidade. Seu deslocamento de *hobby* elitista, para movimento popular, para curso acadêmico de estudo, foi bem documentado, mas junto com o caminho veio também uma intensificação do que deve ser preservado, e como nós preservacionistas construímos os argumentos que justificam nossas ações. (THOMSON, 2004 p.ix)

Seria possível agora responder à incômoda pergunta lançada no começo deste trabalho “como uma nação sem passado tem algo para preservar?” (MURTAGH, 2006 p.11) A imagem que se tem dos nossos vizinhos do norte é ainda esta: de pessoas sem raízes e sem senso de identidade, e como muitos dos críticos do movimento de urbanização do pós-guerra temiam “sem nada a perder” (WALLACE 1989 p.174).

Porém, mesmo que esta nação ainda seja uma nação em movimento, como seus antepassados, foi possível perceber, durante a pesquisa, o papel fundamental que o patrimônio tem em suas vidas. Os lugares de encontro com a história do país são os lugares onde este sentimento se materializa.

Daí a necessidade de começar a caminhar partindo da formação deste mito de nação. Entender qual é o fio condutor que concede esta memória cidadã, se fez necessário já que a “memória relata não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos” (AGOSTINHO, 1984. p.321). Os monumentos preservados nestes quase dois séculos de memória relatados nas páginas desta pesquisa comprovam que eles podem ser vistos como este fio condutor, este lugar mítico onde está fundado o espírito da nação. E que podem ser sempre reinterpretados, ou lidos nas

entrelinhas baseado nas imagens que eles trazem à nossa memória, como afirmou Santo Agostinho.

Porém, não é possível para um pesquisador, que acaba de começar a percorrer os caminhos da pesquisa científica, deixar de estabelecer um porto seguro para comparações, análises e conclusões. No caso desta pesquisa, tornou-se inevitável o olhar e a comparação com as práticas brasileiras em alguns momentos, ainda que este não fosse parte dos objetivos da pesquisa. E só por esta comparação com o que se conhece é que o olhar [estrangeiro] lançado sobre o desconhecido se torna passível de interpretação e assimilação.

As lições aprendidas com os nossos vizinhos do norte foram muitas e definitivamente algumas reflexões sobre nossas práticas foram possíveis. Porém, mais do que certezas, ficaram questões. Uma em especial tem rondado não só as páginas da pesquisa, mas os pensamentos desta pesquisadora: O que preservamos no fundo, história ou patrimônio? E, além disto, porque nós ainda nos atemos às teorias produzidas no século passado para preservar nosso patrimônio histórico inserido em zonas urbanas modernas em transformação constante? E o embate entre o “emocional e humanístico” versus “racional e científico” enunciado pelo Professor Frank Matero poderia ser usado para enunciar as diferenças entre os Estados Unidos emocional e ligado ao Símbolo e o Brasil racional, científico e tão ligado ainda aos conceitos materiais de Brandi?

Através da história construída nesta dissertação, com ajuda de todos os autores lidos e questionados, uma primeira conclusão poderia ser exatamente esta, a de que os norte-americanos são pessoas ligadas a seus símbolos históricos, isolados em seus monumentos, a qual eles recorrem sempre que precisem recarregar o sentimento de amor ao país e a seus símbolos. Mas, este é só mais um dos modelos mentais previamente concebidos que temos em relação aos nossos vizinhos e que não condizem com a verdade.

Esta pesquisa abriu o apetite e aparelhou com métodos que possibilitarão um aprofundamento maior nesta história. Ensinou também que as respostas quando se fala de patrimônio histórico não são únicas e que nem sempre se pode dividir entre certo e errado. Mas, acima de tudo quebrou alguns preconceitos. Hoje, é possível olhar para a história de nossos vizinhos com um respeito por seu espírito prático e sua teoria baseada em suas experiências pessoais. É impossível olhar para a história relatada por estes autores, através destes livros tridimensionais que são o patrimônio histórico edificado e não se deixar levar por esta arapuca, da qual nos fala Monteiro Lobato quando se refere ao patrimônio de Washington feito sob medida “calculadamente, maquiavelicamente armada como arapuca para americanizar quem chega” (LOBATO, 2009 p.49) .

Assim o olhar estrangeiro e distanciado, chega ao final da pesquisa um pouco mais próximo destas pessoas que buscavam preservar parte da história pessoal, ou afirmar a tradição da família, da cidade, Estado ou Nação através de uma releitura do seu patrimônio.

Acredito que os objetivos lançados ao começo da pesquisa foram alcançados e a esperança é de que esta pesquisa possa ser um ponto de partida para um intercâmbio maior entre vizinhos que dividem algumas coisas em comum, entre elas o título de americanos.

B

BIBLIOGRAFIA

ABNT NBR 14724:2011 - Informação e documentação -Trabalhos acadêmicos –
Apresentação

ABNT NBR 6023:2002 - Informação e documentação - Referências – Elaboração

ABNT NBR 10520:2002- Informação e documentação – Citações em documentos –

ALLEN. H.C. **História dos Estados Unidos da América**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

ARAOZ, Gustavo. **A brief overview of preservation in the United States**. Fonte: <http://www.usicomos.org/?q=preservation> – acessado em 10.05.2011

ARISTÓTELES. A Arte Poética. Tradução Paulo Costa Galvão

Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000005.pdf> - acessado em 27.01.2012

AULETE, Caldas. **Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa**. Editor: Paulo Geiger. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

BENDER, Thomas. **A nation among nations: America's place in world history**. Nova Iorque: Hill and Wang, 2006

BURNS, John A. (ed.) **Recording Historic Structures**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2004.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental. Os livros e a Escola do Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1994.

CAMPOFIORITO, Italo. **Muda o Mundo do Patrimônio: Notas para um balanço crítico**. In: **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 4, 1985.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CREVECOUER, J.H. **Letters from an American Farmer**. Carlisle: Aplewood Books, 1905

COSTA, Lúcio. **Documentos de Trabalho**. PESSOA, José S. de Belmont (org.), Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

CURRENT, Richard N, WILLIAMS, T.Harry. FREIDEL, Frank. Brinkley, Alan. **American History: A survey**. 7ª edição. Nova Iorque : Ed. Knopf, 1987.

DK EYEWITNESS Ed., **Travel Guide To The USA**. New York: Dorkley Kindersley Publishing, Inc. 2008

FELGUEIRAS, Carmen L. T. **Os Arquitetos do Futuro. Os Estados Unidos segundo Monteiro Lobato e Eduardo Prado**. In: Revistas Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº 27. 2001.

Fonte: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2134/1273> -acessado em 15.09.2011

FITCH, James Marston. **Historic Preservation: Curatorial Management of the built World**, Virginia, The University Press of Virginia, 1990.

FONSECA, Maria Cecília L. **O patrimônio em Processo: Trajetória da política Federal de Preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Verdade e as Formas jurídicas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.

FRIEDMAN, Edward. In: SMITH, George S., EHRENHARD John E. (ed.) **Protecting the Past**. CRC Press, 1991. Fonte: <http://www.cr.nps.gov/seac/protectg.htm> - acessado em 18.06.2011

GARVEY, R.; MORTON, T. **The United States Government in Historic Preservation**. In. Monumentum, Washington, v. 02, 1968.

HAWTHORNE, Nathaniel. **The Scarlet Letter** – Nova Iorque: Ed. Kaplan Publishing, 2006

HILLIER GROUP, The. **Lincoln Cottage Pre-Design Study Report**. Philadelphia, 2003.

HOSMER, Charles B. **Presence of the past: A History of the Preservation Movement in the United States Before Williamsburg** – Ed. Hardcover, 1965.

----- **Preservation comes of age: From Williamsburg to the national Trust, 1926-1949**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1981.

IRVING, Washington. **The Legend of Sleepy Hollow**. Ed. Forgottenbooks, 2008.

----- **Rip Wan Winkle: A legend of the Kaatskill Mountains.** Scituate: Ed. Digital Reproduction, 2001.

JOKILETHO, Juka. **A History of Architectural Conservation: The contribution of English, French, German and Italian thoughts towards an international approach to the conservation of cultural property.** 1986. Tese de Doutorado – *Institute of Advanced Architectural Studies, Universtiy of York, England.*

JORDAN, R. Fournaux. **Western Architecture: A concise History.** Singapore: Thames and Hudson, 1997.

KITCHEN Judith L. **Respectful Rehabilitation: caring for your old House. A guide for Owners and Residents.** Nova Iorque: Preservation Press- John Wiley & Sons, Inc., 1991.

LOBATO, Monteiro. **América.** São Paulo: Globo, 2009.

LOEWEN, James W. **Lies across America – What our historic sites get wrong.** New York: Touchstone, 1999.

MACHADO. Ronaldo. **Entre o centro e a periferia: Érico Veríssimo nos Estados Unidos, 1944.** Publicado no VI Encontro do “Brazilianisten-Gruppe in der ADLAF. Berlin, 2004.

MACKINTOSH, Barry. **The Historic Sites Survey And The National Historic Landmark Program: A History.** Washington: National Park Service/Department of Interior, 1985.

MAUGER, Edward A. **Philadelphia then and Now.** San Diego: Thunder Bay Press, 2002.

MATERO, Frank G. **Loss, compensation, and Authenticity: The contribution of Cesare Brandi to Architectural Conservation in América.** In: **Future Anterior**, Nova Iorque, ano. 4, n.1, 2007.

MOSS, Roger W. **Historic Landmarks of Philadelphia.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2008.

MURTAGH, William J. **Keeping Time: The history and Theory of preservation in America.** Hoboken, Nova Jersey: John Wiley & Sons. Inc, 2006

NATIONAL PARK SERVICE. **Preservation Briefs**, U.S. Department of Interior.

NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION, Ed. **With Heritage So Rich: Special Committee on Historic Preservation, United States Conference of Mayors.** Washington, DC: Preservation Press, 1996.

NORA, Pierre. **Rethinking France: Le lieux de memoire - State.** Vol. 1. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

----- **Rethinking France: Le lieux de memoire - Space.** Vol. 2. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.

----- **Entre memória e história: a Problemática dos Lugares.** In: Projeto História, revista do programa de estudos Pós-graduados em história do departamento de história da PUC. São Paulo: Editora PUC, 1993

PAGE, M. MASON, R. **Giving Preservation a History: Histories of Historic Preservation in the United.** Nova Iorque: Ed. Paperback, 2003.

PETERSON, Charles E. (Org.) **Building Early America.** Mendham: The Astragal Press, 1976.

Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Ano 6, n.44, 2011.

RIEGL, Alois. **O culto moderno aos monumentos: Características e Origens.** Ed. Visor, 2004

ROCHA- PEIXOTO, Gustavo. **Prototombos: O conceito de patrimônio cultural no século XIX e início do século XX.** In: CARVALHO, C.S.R., GRANATO, M., BEZERRA, R. Z. BENCHETRIT, S.F. (Org.) **Um olhar Contemporâneo sobre a preservação do Patrimônio cultural material.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória.** Tradução e apresentação: Maria Lúcia Bressan Pinheiros: Cotia - São Paulo, Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Afonso Carlos Marques do. **A Invenção do Brasil: Ensaios de História e cultura.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

SCHADE, Rachel S. **Philadelphia Rowhouse Manual.** Filadélfia: The city of Philadelphia, 2008.

SOCIETY FOR INDUSTRIAL ARCHEOLOGY, THE. (Org.) **workshop of the World**. Wallingford: The Oliver Evans Press, 1990.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. **Patrimônio arquitectónico o parque temático**. In. Revista DC-Revista de crítica arquitectónica, Barcelona, n.1, 1998.

SOUZA, L.A.L. **Wiederaufbau: a Alemanha e o sentido da reconstrução**. 2006. 181 f. Tese (Mestrado em Arquitetura) – Programa de pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

THOMSON, Robert Garland. **Preservation in Search of the Historic: new methods, expanding Boundaries**. In. **Future Anterior**, Nova Iorque, ano 1, n. 2, 2004

TYLER, Norman. **Historic Preservation: An Introduction to it's History, Principles and Practice**. New York: W.W. Norton & Company, 2000.

U.S DEPARTMENT OF STATE. **Outline of U.S History**. Editor Executivo: CLACK, George. Bureau of International Information Programs, 2005.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução e apresentação: Beatriz M. Köhl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006 – 3ª Edição

WALLACE, Michael. **Reflections on the History of Historic Preservation**. In: BENSON, S.P., BRIER, S., ROSENZWEIG, R. (Ed.) **Presenting the Past: Essays on History and the Public**. Philadelphia: Temple University Press, 1989.

WEEMS, Mason Locke. **A History of the Life and Death, Virtues and Exploits of General George Washington**. Filadelfia: J.B. Lippincott Co. 1918.

Fonte: <http://xroads.virginia.edu/~cap/gw/chap2.html> - Acessado em 31.01.2012

ZIEGLER, JR. Arthur. **Historic Preservation in Inner City areas: A manual of Practice**. Pittsburgh: The Allegheny Press, 1971.

Sites Consultados

<http://americancivilwar.com>

www.archives.gov

<http://bibliotecadigital.fgv.br/>

<http://www.bc.edu/> - acessado em 16.10.2011

<http://www.blm.gov/heritage/docum/histsite.pdf> - acessado em 08.12.2011

<http://www.dominiopublico.gov.br> – acessado em 27.01.2012

<http://www.explorechicago.org> – acessado em 17.02.2012

www.flickr.com

www.freelibrary.org - acessado em 22.06.2011

<http://www.iccrom.org> – acessado em 26.02.2012

www.lincolncottage.org/about/index.htm

www.masshist.org/about/ - acessada em 12.02.2012

<http://www.metmuseum.org> – acessado em 17.02.2012

<http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/disciplinas/jaquiar/philippot4-26.pdf> - acessado em 26.01.2012

www.mountvernon.org

<http://www.nationalregisterofhistoricplaces.com/> - acessado em 26.02.2012

www.nps.gov - acessado em 08.03.2006

www.cr.nps.gov/seac/protectg.htm - acessado em 08.03.2011

<http://www.skansen.se/>

www.usicomos.org

www.whitehouse.gov

<http://www.winterthur.org/?p=518> - acessado em 17.02.2012



Anexos

ANEXO I - American Antiquities Act of 1906 - <http://www.cr.nps.gov/local-law/hsact35.htm>

Be it enacted by the Senate and House of Representatives of the United States of America in Congress assembled, That any person who shall appropriate, excavate, injure, or destroy any historic or prehistoric ruin or monument, or any object of antiquity, situated on lands owned or controlled by the Government of the United States, without the permission of the Secretary of the Department of the Government having jurisdiction over the lands on which said antiquities are situated, shall, upon conviction, be fined in a sum of not more than five hundred dollars or be imprisoned for a period of not more than ninety days, or shall suffer both fine and imprisonment, in the discretion of the court.

Sec. 2. That the President of the United States is hereby authorized, in his discretion, to declare by public proclamation historic landmarks, historic and prehistoric structures, and other objects of historic or scientific interest that are situated upon the lands owned or controlled by the Government of the United States to be national monuments, and may reserve as a part thereof parcels of land, the limits of which in all cases shall be confined to the smallest area compatible with proper care and management of the objects to be protected: Provided, That when such objects are situated upon a tract covered by a bona fide unperfected claim or held in private ownership, the tract, or so much thereof as may be necessary for the proper care and management of the object, may be relinquished to the Government, and the Secretary of the Interior is hereby authorized to accept the relinquishment of such tracts in behalf of the Government of the United States.

Sec. 3. That permits for the examination of ruins, the excavation of archaeological sites, and the gathering of objects of antiquity upon the lands under their respective jurisdictions may be granted by the Secretaries of the Interior, Agriculture, and War to institutions which they may deem properly qualified to conduct such examination, excavation, or gathering, subject to such rules and regulation as they may prescribe: Provided, That the examinations, excavations, and gatherings are undertaken for the benefit of reputable museums, universities, colleges, or other recognized scientific or educational institutions, with a view to increasing the knowledge of such objects, and that the gatherings shall be made for permanent preservation in public museums.

Sec. 4. That the Secretaries of the Departments aforesaid shall make and publish from time to time uniform rules and regulations for the purpose of carrying out the provisions of this Act.
Approved, June 8, 1906

ANEXO II - Historic Sites Act of 1935 (MURTAGH, 2006 p.172 e 173)**SECTION 1**

It is hereby declared that it is a national policy to preserve for public use historic sites, buildings, and objects of national significance for the inspiration and benefit of the people of the United States.

SECTION 2

The Secretary of the Interior (hereinafter in sections 461 to 467 of this title referred to as the Secretary), through the National Park Service, for the purpose of effectuating the policy expressed in section 461 of this title, shall have the following powers and perform the following duties and functions:

- (a) Secure, collate, and preserve drawings, plans, photographs, and other data of historic and archaeological sites, buildings, and objects.
- (b) Make a survey of historic and archaeological sites, buildings, and objects for the purpose of determining which possess exceptional value as commemorating or illustrating the history of the United States. □
- (c) Make necessary investigations and researches in the United States relating to particular sites, buildings, or objects to obtain true and accurate historical and archaeological facts and information concerning the same. □
- (d) For the purpose of sections 461 to 467 of this title, acquire in the name of the United States by gift, purchase, or otherwise any property, personal or real, or any interest or estate therein, title to any real property to be satisfactory to the Secretary: Provided, That no such property which is owned by any religious or educational institution, or which is owned or administered for the benefit of the public shall be so acquired without the consent of the owner: Provided further, That no such property shall be acquired or contract or agreement for the acquisition thereof made which will obligate the general fund of the Treasury for the payment of such property, unless or until Congress has appropriated money which is available for that purpose. □
- (e) Contract and make cooperative agreements with States, municipal subdivisions, corporations, associations, or individuals, with proper bond where deemed advisable, to protect, preserve, maintain, or operate any historic or archaeological building, site, object, or property used in connection therewith for public use, regardless as to

whether the title thereto is in the United States: Provided, That no contract of cooperative agreement shall be made or entered into which will obligate the general fund of the Treasury unless or until Congress has appropriated money for such purpose.

- (f) Restore, reconstruct, rehabilitate, preserve, and maintain historic or prehistoric sites, buildings, objects, and properties of national historical or archaeological significance and where deemed desirable establish and maintain museums in connection therewith.
- (g) Erect and maintain tablets to mark or commemorate historic or prehistoric places and events of national historical or archaeological significance.
- (h) Operate and manage historic and archaeologic sites, buildings, and properties acquired under the provisions of sections 461 to 467 of this title together with lands and subordinate buildings for the benefit of the public, such authority to include the power to charge reasonable visitation fees and grant concessions, leases, or permits for the use of land, building space, roads, or trails when necessary or desirable either to accommodate the public or to facilitate administration: Provided, That the Secretary may grant such concessions, leases, or permits and enter into contracts relating to the same with responsible persons, firms, or corporations without advertising and without securing competitive bids.
- (i) When the Secretary determines that it would be administratively burdensome to restore, reconstruct, operate, or maintain any particular historic or archaeologic site, building, or property donated to the United States through the National Park Service, he may cause the same to be done by organizing a corporation for that purpose under the laws of the District of Columbia or any State.
- (k) Perform any and all acts, and make such rules and regulations not inconsistent with sections 1 to 7 of this Act as may be necessary and proper to carry out the provisions thereof. Any person violating any of the rules and regulations authorized by said sections shall be punished by a fine of not more than \$500 and be adjudged to pay all cost of the proceedings.

SECTION 3.

- (a) A general advisory board to be known as the National Park System Advisory Board is hereby established, to be composed of not to exceed twelve persons, citizens of the United States, to include but not be limited to representatives competent in the fields of history, archaeology, architecture, and natural science, who shall be appointed by the Secretary for a term not to exceed four years. The Secretary shall take into consideration nominations for appointees from public and private, professional, civic, and educational societies, associations, and institutions. The members of such board shall receive no salary but may be paid expenses incidental to travel when engaged in discharging their duties as members.

It shall be the duty of such board to advise the Secretary on matters relating to the National Park System, to other related areas, and to the administration of this Act, including but not limited to matters submitted to it for consideration by the Secretary. It may also recommend policies to the secretary from time to time pertaining to national parks and to the restorations, reconstruction, conservation and general administration of historic and archeological sites, building and properties.

SECTION 4.

- (a) The Secretary, in administering this Act, is authorized to cooperate with and may seek and accept the assistance of any Federal, State, or municipal department or agency, or any educational or scientific institution, or any patriotic association, or any individual.
- (b) When deemed necessary, technical advisory committees may be established to act in an advisory capacity in connection with the restoration or reconstruction of any historic or prehistoric building or structure.
- (c) Such professional and technical assistance may be employed without regard to the civil-service laws, and such service may be established as may be required to accomplish the purposes of this Act and for which money may be appropriated by Congress or made available by gifts for such purpose.

SECTION. 5.

Nothing in this Act shall be held to deprive any State, or political subdivision thereof, of its civil and criminal jurisdiction in and over lands acquired by the United States under this Act.

SECTION. 6.

There is authorized to be appropriated for carrying out the purposes of this Act such sums as the Congress may from time to time determine.

SECTION 7

The provisions of this Act shall control if any of them are in conflict with any other Act or Acts relating to the same subject matter

Approved, August 21, 1935

ANEXO III - National Historic Preservation Act of 1966³⁸ - <http://www.achp.gov/nhpa.html>

SECTION 1

- (a) This Act may be cited as the "National Historic Preservation Act".
- (b) The Congress finds and declares that —
 - (1) the spirit and direction of the Nation are founded upon and reflected in its historic heritage;
 - (2) the historical and cultural foundations of the Nation should be preserved as a living part of our community life and development in order to give a sense of orientation to the American people;
 - (3) historic properties significant to the Nation's heritage are being lost or substantially altered, often inadvertently, with increasing frequency;
 - (4) the preservation of this irreplaceable heritage is in the public interest so that its vital legacy of cultural, educational, aesthetic, inspirational, economic, and energy benefits will be maintained and enriched for future generations of Americans;
 - (5) in the face of ever-increasing extensions of urban centers, highways, and residential, commercial, and industrial developments, the present governmental and nongovernmental historic preservation programs and activities are inadequate to insure future generations a genuine opportunity to appreciate and enjoy the rich heritage of our Nation;
 - (6) the increased knowledge of our historic resources, the establishment of better means of identifying and administering them, and the encouragement of their preservation will improve the planning and execution of Federal and federally assisted projects and will assist economic growth and development; and
 - (7) although the major burdens of historic preservation have been borne and major efforts initiated by private agencies and individuals, and both should continue to

³⁸ Nota da autora: A Legislação terá apenas algumas partes reproduzidas devido sua grande extensão.

play a vital role, it is nevertheless necessary and appropriate for the Federal Government to accelerate its historic preservation programs and activities, to give maximum encouragement to agencies and individuals undertaking preservation by private means, and to assist State and local governments and the National Trust for Historic Preservation in the United States to expand and accelerate their historic preservation programs and activities.

SECTION 2

It shall be the policy of the Federal Government, in cooperation with other nations and in partnership with the States, local governments, Indian tribes, and private organizations and individuals to —

- (1) use measures, including financial and technical assistance, to foster conditions under which our modern society and our prehistoric and historic resources can exist in productive harmony and fulfill the social, economic, and other requirements of present and future generations;
- (2) provide leadership in the preservation of the prehistoric and historic resources of the United States and of the international community of nations and in the administration of the national preservation program in partnership with States, Indian tribes, Native Hawaiians, and local governments;
- (3) administer federally owned, administered, or controlled prehistoric and historic resources in a spirit of stewardship for the inspiration and benefit of present and future generations;
- (4) contribute to the preservation of nonfederally owned prehistoric and historic resources and give maximum encouragement to organizations and individuals undertaking preservation by private means;
- (5) encourage the public and private preservation and utilization of all usable elements of the Nation's historic built environment; and
- (6) assist State and local governments, Indian tribes and Native Hawaiian organizations and the National Trust for Historic Preservation in the United States to expand and accelerate their historic preservation programs and activities.

TITLE I

SECTION 101

- (a) (1) (A) The Secretary of the Interior is authorized to expand and maintain a National Register of Historic Places composed of districts, sites, buildings, structures, and objects significant in American history, architecture, archaeology, engineering, and culture. Notwithstanding section 1125(c) of Title 15 [of the U.S. Code], buildings and structures on or eligible for inclusion on the National Register of Historic Places (either individually or as part of a historic district), or designated as an individual landmark or as a contributing building in a historic district by a unit of State or local government, may retain the name historically associated with the building or structure.
- (B) Properties meeting the criteria for National Historic Landmarks established pursuant to paragraph (2) shall be designated as "National Historic Landmarks" and included on the National Register, subject to the requirements of paragraph (6). All historic properties included on the National Register on December 12, 1980 [the date of enactment of the National Historic Preservation Act Amendments of 1980], shall be deemed to be included on the National Register as of their initial listing for purposes of this Act. All historic properties listed in the Federal Register of February 6, 1979, as "National Historic Landmarks" or thereafter prior to the effective date of this Act are declared by Congress to be National historic Landmarks of national historic significance as of their initial listing as such in the Federal Register for purposes of this Act and the Act of August 21, 1935 (49 Stat.666) [16 U.S.C. 461 to 467]; except that in cases of National Historic Landmark districts for which no boundaries have been established, boundaries must first be published in the Federal Register.

[Criteria for National Register and National Historic Landmarks and regulations]

- (2) The Secretary in consultation with national historic and archaeological associations, shall establish or revise criteria for properties to be included on the National Register and criteria for National Historic Landmarks, and shall also promulgate or revise regulations as may be necessary for —
- (A) nominating properties for inclusion in, and removal from, the National Register and the recommendation of properties by certified local governments;
- (B) designating properties as National Historic Landmarks and removing such designation;

- (C) considering appeals from such recommendations, nomination, removals, and designations (or any failure or refusal by a nominating authority to nominate or designate);
- (D) nominating historic properties for inclusion in the World Heritage List in accordance with the terms of the Convention concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage;
- (E) making determinations of eligibility of properties for inclusion on the National Register; and
- (F) notifying the owner of a property, any appropriate local governments, and the general public, when the property is being considered for inclusion on the National Register, for designation as a National Historic Landmark or for nomination to the World Heritage List.

[Nominations to the National Register]

- (3) Subject to the requirements of paragraph (6), any State which is carrying out a program approved under subsection (b) of this section, shall nominate to the Secretary properties which meet the criteria promulgated under subsection (a) of this section for inclusion on the National Register. Subject to paragraph (6), any property nominated under this paragraph or under section 110 (a)(2) of this Act shall be included on the National Register on the date forty-five days after receipt by the Secretary of the nomination and the necessary documentation, unless the Secretary disapproves such nomination within such forty-five day period or unless an appeal is filed under paragraph (5).

[Nominations from individuals and local governments]

- (4) Subject to the requirements of paragraph (6) the Secretary may accept a nomination directly from any person or local government for inclusion of a property on the National Register only if such property is located in a State where there is no program approved under subsection (b) of this section. The Secretary may include on the National Register any property for which such a nomination is made if he determines that such property is eligible in accordance with the regulations promulgated under paragraph (2). Such determinations shall be made within ninety days from the date of nomination unless the nomination is appealed under paragraph (5).

[Appeals of nominations]

- (5) Any person or local government may appeal to the Secretary a nomination of any historic property for inclusion on the National Register and may appeal to the Secretary the failure or refusal of a nominating authority to nominate a property in accordance with this subsection.

[Owner participation in nomination process]

- (6) The Secretary shall promulgate regulations requiring that before any property or district may be included on the National Register or designated as a National Historic Landmark, the owner or owners of such property, or a majority of the owners of the properties within the district in the case of an historic district, shall be given the opportunity (including a reasonable period of time) to concur in, or object to, the nomination of the property or district for such inclusion or designation. If the owner or owners of any privately owned property, or a majority of the owners of such properties within the district in the case of an historic district, object to such inclusion or designation, such property shall not be included on the National Register or designated as a National Historic Landmark until such objection is withdrawn. The Secretary shall review the nomination of the property or district where any such objection has been made and shall determine whether or not the property or district is eligible for such inclusion or designation, and if the Secretary determines that such property or district is eligible for such inclusion or designation, he shall inform the Advisory Council on Historic Preservation, the appropriate State Historic Preservation Officer, the appropriate chief elected local official and the owner or owners of such property, of his determination. The regulations under this paragraph shall include provisions to carry out the purposes of this paragraph in the case of multiple ownership of a single property.

[Regulations for curation, documentation, and local government certification]

- (7) The Secretary shall promulgate, or revise, regulations —
- (A) ensuring that significant prehistoric and historic artifacts, and associated records, subject to section 110 of this Act [16 U.S.C. 470h-2], the Act of June 27, 1960 (16 U.S.C. 469c), and the Archaeological Resources Protection Act of 1979 (16 U.S.C. 470aa and following) are deposited in an institution with adequate long-term curatorial capabilities;
- (B) establishing a uniform process and standards for documenting historic properties by public agencies and private parties for purposes of incorporation into, or complementing, the national historic architectural and engineering records within the Library of Congress; and
- (C) certifying local governments, in accordance with subsection (c)(1) of this section and for the allocation of funds pursuant to section 103 (c) of this Act [16 U.S.C. 470c(c)].

[Review threats to eligible and listed properties and recommend action]

- (8) The Secretary shall, at least once every 4 years, in consultation with the Council and with State Historic Preservation Officers, review significant threats to properties included in, or eligible for inclusion on, the National Register, in order to —

- (A) determine the kinds of properties that may be threatened;
- (B) ascertain the causes of the threats; and
- (C) develop and submit to the President and Congress recommendations for appropriate action.

[16 U.S.C. 470a(b) — State Historic Preservation Programs]

- (b) (1) The Secretary, in consultation with the National Conference of State Historic Preservation Officers and the National Trust for Historic Preservation, shall promulgate or revise regulations for State Historic Preservation Programs. Such regulations shall provide that a State program submitted to the Secretary under this section shall be approved by the Secretary if he determines that the program —

[Designation of the State Historic Preservation Officer (SHPO)]

- (A) provides for the designation and appointment by the Governor of a "State Historic Preservation Officer" to administer such program in accordance with paragraph (3) and for the employment or appointment by such officer of such professionally qualified staff as may be necessary for such purposes;

[...]

SECTION 106

[16 U.S.C. 470f — Advisory Council on Historic Preservation, comment on Federal undertakings]

The head of any Federal agency having direct or indirect jurisdiction over a proposed Federal or federally assisted undertaking in any State and the head of any Federal department or independent agency having authority to license any undertaking shall, prior to the approval of the expenditure of any Federal funds on the undertaking or prior to the issuance of any license, as the case may be, take into account the effect of the undertaking on any district, site, building, structure, or object that is included in or eligible for inclusion in the National Register. The head of any such Federal agency shall afford the Advisory Council on Historic Preservation established under Title II of this Act a reasonable opportunity to comment with regard to such undertaking.

[...]

TITLE II

SECTION 201

[16 U.S.C. 470i(a) — Advisory Council on Historic Preservation membership]

- (a) There is established as an independent agency of the United States Government an Advisory Council on Historic Preservation which shall be composed of the following members:

- (1) a Chairman appointed by the President selected from the general public;
- (2) the Secretary of the Interior;
- (3) the Architect of the Capitol;
- (4) the Secretary of Agriculture and the heads of seven other agencies of the United States (other than the Department of the Interior), the activities of which affect historic preservation, designated by the President;
- (5) one Governor appointed by the President;
- (6) one mayor appointed by the President;
- (7) the President of the National Conference of State Historic Preservation Officers;
- (8) the Chairman of the National Trust for Historic Preservation;
- (9) four experts in the field of historic preservation appointed by the President from the disciplines of architecture, history, archaeology, and other appropriate disciplines;
- (10) three at-large members from the general public, appointed by the President; and
- (11) one member of an Indian tribe or Native Hawaiian organization who represents the interests of the tribe or organization of which he or she is a member, appointed by the President.

[...]

SECTION 202

[16 U.S.C. 470j(a) — Duties of Council]

(a) The Council shall —

- (1) advise the President and the Congress on matters relating to historic preservation; recommend measures to coordinate activities of Federal, State, and local agencies and private institutions and individuals relating to historic preservation; and advise on the dissemination of information pertaining to such activities;
- (2) encourage, in cooperation with the National Trust for Historic Preservation and appropriate private agencies, public interest and participation in historic preservation;
- (3) recommend the conduct of studies in such areas as the adequacy of legislative and administrative statutes and regulations pertaining to historic preservation activities of State and local governments and the effects of tax policies at all levels of government on historic preservation;
- (4) advise as to guidelines for the assistance of State and local governments in drafting legislation relating to historic preservation;
- (5) encourage, in cooperation with appropriate public and private agencies and institutions, training and education in the field of historic preservation;

- (6) review the policies and programs of Federal agencies and recommend to such agencies methods to improve the effectiveness, coordination, and consistency of those policies and programs with the policies and programs carried out under this Act; and
- (7) inform and educate Federal agencies, State and local governments, Indian tribes, other nations and international organizations and private groups and individuals as to the Council's authorized activities.

[...]

SECTION 206

[16 U.S.C. 470n(a) — International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property; authorization]

- (a) The participation of the United States as a member of the International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property is hereby authorized.

[...]

TITLE III

SECTION 301

[16 U.S.C. 470w — Definitions]

As used in this Act, the term —

- (1) "**Agency**" means agency as such term is defined in section 551 of title 5 [United States Code].
- (2) "**State**" means any State of the United States, the District of Columbia, the Commonwealth of Puerto Rico, Guam, the Virgin Islands, American Samoa, the Commonwealth of the Northern Mariana Islands, and the Trust Territory of the Pacific Islands, the Republic of the Marshall Islands, the Federated States of Micronesia, and, upon termination of the Trusteeship Agreement for the Trust Territory of the Pacific Islands, the Republic of Palau.
- (3) "**Local government**" means a city, county, parish, township, municipality, or borough, or any other general purpose political subdivision of any State.
- (4) "**Indian tribe**" or "**tribe**" means an Indian tribe, band, nation, or other organized group or community, including a Native village, Regional Corporation or Village Corporation, as those terms are defined in section 3 of the Alaska Native Claims Settlement Act [43 U.S.C. 1602], which is recognized as eligible for the special programs and services provided by the United States to Indians because of their status as Indians.
- (5) "**Historic property**" or "**historic resource**" means any prehistoric or historic district, site, building, structure, or object included in, or eligible for inclusion on the National

- Register, including artifacts, records, and material remains related to such a property or resource.
- (6) "**National Register**" or "**Register**" means the National Register of Historic Places established under section 101 of this Act.
- (7) "**Undertaking**" means a project, activity, or program funded in whole or in part under the direct or indirect jurisdiction of a Federal agency, including —
- (A) those carried out by or on behalf of the agency;
 - (B) those carried out with Federal financial assistance;
 - (C) those requiring a Federal permit license, or approval; and
 - (D) those subject to State or local regulation administered pursuant to a delegation or approval by a Federal agency.
- (8) "**Preservation**" or "**historic preservation**" includes identification, evaluation, recordation, documentation, curation, acquisition, protection, management, rehabilitation, restoration, stabilization, maintenance, research, interpretation, conservation, and education and training regarding the foregoing activities, or any combination of the foregoing activities.
- (9) "**Cultural park**" means a definable area which is distinguished by historic resources and land related to such resources and which constitutes an interpretive, educational, and recreational resource for the public at large.
- (10) "**Historic conservation district**" means an area which contains
- (A) historic properties,
 - (B) buildings having similar or related architectural characteristics,
 - (C) cultural cohesiveness, or
 - (D) any combination of the foregoing.
- (11) "**Secretary**" means the Secretary of the Interior acting through the Director of the National Park Service except where otherwise specified.
- (12) "**State Historic Preservation Review Board**" means a board, council, commission, or other similar collegial body established as provided in section 101(b)(1)(B) of this Act —
- (A) the members of which are appointed by the State Historic Preservation Officer (unless otherwise provided for by State law),
 - (B) a majority of the members of which are professionals qualified in the following and related disciplines: history, prehistoric and historic archaeology, architectural history, architecture, folklore, cultural anthropology, curation, conservation, and landscape architecture, and
 - (C) which has the authority to —
 - (i) review National Register nominations and appeals from nominations;

- (ii) review appropriate documentation submitted in conjunction with the Historic Preservation Fund;
 - (iii) provide general advice and guidance to the State Historic Preservation Officer;
 - and
 - (iv) perform such other duties as may be appropriate.
- (13) "**Historic preservation review commission**" means a board, council, commission, or other similar collegial body which is established by State or local legislation as provided in section 101(c)(1)(B) of this Act, and the members of which are appointed, unless otherwise provided by State or local legislation, by the chief elected official of the jurisdiction concerned from among —
- (A) professionals in the disciplines of architecture, history, architectural history, planning, prehistoric and historic archaeology, folklore, cultural anthropology, curation, conservation, and landscape architecture, or related disciplines, to the extent such professionals are available in the community concerned, and
 - (B) such other persons as have demonstrated special interest, experience, or knowledge in history, architecture, or related disciplines and as will provide for an adequate and qualified commission.
- (14) "**Tribal lands**" means —
- (A) all lands within the exterior boundaries of any Indian reservation; and
 - (B) all dependent Indian communities.
- (15) "**Certified local government**" means a local government whose local historic preservation program has been certified pursuant to section 101(c) of this Act.
- (16) "**Council**" means the Advisory Council on Historic Preservation established by section 201 of this Act.
- (17) "**Native Hawaiian**" means any individual who is a descendant of the aboriginal people who, prior to 1778, occupied and exercised sovereignty in the area that now constitutes the State of Hawaii.
- (18) "**Native Hawaiian organization**" means any organization which —
- (A) serves and represents the interests of Native Hawaiians;
 - (B) has as a primary and stated purpose the provision of services to Native Hawaiians; and
 - (C) has demonstrated expertise in aspects of historic preservation that are culturally significant to Native Hawaiians.
- The term includes, but is not limited to, the Office of Hawaiian Affairs of the State of Hawaii and Hui Malama I Na Kupuna O Hawai'i Nei, an organization incorporated under the laws of the State of Hawaii.